

‘UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

PATRICIA TEIXEIRA GROppo DE OLIVEIRA

**A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: UM
RECORTE NAS PARTICULARIDADES DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO
PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”**

JUIZ DE FORA – MG

2013

PATRICIA TEIXEIRA GROppo DE OLIVEIRA

**A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: UM
RECORTE NAS PARTICULARIDADES DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO
PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, Área de Concentração “Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social” da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social

Orientadora: Prof. Dr^a Maria Rosângela Batistoni

Juiz de Fora - MG

2013

A dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social: um recorte nas particularidades do trabalho técnico social no Programa Minha Casa, Minha Vida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2014

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Rosângela Baristoni (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Maria Auxiliadora Ramos Vargas
Universidade Salgado Filho – Juiz de Fora

Profa. Dra. Marina Barbosa Pinto
Universidade Federal de Juiz de Fora

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho representou um dos maiores desafios enfrentados na minha trajetória de vida. Durante o período de sua execução passei por diversos processos que me fizeram crescer, mas em outros momentos, também quase me fizeram desistir. Por isso, chegar à redação dos agradecimentos tem um significado especial.

Assim, gostaria de agradecer em primeiríssimo lugar, a minha filha Ana Luiza, que chegou bem no meio deste processo e me inspirou ao mostrar que eu posso ser o que jamais imaginei que seria, e que o amor faz tudo valer à pena.

Dito isso, agradeço:

Do fundo do coração a persistência da minha querida orientadora Rosângela Batistoni. Não fosse a sua tenacidade, a concretização deste trabalho não seria possível.

Agradeço o companheirismo e o apoio dos colegas de turma do mestrado, por dar o incentivo para o fôlego final.

Aos colegas do CRESS MG, especialmente as companheiros de luta da seccional.

A minha família, em especial aos meus queridos irmãos Mariana e Celso, que riem comigo, riem de mim e entendem minhas fraquezas.

Ao meu companheiro Luiz pela paciência nos meus momentos de angústia e insônia forçada.

Aos colegas de trabalho da CESAMA e às estagiárias.

Aos assistentes que se disponibilizaram para a pesquisa.

Agradeço por fim, todos os professores e técnicos administrativos da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

RESUMO

Titulo: A dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social: um recorte nas particularidades do trabalho técnico social no programa “Minha Casa, Minha Vida”

A dissertação aqui apresentada tem como objeto de análise a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social, tendo como recorte de análise o trabalho realizado por assistentes sociais inseridos na política urbana. O objetivo é apreender as determinações da dimensão socioeducativa, bem como apreender sua direção social e tendências. Para tanto, discutiu-se os fundamentos do trabalho profissional inserido no âmbito das relações sociais capitalistas, com vistas a aprender o caráter ideológico que permeia o trabalho profissional, bem como sua potencialidade política a partir da orientação crítica do projeto de profissão hegemônico no serviço social. Partindo deste ponto, buscou-se caracterizar os elementos do trabalho profissional que aproximam a dimensão socioeducativa da diretriz crítica do projeto profissional. Abordou-se ainda a reprodução das relações sociais capitalistas e suas conexões com o cotidiano, espaço e território, categorias que também foram alvo de análise na busca da compreensão do objeto proposto. Investigou-se a dimensão socioeducativa do trabalho dos assistentes sociais inserido na realização do trabalho técnico social atrelado ao programa Minha Casa Minha Vida a partir da realização de entrevistas e análise dos documentos orientadores produzidos pelo poder público. Os resultados mostram os desafios para a construção de uma dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social vinculados a uma orientação crítica em virtude da alienação do trabalho determinada pelas condições de trabalho do assistente social neste campo.

Palavras-chave: dimensão socioeducativa, relações sociais e Serviço Social

ABSTRACT

The socioeducative dimension of the social work: a cut in technical and social work particularities in “Minha Casa, Minha Vida” program

The dissertation presented here has as object of analysis the socio educative dimension of the work of social workers , with the cut of analysis work done by social workers inserted in urban policy . The objective is to understand the determinations of socio dimension and apprehending its social direction and content. so it was discussed the fundamentals of professional work inserted within capitalist social relations, to apprehending the ideological character that permeates professional work, as well as its political potential from the critical guidance of project hegemonic social work profession. From this point, we sought to characterize the elements of professional work approaching the critical dimension socioeducative of the guideline of professional project. Still approached the reproduction of capitalist social relations and their connections with daily life, space and territory, categories that were also the subject of analysis in the search for understanding of the proposed object. Investigated the socioeducative dimension of the work of social workers inserted in performing the technical work linked to social “Minha Casa, Minha Vida” from the interviews and analysis of policy documents produced by the government. The results show the challenges for the construction of a socioeducative dimension of the work of social workers linked to critical guidance due to the sale of certain work by working conditions of social workers in this field.

Keywords: socioeducative dimension, social relations and Social Work

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1	114
Tabela 1 Anos de Formação	141
Tabela 2 Formação profissional	141
Tabela 3 Pós-Graduação	141
Tabela 4 Contrato de trabalho	142
Tabela 5 Condições Éticas e Técnicas de Trabalho	142

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Reprodução das relações sociais capitalistas	15
1.1. Cotidianidade, fetiche e alienação	25
1.2. Espaço Social e relações sociais capitalistas	36
1.3. Território, Lugar e Cotidiano	43
2. A dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social	50
2.1. Serviço Social e reprodução das relações sociais	50
2.2. Projeto ético-político do Serviço Social	64
2.3. Contextualização do objeto: afinal o que é a dimensão socioeducativa?	72
3. Dimensão socioeducativa do trabalho profissional no trabalho técnico-social no Programa “Minha Casa, Minha Vida”:	98
3.1. Procedimentos metodológicos	98
3.2. Trabalho Social na Política Urbana: Síntese dos manuais	99
3.3. Condições e organização do trabalho do assistente social: tendências e desafios para a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social	121
3.3.1. Tendências para a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social	146
4. Considerações finais	152
5. Bibliografia	161
Anexos	166

INTRODUÇÃO

A presente dissertação traz como objeto de análise a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social a partir de um recorte de estudo situado no âmbito da atuação profissional no trabalho técnico social articulado aos empreendimentos do programa “Minha Casa, Minha Vida” em Juiz de Fora. Tem-se com objetivo analisar a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social em sua direção social, estratégias e tendências.

A eleição deste tema de estudo se deu a partir da minha experiência de trabalho que, desde o estágio, esteve permeada pela demanda de realização de trabalhos socioeducativos junto aos sujeitos sociais que buscavam os serviços nas diferentes instituições em que estive inserida.

A realização do meu estágio se deu em um programa de extensão da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) chamado “Território de Oportunidades”, direcionado a adolescentes moradores dos bairros da cidade de Juiz de Fora, onde era comum o conflito em decorrência do território de origem dos adolescentes envolvidos. O programa era composto de uma série de projetos de extensão que ofereciam aos jovens oficinas, abarcando os mais diversos campos de conhecimento disponíveis pela universidade. Cabia ao Serviço Social a realização da oficina socioeducativa em que o objetivo era problematizar os diversos dilemas cotidianos vivenciados pelos adolescentes de modo a construir uma percepção crítica de tais dilemas, fomentando a ação política dos adolescentes. Tratava-se, portanto, de interferir na maneira com os adolescentes concebiam suas condições concretas de vida de forma a estimular a ação política.

Minha experiência no campo da saúde que se deu no programa de Residência em Serviço Social do Hospital Universitário da UFJF também esteve entrecortada pela demanda de realização de trabalho socioeducativo. Seja através dos grupos de educação em saúde, seja através das abordagens sociais realizadas, individualmente, nos ambulatórios e enfermarias. Neste espaço, a tônica era fornecer informações acerca dos cuidados em saúde, visando produzir comportamentos de promoção da saúde e prevenção de agravos, além do estímulo ao processo de controle social no âmbito da política de saúde em espaços institucionais e não institucionais.

Meu atual campo de trabalho é a Companhia Municipal de Saneamento de Juiz de Fora, uma empresa pública da Prefeitura de Juiz de Fora, onde o trabalho profissional esteve, tradicionalmente, voltado para a assistência aos trabalhadores da empresa, no entanto, tem sido recorrente a demanda pela elaboração de propostas de trabalho técnico social atreladas às obras de investimento em saneamento financiadas pelo Governo Federal. Nesta frente de trabalho, verifica-se a demanda de atuar junto à população das áreas de rebatimento dos investimentos. Trata-se da necessidade de realização de ações socioeducativas direcionadas à produção de comportamentos adequados às novas condições de saneamento.

Assim, percebe-se que a busca pelo estudo da dimensão socioeducativa do trabalho profissional tem uma conexão íntima com as experiências profissionais por mim vividas e pelo entendimento de tratar-se de uma dimensão do trabalho profissional permeado, de possibilidades políticas de investimento no potencial dos sujeitos sociais para os quais os assistentes sociais direcionam seus serviços.

Este estudo parte da compreensão de profissão inscrita no processo de reprodução das relações sociais, tal como nos aponta Iamamoto (2011 e 2007). Essa compreensão da profissão situa historicamente a profissão como trabalho concreto que atende a uma determinada necessidade social de reprodução material e imaterial da classe trabalhadora. Assim, ao operar os diversos serviços sociais, sejam eles públicos ou privados, os assistentes sociais estão inseridos nos processos de reprodução das relações sociais capitalistas, dentre os quais se destaca a função ideológica que o Serviço Social cumpre neste processo. A autora ressalta ainda as condições sobre as quais o trabalho do assistente social se realiza na sua condição de trabalho abstrato, traduzida na condição de assalariamento.

Assim, ao abordarmos neste trabalho a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social, tratamos da dimensão do trabalho profissional que produz impactos na forma como os sujeitos sociais elaboram seu pensamento e sua ação no curso da inserção do trabalho profissional na reprodução das relações sociais.

Como profissão inscrita no âmbito da contradição entre as classes sociais, o trabalho profissional sofre um tensionamento na construção da direção social, abrindo a possibilidade para o fortalecimento de um dos polos desta contradição. Reside aí o caráter político da profissão identificado, tanto por Iamamoto (2006) quanto por Palma

(1986), que possibilita ao profissional posicionar-se em defesa de um determinado projeto societário.

A partir desta possibilidade, na contemporaneidade, o Serviço Social se orienta por projeto ético-político de inspiração crítica que demarca a identidade entre o projeto profissional e o projeto de sociedade alternativo à lógica capitalista. O projeto ético-político do Serviço Social que se traduz como direção social ao trabalho profissional é uma construção coletiva da categoria profissional que expressa uma identidade profissional comprometida com as necessidades e interesses articulados ao projeto da classe trabalhadora, e por isso, permeado por valores e princípios democráticos. Trata-se de uma escolha política da categoria frente à inserção contraditória da profissão no seio das relações sociais capitalistas (BRAZ e BARATA, 2009).

O projeto ético-político do Serviço Social representa os objetivos profissionais da categoria na contemporaneidade, e nesse trabalho, se coloca como diretriz para a compreensão da dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social, tendo em vista que este estudo pretende desvelar sua direção social, estratégias e tendências, buscando elencar elementos para o fortalecimento deste projeto de profissão.

No âmbito da realização do trabalho, no entanto, o projeto profissional se coloca como norte dos fins mediatos do trabalho profissional, mas é tensionado pelo estatuto assalariado da profissão. O estatuto assalariado do trabalho profissional impõe condições que delimitam os limites da autonomia relativa e lhe determina as condições de alienação ao trabalho do assistente social, tal como ao conjunto da coletividade dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2007).

Tendo em vista, portanto, a tensão entre as diretrizes do projeto ético-político do Serviço Social e o estatuto assalariado da profissão, elegeu-se como objetivo deste trabalho, analisar a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social em sua direção social, estratégias e tendências.

Para tanto, realizamos um recorte analítico no âmbito do trabalho técnico social atrelado ao programa "Minha Casa, Minha Vida" em Juiz de Fora. Esse recorte se deu em razão de duas ordens: o primeiro refere-se à natureza eminentemente educativa que configura a demanda do trabalho técnico-social atrelado aos empreendimentos no âmbito da política urbana e o segundo, pelo fato de se configurar em um campo de trabalho crescente devido à obrigatoriedade do trabalho técnico social como componente dos empreendimentos financiados pelo Ministério das Cidades.

De acordo com Cardoso (2013), o programa "Minha Casa, Minha Vida" foi lançado em 2009, com o objetivo de criar condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos, estabelecendo subsídios financeiros diretos, aumentando o volume de crédito para construção e aquisição de moradia e reduzindo os juros. O lançamento do programa se inscreveu no bojo das estratégias do governo brasileiro em resposta à crise econômica de 2008, mobilizando a economia através do fomento ao setor da construção civil, pois se estabelece como um programa de crédito tanto ao consumidor, quanto ao produtor de habitações. Ao autor esclarece ainda que a formatação do programa guarda um protagonismo do empresariado da construção civil quando sua configuração foi inspirada a partir de propostas desse setor.

Assim, verifica-se que o "Minha Casa, Minha Vida" é um programa habitacional cujos objetivos de resolução da questão habitacional se submetem à necessidade de enfrentamento da crise econômica. Sendo assim, a própria forma de constituição do programa nos evidencia as conexões da política habitacional aos interesses das classes dominantes. Entendemos que o trabalho técnico social atrelado ao programa "Minha Casa, Minha Vida" não se distancia das referências ideológicas que permeiam o programa, constituindo-se, portanto, como um campo instigante para o debate da dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social.

Para darmos conta da análise proposta, temos no primeiro capítulo a reflexão que trata da reprodução das relações sociais capitalistas demarcadas pelo fetiche e alienação que se expressam no cotidiano da vida social e nas configurações espaciais e territoriais.

Esta questão é de fundamental importância para o cumprimento dos objetivos postos neste trabalho, tendo em vista que o trabalho profissional do assistente social está inscrito, é determinado e condicionado por tais relações. Os assistentes sociais, inseridos na cotidianidade trabalham junto aos sujeitos sociais, produzindo implicações na subjetividade destes sujeitos. Conforme Iamamoto (2011: 123), o assistente social efetiva sua intervenção a partir “das expressões concretas do cotidiano da vida dos indivíduos e grupos.”.

A partir da discussão das relações sociais e da cotidianidade, buscamos referências acerca da relação entre estes elementos e a configuração espacial e territorial. Neste ponto, aparecem as contribuições de Lefebvre acerca do espaço social

e sua relação com o processo de reprodução das relações sociais capitalistas. Lançamos mão também das contribuições de Milton Santos no debate acerca do território e sua relação com a cotidianidade.

O segundo eixo de análise, no capítulo 2, trata da inscrição do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, demarcadas pelo embate entre capital e trabalho que determina a natureza contraditória e o caráter ideológico da profissão. É justamente esta natureza contraditória da profissão que viabiliza ao Serviço Social a possibilidade de se articular a projetos societários diferenciados. Neste bloco nos coube caracterizar a orientação hegemônica da profissão expressa no projeto ético-político do Serviço Social, evidenciando-o como marco na construção das possibilidades profissionais que podem se expressar na dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

Ainda no capítulo 2, buscamos contextualizar a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social, demarcando a sua fundamentação, os elementos de sua determinação e as principais estratégias na sua construção a partir da orientação do projeto ético-político do Serviço Social, referenciando nossa discussão nas contribuições de Palma, Yamamoto e Abreu.

O capítulo 3 apresenta a pesquisa realizada a partir da análise de documentos norteadores do trabalho técnico-social no âmbito da política urbana e entrevista realizada com assistentes sociais inseridas neste campo de atuação.

A partir das análises pudemos identificar a direção social e estratégias que os profissionais vêm empreendendo a dimensão socioeducativa do trabalho e vislumbrando as tendências que se determinam a partir da precarização e alienação do trabalho do assistente social neste campo de atuação.

1. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS

Este trabalho busca a compreensão da dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social inscrito no âmbito da política urbana com objetivo de identificar as tendências que permeiam tal dimensão em suas estratégias e direção social. Trata-se, portanto, do estudo de uma dimensão do trabalho profissional que se constitui a partir da inserção do Serviço Social no seio das relações sociais capitalistas e dos rebatimentos que este trabalho produz na cotidianidade dos sujeitos que buscam os serviços deste profissional, especialmente no âmbito ídeo-político.

Ainda como consequência do recorte de estudo aqui efetuado, pretende-se identificar tais tendências da dimensão socioeducativa que permeiam o trabalho no âmbito da política urbana.

Assim, para que se possa alcançar os objetivos deste trabalho, é necessário travarmos uma discussão acerca das relações sociais capitalistas e suas determinações no cotidiano da vida social e na configuração espacial e territorial. Esta discussão é fundamental para pensar o trabalho profissional inscrito no âmbito da política urbana, porque materializam as diversas expressões da questão social que se colocam como matéria do trabalho profissional.

Iamamoto (2011), ao buscar situar a profissão no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, quando afirma a instituição do Serviço Social como produto da totalidade da realidade social, nos aponta que o significado social da profissão somente pode ser apreendido a partir da análise das determinações postas pelas condições e relações sociais dadas historicamente, pois a legitimidade da profissão se sustenta nas respostas construídas às necessidades sociais engendradas nas relações sociais estabelecidas em uma forma de sociabilidade determinada.

A autora, pautada na teoria social marxiana, busca ultrapassar uma perspectiva endógena na análise da profissão e identificar o significado da profissão a partir da sua inserção em uma dinâmica social, determinada e constituída pela relação contraditória entre capital e trabalho, que marca as relações sociais estabelecidas no modo de produção capitalista maduro. Neste sentido, o esforço se concentra na compreensão da produção e reprodução das relações sociais capitalistas enquanto uma totalidade social.

A autora parte da concepção fundamental de que capital é uma relação social e que o modo de produção capitalista pressupõe uma formação social determinada constituída na história. Todo o processo de produção trata-se de uma atividade social, tendo em vista que os homens que se reúnem para produzir coletivamente os meios necessários para a satisfação de suas necessidades, portanto, as relações sociais estabelecidas serão determinadas pela forma de organização dos homens para produção dos seus meios de existência. Uma determinada formação social é dada a partir das relações que os homens estabelecem entre si, ao produzir os meios de vida.

Destas premissas também decorre a compreensão de que as condições da produção são estabelecidas, determinadas pelas condições históricas sob as quais os homens se reúnem para produzir suas condições de vida, por isso, além de social, a produção é essencialmente histórica.

O modo como os homens produzem seus meios de existência depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de existência encontrados e a reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, de um determinado *modo de vida*. Como exteriorizam a sua vida, assim os indivíduos o são. aquilo que eles são coincide, portanto, com sua produção, isto é, tanto com *que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais sua produção. (MARX e ENGELS, 2009: 24-25)

Os homens precisam estar em relações para construir em seus meios de vida através de relações sociais que são dadas em condições históricas determinadas; portanto, a forma das relações de produção implica em determinadas representações e ideias que orientam as ações dos sujeitos sociais no cotidiano da vida social, portanto, as relações estabelecidas na esfera da produção dos meios materiais de vida vão se espalhar para as outras dimensões da vida social.

O processo de produção capitalista expressa uma forma determinada de organização dos homens para produzir suas condições materiais de vida e, ao produzir suas condições materiais, reproduzem também as ideias que expressam as relações sociais e as condições materiais sobre as quais se assentam, garantindo, assim, as condições de sua manutenção e ampliação. De acordo com Iamamoto (2011),

sustentando sua análise na produção marxiana, na sociedade burguesa o capital é a relação social determinante que impõe inteligibilidade a todo o processo da vida social, pressupõe uma relação entre capital e trabalho assalariado; portanto, o capital não é uma coisa material, mas sim uma determinada “relação social de produção”, correspondente a uma determinada formação histórica da sociedade e que, se aparece como uma coisa, é porque sua dinâmica é permeada pela fetichização de seus fundamentos.

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrando o antagonismo que as permeia. Assim, a produção social não trata de produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas. (IAMAMOTO, 2011: 36)

De acordo com Marx (2011), os homens, por meio das forças naturais de seu corpo, realizam um intercâmbio com a natureza, para produzir os meios de satisfação de suas necessidades. Por meio do trabalho, o homem transforma o material sobre o qual opera, subordinando-o à sua vontade, operando a sua capacidade teleológica de antecipar idealmente o resultado esperado de sua ação, utilizando instrumentos e os meios necessários para tal. Dessa forma, o homem tem como produto de seu trabalho a satisfação de uma necessidade. Um produto que tem uma determinada utilidade social manifesta na satisfação de sua necessidade, portanto, o processo de produção de um valor de uso tem como componentes o próprio trabalho, o objeto de trabalho sobre o qual o homem aplica sua força de trabalho e os meios de trabalho que são o instrumental necessário para sua realização.

Ressalta-se que o processo de trabalho tem como resultado produtos dotados de uma utilidade social que atende a uma necessidade social específica. Trata-se do valor de uso do produto que consiste na capacidade de prover necessidades de servir às comodidades da vida humana, que, portanto, só se realiza mediante a sua utilização e o seu consumo, constituindo, assim, a forma material da riqueza em qualquer formação social.

Trata-se do valor de uso que consiste na capacidade de prover necessidades, de servir às comodidades da vida humana que, portanto, só se realiza mediante a sua utilização e o seu consumo, constituindo, assim, a forma material da riqueza em qualquer formação social.

O processo de produção capitalista, no entanto, vai apresentar particularidades que podem ser desvendadas através da análise da mercadoria, considerada por Marx a forma elementar da riqueza, que sintetiza, contém e carrega as determinações do processo de produção. A mercadoria, portanto, é a forma de representação do capital criada e recriada no movimento da produção.

A expressão do capital na forma mercadoria se dá tanto como meios de produção, quanto como meios de vida. Meios de produção trata-se de todos os elementos constitutivos e necessários no processo de produção de mercadorias, são o objeto de trabalho, os meios de trabalho e a própria forma de trabalho. Os meios de vida se referem às necessidades dos trabalhadores para reproduzirem sua existência. No processo de produção capitalista, tanto os meios de produção, quanto os meios de vida vão estar expressos sob a forma da mercadoria.

O capital se apresenta na forma fenomênica da mercadoria, fazendo com que as relações sociais entre pessoas se apresentem, em sua aparência, como relação entre coisas. Sendo assim, a forma mercadoria, ao carregar e expressar os fenômenos da produção capitalista, também encobre as contradições que permeiam a relação social que as fundamenta. Ao aparecer como relações entre mercadorias, entre coisas, as relações sociais expressas na mercadoria são mistificadas, são fetichizadas.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho, por ocultar, portanto, a relação social entre trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. [...] Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana no mundo das mercadorias, Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias. Esse fetichismo do mundo das mercadorias decorre, conforme demonstra a análise precedente, do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias. (MARX, 2011:94)

Iamamoto (2011) destaca que a mercadoria é produto do trabalho humano geral indiferenciado, materialização de força humana de trabalho, por isso atende a uma necessidade social, integrando-se na totalidade do trabalho coletivo da sociedade e na divisão social do trabalho, portanto, o valor da mercadoria é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário e incorporado na sua produção.

O trabalho é substância comum que viabiliza objetos de qualidades diferentes serem trocados em uma relação de equivalentes, contudo é somente nesta relação de troca entre equivalentes que o valor da mercadoria se expressa. Trata-se do seu valor de troca. Os produtos assumem a forma de mercadoria porque são trabalhos privados que necessitam ser trocados, tendo valor de uso para outros e valor de troca para o possuidor. Nesse processo de troca, historicamente o dinheiro assumiu a forma de equivalente universal entre mercadorias de qualidade diferenciadas.

É o fato de carregar uma quantidade do trabalho humano geral que possibilita a equivalência de uma mercadoria frente a mercadorias de qualidade diferenciadas no processo de troca. Na esfera da circulação, os homens estabelecem relações entre seus trabalhos equivalentes materializados em objetos. O caráter social de seus trabalhos aparece como sendo a relação entre os produtos, e independente de seus produtores. É neste sentido que a mercadoria mistifica as relações sociais entre pessoas, escamoteada pela relação entre coisas.

O processo de produção capitalista é demarcado por características particulares que se fundamentam na alienação. Iamamoto (2011) explicita que o processo capitalista se fundamenta na transformação da mercadoria em capital. Trata-se de um processo de valorização e não de um processo de produção de trabalho que tenha como fim a produção da satisfação das necessidades, mas a finalidade é a produção valor, de mais valor, a ser apropriado pelo capitalista.

Para a produção de capital, a produção de mais valor-trabalho é o elemento central, pois é através da exploração do trabalho que o capitalista produz as condições da produção do excedente a ser expropriado, portanto, no capitalismo, o capital pressupõe a subsunção de uma classe a outra. Capital e trabalho assalariado são elementos constitutivos do capital e se reproduzem mutuamente.

A transformação da mercadoria expressa no dinheiro, em capital se mostra em três processos: a) compra e venda dos meios de produção e da força de trabalho; b) a produção em si: consumo produtivo da capacidade de trabalho e meios de trabalho que

são transformados em produto que contém o valor adiantado + mais-valia criada; c) circulação: o valor do capital empregado e da mais-valia se realizam através da transformação da mercadoria em dinheiro.

Nesse processo de transformação de dinheiro em capital apenas meios e objeto de trabalho não são suficientes para a produção de mercadorias. É necessário uma mercadoria especial, cujo valor de uso é arrancar da inércia meio e objetos de trabalho e lhes agregar valor. O trabalho é a única mercadoria capaz de produzir valor e nisso está o seu valor de uso.

Contudo, para que a particularidade do processo de produção capitalista de transformar dinheiro em capital aconteça, é necessário que o trabalho esteja despossuído das condições de sua realização. Dessa forma, o fundamento do processo de produção de capital é a propriedade privada dos meios de produção por parte do capitalista, pois, despossuído dos meios de produção o trabalhador se vê obrigado a apresentar-se no mercado para dispor da única ferramenta de sua propriedade que é a sua própria força de trabalho.

É para atender a essa condição que o trabalho livre é uma premissa fundamental no capital, dessa forma, capital e trabalho se apresentam ao mercado em uma aparente condição de igualdade jurídica, para que assim estabeleçam contrato de troca de mercadorias que cada um possui.

O trabalhador dispõe da mercadoria força de trabalho em troca da mercadoria dinheiro, expressa no salário que representa a possibilidade do trabalhador ter acesso aos seus meios de vida, portanto, a mercadoria dinheiro que o capitalista apresenta no mercado é a expressão dos meios de vida necessários à reprodução do trabalhador e de sua família.

O capital compra a força de trabalho por um determinado tempo, podendo dela dispor da forma que melhor entender. O trabalhador não tem outra saída senão vender sua única propriedade que é a força de trabalho, pois ele está alijado dos meios necessários à realização de seu trabalho. Se não dispuser a venda de sua força de trabalho, o trabalhador não tem como produzir suas condições de subsistência. Alijados dos meios de produção, o homem também está alijado das condições da sua reprodução material.

Assim sendo, durante o processo produtivo, todos os meios de produção são propriedades do capital, incluindo-se aí os meios de trabalho e o próprio trabalho,

portanto, até mesmo o processo de organização da produção não pertence à vontade, ao desejo, ou ao julgamento do trabalhador. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho durante o tempo contratado, permitindo ao capitalista o controle do processo de trabalho, de modo a garantir o emprego racional dos meios de produção, evitando desperdícios e garantindo maior intensidade possível da exploração da força de trabalho comprada.

Neste processo, o produto do trabalho também é alheio ao trabalhador, pois se torna propriedade do capital assim que é produzido. Nem mesmo o dinheiro que retorna ao trabalhador sob a forma de salário e é necessário para a garantia de seus meios de vida representa o produto de seu trabalho, já que a riqueza excedente gerada lhe é expropriada. O valor da força de trabalho na circulação é diferente do valor que este trabalho cria na produção. No modo de produção capitalista, o trabalhador produz para além da necessidade de sua subsistência, gerando o valor excedente que é apropriado pelo capital. Sendo assim, o trabalhador não trabalha para satisfazer suas necessidades, mas sim para satisfazer necessidades estranhas, tornando o trabalho algo exterior e que lhe mortifica.

Nesse processo o capital conserva os valores empregados nos meios de produção, agregados pelo valor criado pelo trabalho. Apenas o trabalhador sai do processo da mesma forma como entrou: recebendo apenas os meios para manter sua sobrevivência. Meios estes que logo são consumidos, obrigando-o a retornar ao mercado para vender sua força de trabalho. O salário é empregado na aquisição de meios de vida do trabalhador e de sua família, por isso, seu consumo individual reproduz o trabalhador enquanto trabalhador assalariado como uma condição que se propaga de geração em geração.

Contudo este ciclo não é apenas o ciclo de produção de capital, trata-se também da reprodução do capital, ciclo de produção e de reprodução das relações sociais capitalistas. A mercadoria, produto do processo de trabalho e valorização do capital, cujo valor contém o trabalho pago e o trabalho não pago expropriado pelo capitalista, entra na esfera da circulação para realizar seu valor e o capitalista tem de volta o dinheiro investido mais o dinheiro expressão da mais-valia expropriada. Nesse processo, o capitalista retorna o capital realizado para investimento no ciclo produtivo, tornando a mercadoria equivalente universal dinheiro em mais meios de trabalho.

Nessa lógica, percebe-se que o trabalhador é pago com o fruto de seu próprio trabalho e com o fruto do trabalho também são pagos os meios de trabalho para o início de um novo processo de valorização de capital. Desta lógica perversa, tem-se que o trabalhador produz o capital e a próprias condições de sua exploração, portanto, para a compreensão das relações sociais sob as quais o ciclo do capital se reproduz, é preciso considerar os termos desta relação, enquanto classes sociais e que personificam o capital e trabalho em seu antagonismo.

A sociedade, sob a lógica da reprodução social capitalista, não pode prescindir da produção e do consumo, pois essa é a condição da existência humana. O processo de produção se constitui na continuidade da produção, mas não é mera repetição: se dá por meio de um processo que se renova, se cria e recria de modo peculiar.

Estando os meios de vida monopolizados pelo capital, apartados do elemento gerador de riqueza, inviabiliza-se a produção de satisfação das necessidades da classe trabalhadora por meio de seu trabalho. Nesse sentido, Yamamoto (2011) evidencia que a classe trabalhadora se cria em antítese consigo mesma. Os próprios meios de sua dominação são a condição de sua sobrevivência e a continuidade do processo capitalista é um processo de produção e reprodução das classes sociais em contradição. É o que nos ensina Marx:

O capital não produz, portanto apenas capital; produz também uma massa operária crescente a única substância graças à qual pode funcionar como capital adicional. De modo que não é apenas o trabalho que, em antítese consigo mesmo e numa escala cada vez mais ampla, produz as condições de trabalho enquanto *capital*; também o capital produz numa escala cada vez maior os *assalariados* de que necessita. O trabalho produz suas condições de produção enquanto capital, o *capital* produz o trabalho enquanto trabalho assalariado, como meio de realização enquanto capital. A produção capitalista não é apenas reprodução da relação; na sua reprodução a uma escala cada vez maior e na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista, se desenvolve a força produtiva social do trabalho, cresce também perante o operário a riqueza acumulada, como riqueza como um mundo alheio e que o domina; e na mesma proporção se desenvolve sua pobreza sua indigência e sua sujeição subjetivas. (Marx, 1969: 135- *grifos do autor*)

O fetiche da mercadoria esconde a reprodução de uma relação social de dependência perpétua que é renovada incessantemente nessa relação de compra e venda aparentemente entre coisas, gerando os processos determinantes da alienação que Marx sustenta nos seguintes aspectos:

1) a relação do operário com o *produto do trabalho* como objeto estranho e com poder sobre ele. Esta relação é simultaneamente a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos naturais como um mundo estranho que o enfrenta hostilmente. 2) a relação de trabalho como *ato da produção*, no interior do *trabalho*. Esta relação é a relação do operário com suas atividade própria como estranha, não lhe pertence, a atividade como sofrer, a força como impotência, a procriação como castração . a energia física e espiritual *própria* do operário a sua vida pessoal como uma atividade virada contra ele próprio, independente dele, não lhe pertencendo. A auto-alienação tal como acima a alienação da coisa. (...) Assim, o trabalho alienado torna: 3) *o ser genérico do homem* – tanto a Natureza como a sua faculdade espiritual genérica – num ser *estranho* a ele, nem meio de *existência individual*. Ele aliena do homem o seu corpo próprio, bem como a Natureza fora dele, bem como a sua essência espiritual, a essência humana. 4) Uma consequência imediata de que o homem está alienado do produto de seu trabalho , da sua atividade vital, do seu ser genérico, é a *alienação do homem do homem*. Quando o homem se enfrenta a si próprio, enfrenta-o o *outro* homem. O que vale para a relação do homem com o seu trabalho, com o produto de seu trabalho e consigo próprio, vale para relação do homem com outro homem, tal como para o trabalho e objeto de trabalho do outro homem. (MARX, 2012: 98-99 e 101-102 - *grifos do autor*)

A reprodução ampliada do capital é a reprodução das relações de classe, reprodução dos antagonismos de classe, cuja tendência é se aprofundar na medida do desenvolvimento do capitalismo e da acumulação. A lei geral da acumulação de que trata Marx supõe acumulação de riqueza inseparável da acumulação da miséria e a pauperização de quem a produz, processo que se evidencia com o desenvolvimento da acumulação do capital em que há uma tendência na alteração da composição orgânica do capital, alterando a relação entre capital constante (meios de produção) investido na produção e capital variável (força de trabalho), exponenciando a exploração do trabalho, expulsando trabalhadores da produção, engrossando a massa sobranete de mão de obra, processo este que resulta em acumulação de riqueza em um polo e pauperização em outro.

A reprodução ampliada do capital supõe reprodução ampliada da classe trabalhadora e do poder capitalista, trata-se, portanto, da reprodução do antagonismo de classe crescente em relação ao crescimento do capital. Observa-se a tendência de uma pauperização relativa da classe trabalhadora frente à acumulação do capital que atinge a globalidade da vida social dos trabalhadores, pauperização esta que se expressa em diversas dimensões da vida social.

Lefebvre (1984: 220) evidencia que o debate acerca da reprodução das relações

sociais pressupõe a compreensão crítica da “*produção e da reprodução dos meios de produção*” (grifos do autor), dentre os quais está inserida a reprodução das forças produtivas, onde se inclui o trabalhador que precisa se re-produzir, acompanhando o processo de desenvolvimento segundo a lógica do capital. Ressalta que todo crescimento econômico pressupõe a reprodução ampliada de capital constante e capital variável e que o ciclo do capital tende a reproduzir suas próprias condições.

A partir das próprias considerações de Marx, Lefebvre (1984) afirma que o processo de produção das relações não só é um resultado do processo de produção constantemente renovado, mas também é “reprodução das relações”. Tal processo vai além da mercadoria, pois “o conceito de reprodução das relações de produção incide sobre a totalidade, sobre o movimento desta sociedade no nível global” (*idem*: 225).

A relação não apenas se reproduz, mas se reproduz apenas numa escala cada vez mais massiva, não busca apenas mais operários e se apodera continuamente de ramos produtivos que antes não dominava: reproduz-se também em condições cada vez mais propícias para uma das partes, para os capitalistas, e mais desfavorável para a outra, os operários [...]. Devemos distinguir aqui dois elementos pelos quais a *reprodução da própria relação* numa escala constantemente mais ampla se diferencia, enquanto *resultado do processo capitalista de produção*, da primeira forma, tal como, por um lado entra em cena *historicamente* e, por outro lado, se apresenta sem cessar, de maneira nova, à superfície da sociedade capitalista desenvolvida. (MARX, 1969:135 e 136- *grifos do autor*)

Neste sentido, destaca-se que se a reprodução ampliada do capital supõe a miséria da classe trabalhadora, também está posta a base material para os processos de resistência e contestação da ordem social, combustível fundamental para politização da luta de classes e da questão social (expressão da condição necessária e estrutural do capitalismo em que, capital e trabalho reproduzem-se a partir da subjugação do trabalho ao capital e da entrada dos trabalhadores no cenário político, protagonizando ações direcionadas à imposição de limites à sua exploração), portanto, o processo de reprodução da dominação cria também sua própria negação.

Inicia-se assim uma revolução econômica total que, por um lado, produz pela primeira vez as condições reais para a hegemonia do capital sobre o trabalho, as aperfeiçoa e lhes dá uma forma adequada e, por outro lado, gera nas forças produtivas do trabalho, nas condições de produção e relações de circulação,

por ela desenvolvidas em oposição ao operário, gera, dizíamos, as condições reais de um novo modo de produção que elimina a forma antagonista do modo capitalista de produção e lança desta forma a base material de um processo de vida social conformado de maneira nova e, conseqüentemente, de uma formação social nova. (MARX, 1986:138)

A alienação e o fetiche que permeiam a lógica capitalista constituem-se em formas ideológicas que mascaram as contradições do real, mas não a eliminam, portanto, o antagonismo de classes inerentes à lógica capitalista, fica mascarado pela alienação que permeia o cotidiano da vida social. Neste cotidiano da vida social, porém encontram-se também as formas diferenciadas de resistência dos trabalhadores, sejam elas individuais ou coletivas organizadas conscientemente, ou não.

1.1. COTIDIANIDADE, FETICHE E ALIENAÇÃO

A vida cotidiana inunda a construção da consciência social, pois é a esfera imediata em que se assentam as relações estabelecidas entre os homens no processo de produção de seus meios de vida de reprodução das relações sociais. A partir do entendimento de que a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social trata-se de uma dimensão que produz rebatimentos nas formas de pensar e conceber o mundo por parte dos sujeitos sociais com quem o assistente social trabalha e de que tais rebatimentos são produzidos pela proximidade do assistente social à cotidianidade vivenciada por estes sujeitos, torna-se fundamental a reflexão acerca dos processos de construção da consciência que emergem da cotidianidade, especificamente da cotidianidade inscrita na sociabilidade capitalista marcada e pela alienação e pelo fetiche.

Para Marx e Engels (2009), a consciência é um produto social e representa uma faceta das relações históricas primordiais derivada da necessidade orgânica de intercâmbio entre os homens. De início, considerando as relações fundamentais, a consciência é apenas consciência do mundo sensível *imediato* e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas fora do indivíduo. Neste processo de consciência

sensível, o homem vai tomando consciência de si. Trata-se de uma consciência puramente animal da natureza, uma vez que o homem não domina totalmente a natureza exterior e a ela se subordina. Trata-se do que Marx chama de consciência de horda, pois a consciência é tão animal quanto a reprodução social em sua fase primária, portanto, até aqui tem-se uma consciência formada na prática existente entre os homens.

A consciência de um homem que vive, de fato, em sociedade, só surge a partir da consciência da necessidade de relação entre os homens. Esse processo de interrelação entre os homens promove o desenvolvimento da produção e das necessidades sociais, levando ao processo de desenvolvimento da divisão do trabalho que se constitui em real divisão do trabalho quando aparece a divisão entre o trabalho material e espiritual. É a partir desta divisão que a consciência tem a possibilidade de ser algo que não a consciência da práxis existente.

Contudo cabe elucidar, a partir dos pressupostos dados, que a consciência é fruto da organização dos sujeitos para produzir materialmente sua vida. A partir das formas como os homens organizam seu trabalho é que se determinará a consciência que estes homens produzem. A exposição até aqui nos subsidia à compreensão de que o modo como os homens se reúnem para produzir os meios materiais de vida dá a determinação de sua consciência. A produção da consciência está entrelaçada à produção das condições reais de vida. A consciência é produto da ação dos homens reais e não pode ser outra coisa a não ser o ser consciente em seu processo real de vida.

A produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como direta exsudação do seu comportamento material. (...) Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., mas os homens reais, os homens que realizam tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e pelas relações que a estas corresponde até as duas formações mais avançadas. (MARX e ENGLES, 2009:31)

É a consciência dos indivíduos vivos produzindo e reproduzindo-se, e sua determinação são as condições em que os sujeitos se organizam para produção de sua vida material, portanto, o ponto de partida, a premissa deve ser os homens em seu desenvolvimento real produzindo sua vida material em dadas condições.

A estrutura social é produto da ação dos homens no processo de produção de suas condições materiais de existência, está, portanto, condicionada pelas relações que os homens estabelecem para produzirem. Indivíduos determinados, produzindo de uma determinada forma vão estabelecer relações sociais determinadas que resultarão na constituição de um determinado modo de produção, permeado por uma relação natural e uma relação social.

“Em "A Ideologia Alemã", o esforço de Marx e Engels (2009) para demonstrar que é a vida que determina a consciência e não a consciência que determina que a vida tem como objetivo evidenciar as falácias da matriz idealista que marca a filosofia alemã, onde o ponto de partida para a compreensão da constituição da sociabilidade do ponto de vista “materialista da história” seriam as ideias, as representações concebidas pelos homens”, portanto, tendo como ponto de partida as ideias, a consciência seria o fundamento da realidade social.

Marx e Engels (2009) consideram que este processamento do pensar conduz à uma ilusão ideológica que não permite a compreensão dos fundamentos do real que distanciam a filosofia da realidade e não permitem a crítica. A perspectiva idealista não concebe os homens em suas condições sociais dadas, não chega à materialidade da vida humana e, portanto, não tem condições de compreender as contradições efetivas da estrutura social, portanto, esta lógica do pensar constitui-se em uma ideologia, em que os homens e suas relações aparecem invertidos, tal como em uma câmera escura, tendo-se em consideração que os aspectos ideológicos correspondem a falsas elaborações sobre o processo social.

Os pensadores partem da concepção de que tais aspectos ideológicos tem sua raiz no processo de divisão social do trabalho. A compreensão de que a divisão social do trabalho é a base fundante de todas as contradições, pois a divisão do trabalho e propriedade são expressões idênticas, na medida em que a divisão social do trabalho incide sobre a atividade e a propriedade privada terá incidência sobre o produto do trabalho.

Sobre a divisão social do trabalho está fundada a divisão desigual, quantitativa e qualitativa, do trabalho, dos produtos e da propriedade, gerando uma contradição entre os interesses dos indivíduos e famílias e os interesses comunitários que representam a dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho está dividido. A partir

desta contradição entre interesses uma esfera autônoma assume a representação do interesse comunitário, esfera esta concebida como Estado.

A divisão social do trabalho está, portanto, na base da divisão da sociedade em classes que colocam no âmbito do Estado os seus interesses diferenciados em disputa. Nesta disputa, interesses determinados prevalecem, promovendo o domínio de uma classe sobre a outra.

Sob o ilusório interesse “geral”, os homens são alienados da sua possibilidade de escolha. Ficam submetidos à regulação da produção para não perderem as condições e meios de sua subsistência, perdendo o controle de suas expectativas na sua realização histórica. Nas palavras de Marx e Engels,

O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que surge pela cooperação dos diferentes indivíduos requerida na divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos – porque a própria cooperação não é voluntária, mas natural – não como o seu próprio poder unido, mas como uma força alienada que existe fora deles, da qual não sabem donde vem e a que se destina, que eles, portanto, não podem dominar e que, ao contrário, percorre uma série peculiar de fases e etapas de desenvolvimento independente da vontade e do esforço dos homens e que até mesmo dirige essa vontade e esse esforço. (MARX e ENGELS, 2009: 49)

De acordo com Konder (2002), a reflexão de Marx sobre a ideologia é desenvolvida a partir da crítica de concepção de Estado em Hegel. Marx rompe com o ponto de vista hegeliano apontado que a construção do Estado não era uma construção de homens alienados e confusos, mas sim a consumação da própria alienação. A compreensão de Marx sobre a ideologia é intrinsecamente vinculada à percepção da alienação, do estranhamento.

A ideologia constituir-se-ia como uma forma de concepção do mundo que não dá conta de captar as contradições da sociedade na relação entre Estado e sociedade civil. A limitação do pensamento idealista hegeliano não capta a totalidade da realidade social, que é condição para o proceder do pensamento em direção à superação das contradições através do desvelamento de suas estruturas internas mais fundamentais.

Por isso Marx e Engels (2009) apontam o equívoco de se tornar a consciência como ponto de partida. Uma vez que a consciência é produto social que se estrutura sobre as condições materiais de vida, a consciência em uma sociedade de classes

pautada na alienação como elemento que percorre as relações sociais em todas as suas esferas, tendo a estar atrelada à alienação, constituindo como uma ideologia, uma perspectiva deturpada da realidade configurando como uma falsa consciência do real.

Em uma sociedade marcada pela dominação, as ideias da classe dominante tendem a ser as ideias dominantes. O fundamento desta afirmação é que o mundo material determina o mundo espiritual. Os homens vão construir suas representações a partir de suas condições materiais de vida, portanto, para chegar à verdade, é preciso partir das condições concretas em que os homens se organizam para se reproduzir e pelo processar do pensamento, desvelar as determinações históricas das contradições para então superá-las.

A divisão do trabalho manifesta-se também como divisão entre trabalho material e trabalho espiritual. Sendo assim, a esfera do trabalho espiritual é composta pelos ideólogos que pensam a sociedade tem um papel ativo na construção das ideias. A outra parcela recebe de forma passiva as ideias formuladas pelos ideólogos e estas parcelas somente entram em oposição no limite da dominação de classe. O que mostra a necessidade da classe que sofre dominação proceder à construção de ideias revolucionárias que tenham a condição de realizar as verdadeiras conexões, rompendo com as distorções ideológicas que servem como uma falsa consciência na sustentação de uma ordem pautada na alienação.

Assim, em uma sociabilidade em que a produção da vida material se dá marcada pela alienação e pelo fetiche, as relações sociais que se reproduzem sobre estas bases, demarcaram experiências cotidianas alienadas, "pois o cotidiano é o espaço social e o lugar das experiências e do jogo que envolve as disposições cotidianas na prática social, tanto as disposições corporais quanto as disposições cognitivas" (Lefebvre *apud* Lacombe, 2008)

Para Lefebvre, as relações na sociedade burguesa são o fator determinante para que a vida cotidiana seja marcada pela cisão entre a vida e o ser humano que vive, pois, marcada pelo traço da alienação, as experiências do vivido imediato não dão conta das contradições imanentes às representações que sustentam as relações sociais capitalistas. Na experiência vivida no imediato a consciência aparece fragmentada, tal qual a fragmentação do regime de trabalho e privada a uma percepção individual alheia aos processos da existência social.

a consciência mistificada , decorreria da ausência de elos conscientes entre o indivíduo e o mundo. As ideologias do mundo moderno comportariam sempre um grau considerável de mistificações que penetrariam a vida cotidiana tornando-se também um espaço para um fervilhar conjunto muito variado de mitos e de adesões mistificadas que se motivariam nos maus entendidos da consciência privada (LEFEBVRE *apud* LACOMBE 2008, 152)

De acordo com Netto (2010), pautado na análise lukacsiana sobre a cotidianidade, não há sociedade sem cotidiano, pois ele é o espaço da produção e reprodução da vida social, construído e constituído na história. A cotidianidade impõe aos indivíduos uma objetividade material que requisita respostas funcionais por parte dos indivíduos, reproduzindo padrões de comportamento específicos que cristalizam uma determinada forma de ser, uma determinada “modalidade de ser do ser social cotidiano” (*Idem* : 68). Neste sentido, o autor afirma que a cotidianidade leva o critério da funcionalidade a confundir-se com o critério da verdade.

O cotidiano produz implicações na formação da consciência dos sujeitos, constituindo-se em uma arena de disputa demarcada pela heterogeneidade, assinalada por fenômenos e interesses diversos; pela imediatividade constituída na relação direta entre pensamento ação e pela superficialidade extensiva com que os homens constroem respostas sem considerar as relações que vinculam os diferentes fenômenos.

Na cotidianidade o sujeito se percebe enquanto um sujeito singular, o que limita as possibilidades de alcance de uma consciência que contemple a perspectiva do humano genérico, portanto, na ordem do capital, o cotidiano aparece como espaço da alienação, em que o produtor, alienado de produto de seu trabalho, não tem as condições para compreender a dinâmica do processo de produção capitalista pautado na exploração, impossibilitando que os sujeitos tenham uma apropriação crítica dos processos que vivência, desarticulando conhecimento e ação na realidade direta. Netto (2010) reitera que a vida cotidiana como espaço de reificação dos homens, como lugar de alienação, sendo necessário resgatar a debruçar-se reflexivamente sobre o cotidiano à luz das contribuições de Marx e da tradição marxista.

Para Heller (2009), a vida cotidiana é o espaço do homem inteiro, onde se manifestam todas as esferas de sua vida e os homens põem em ação as suas capacidades. Ressalta ainda que não há homem que se desligue inteiramente da

cotidianidade, pois o homem nasce na cotidianidade, nela desenvolve suas habilidades e assimila as relações sociais que se estabelecem no tempo histórico de sua existência.

Trata-se de uma esfera heterogênea constituída organicamente por diversos tipos de atividade tais como a organização do trabalho, vida privada, lazer, descanso, o intercâmbio, dentre outras atividades sociais. Além de heterogênea, a vida cotidiana é também hierárquica, ou seja, as diversas atividades cotidianas assumem graus diferenciados de significância em relação às diferenciadas formas de estruturas econômicas e sociais. Por meio desta esfera heterogênea e hierárquica o indivíduo assimila normas e valores que lhe possibilitam realizar o intercâmbio com a natureza e com o grupo social. Através das referências apreendidas na cotidianidade o indivíduo torna-se capaz de manter de forma autônoma em integrações cada vez mais amplas no meio social.

Nesse sentido, Heller (2009) trata a vida cotidiana como essência social da história. A história, por sua vez, é a substância da sociedade, pois é através da ação dos homens, portadores da objetividade social, que a estrutura social se constitui e se perpetua. A ação humana no decurso da história é a essência da construção da estrutura social, da reprodução e da transformação das relações sociais estabelecidas.

Para melhor compreensão desse processo, Heller (2009) recorre à concepção marxista da história constituída pela relação dialética entre a teleologia (imanência) e causalidade (causalidade), que se sustentam na concepção de que os homens estabelecem finalidades e objetivos para sua ação, produzindo transformações na realidade a partir destas finalidades e objetos. O resultado da ação do homem, no entanto, não se materializa, não se objetiva da forma como concebe, pois antes, a ação do homem está sujeita às determinações objetivas das circunstâncias estabelecidas pela estrutura social.

Barroco (2008) nos ajuda a compreender o ponto de partida proposto por Heller (2009): tais determinações objetivas vão colocar à ação humana condições, causalidades, frente à objetivação das posições teleológicas, portanto, o homem constrói efetivamente a história, não nas condições de seu desejo, mas nas condições dadas pelo tempo histórico e pelas relações sociais que vivencia. As próprias realizações humanas orientadas do por teleológico, ao se objetivarem na realidade, se construirão como elementos externos à ação humana, passando a ter existência fora da cabeça do sujeito que as concebeu.

Assim, a materialização do por teleológico, ao se objetivar na realidade, ganha externalidade ao sujeito criador que não mais tem controle sobre o produto de sua ação, passando este a se constituir como uma nova causalidade à ação humana. Dessa forma, finalidades e causalidades estabelecem uma relação dialética, constituindo-se enquanto fatos ontológicos-sociais, motores da história, da construção das estruturas sociais

A história é a substância da sociedade. A sociedade não dispõe de nenhuma substância além do homem, pois os homens são portadores da objetividade social, cabendo-lhes exclusivamente a construção e transmissão de cada estrutura social. (...) A substância não contém apenas o essencial, mas também a continuidade de toda a heterogênea estrutura social, a continuidade dos valores. Por conseguinte, a substância da sociedade só pode ser a própria história. (HELLER, 2009: 12-13)

Heller (2009) nos aponta a história como substância social estruturada e amplamente heterogênea e que, nesta heterogeneidade, aparência e essência se relacionam num processo de construção de valores. O valor é uma expressão das relações e situações sociais concretas, constituindo-se como uma objetivação eminentemente social, portanto, a moral é o sistema de exigências e costumes, expressos pelos valores que permitem ao indivíduo social elevar suas necessidades imediatas (particulares do indivíduo) à universalidade genérica, esta articulada a uma determinada estrutura social concreta.

Homens escolhem sempre ideias concretas, finalidades concretas, alternativas concretas. Seus atos concretos de escolha estão relacionados com sua atitude valorativa geral, assim como seus juízos estão ligados a sua imagem de mundo. E reciprocamente: sua atitude valorativa se fortalece no decorrer dos concretos atos de escolha. (...) A insensibilidade da substância e o desenvolvimento dos valores – dada como possibilidade inclusive de uma situação de desvalorização – constituem a essência da história porque ela é contínua apesar de seu caráter discreto e porque essa continuidade é precisamente a substância da sociedade. (HELLER, 2009: 27)

Dadas as questões apresentadas, podemos verificar que o cotidiano é espaço de expressão das esferas heterogêneas que compõe a substância social. Na vida cotidiana, marcada pela heterogeneidade e hierarquia, os homens colocam suas questões em

relação e fazem suas escolhas valorativas, constituindo uma moral articulada a uma estrutura social determinada, portanto, não é espaço de mistificação apenas; ao mesmo passo, apresenta aspectos da essência humana na construção dos valores, provoca, também a degenerescência de outros.

Partindo da concepção de que a vida cotidiana é a vida de todo indivíduo, que expressa a particularidade e mesmo não representando, enquanto ser isolado, a essência da humanidade, também contém o genérico, as necessidades humanas apreendidas pela consciência são necessidades do “eu”, no entanto, tais necessidades apreendidas como necessidades individuais são necessidades constituídas em relação.

Enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós.” (HELLER, 2007: 36)

A cotidianidade começa pela relação em grupo, em comunidade. É na relação do sujeito com a comunidade, por meio da cotidianidade que se dá a assimilação de normas, valores e concepções de mundo, constituídas não apenas pela experiência de um só sujeito, mas do sujeito social, em relação. Na vida cotidiana da comunidade, o sujeito constrói sua consciência do “eu” articulada a consciência do “nós”, onde se explicita a teleologia do humano genérico, portanto, o homem singular contém tanto a particularidade, quanto o humano genérico.

De acordo com Heller (2009), o nível de particularidade ou de genericidade presentes na consciência do sujeito está articulada ao elemento da liberdade de escolha do indivíduo, e também é marcado pelas condições de manipulação social e da alienação, condicionando as possibilidades de liberdade dos sujeitos.

Na vida cotidiana, a esmagadora maioria da humanidade jamais deixa de ser, ainda que nem sempre na mesma proporção, nem tampouco com a mesma extensão, muda unidade vital de particularidade e genericidade. Os dois elementos funcionam em si e não são elevados à consciência. O fato de se nascer já lançado na cotidianidade continua significando que os homens

assumem como dadas as funções da vida cotidiana e as exercem paralelamente. (HELLER, 2009:38)

Para Heller (2009), a ética é um elemento que conecta as escolhas dos sujeitos ao genérico da vida em sociedade. Tendo como referência a moralidade, o sujeito tem maiores possibilidades de promover escolhas que se elevem acima do cotidiano, no entanto, na vida cotidiana, nem sempre é possível a realização de escolhas de forma consciente, pois a estrutura básica da cotidianidade inviabiliza que o sujeito se concentre em cada decisão que precise tomar.

A superação da particularidade e conexão com o humano-genérico exige dos sujeitos um processo de homogeneização que consiste em um processo de centrar toda atenção em uma única questão, suspensão de outras tarefas e concentração inteira da individualidade na tarefa à qual se dedique. Processo este que só é possível, por exemplo, à arte e à ciência, possibilitando a suspensão do cotidiano e uma conexão com o humano-genérico.

A suspensão do cotidiano torna-se condição para o processo de homogeneização, por isso, para Heller (2009), a estrutura da vida cotidiana está calçada em características¹ que dificultam essa conexão com o humano genérico, no entanto, não é a estrutura da vida cotidiana que aproxima o cotidiano da alienação, mas sim a estrutura social que conforma tal cotidianidade em suas formas de pensamento e comportamento. A vida cotidiana compõe a realidade social, portanto, a vida cotidiana estará tanto mais próxima da alienação, quando maior for a separação entre a atividade prática e a atividade humano genérica.

¹ Características dentre as quais Heller (2009) destaca: a **espontaneidade**, aliadas às assimilações consuetudinárias o sujeitos agem por motivações espontâneas e efêmeras; **probabilidade**, já que o sujeito não pode ter certeza absoluta dos resultados de sua decisão, age conforme possíveis efeitos esperados; **economicismo**, relativo à unidade imediata entre pensamento e ação, caracterizando o pragmatismo da cotidianidade; **ultrageralização**, que diz respeito a generalizações realizadas a partir de juízos confirmados na prática e que orientam ações futuras por meio de analogias; **uso de precedentes**, em que situações semelhantes já ocorridas servem de referência para o comportamento; **imitação**, que é o que possibilita o intercâmbio entre os sujeitos; **entonação**, dá o tom no processo de comunicação interferindo, tanto no pensamento, quanto avaliação perante o outro.

Deve-se afirmar antes de mais nada que a alienação é sempre alienação face a alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade. (...)a estrutura cotidiana, embora constitua indubitavelmente um terreno propício à alienação, não é de nenhum modo necessariamente alienada. Sublinhemos, mais uma vez, que as formas de pensamento e comportamento produzidos nessa estrutura cotidiana podem perfeitamente deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação, permitindo-lhe – enquanto unidade consciente do humano-genérico e do individual particular – uma condensação "prismática", por assim dizer, da experiência da cotidianidade, de tal modo que essa possa manifestar-se como essência unitária das formas de heterogêneas de atividades próprias da cotidianidade e nelas objetivar-se. (HELLER, 2009;57 e 58)

Nessas condições, Heller (2009) afirma que a vida cotidiana não é necessariamente alienada, mas que esta condição está presente quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica, quanto maior for a distância entre "a produção humano genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção" (*idem*, 58).

O processo de alienação, no entanto, que permeia a vida cotidiana marcada pelas relações sociais capitalistas, carrega também suas contradições, possíveis de serem desveladas a partir do movimento da crítica. Para Lefebvre, a concepção marxiana da história a partir da perspectiva da totalidade possibilita a realização da crítica do cotidiano, que tem no método de análise do real o elo entre o que os homens são e o que eles pensam. Isto porque tal disposição metodológica se propõe a partir das experiências do vivido na realidade imediata em busca de suas contradições que engendram as representações sociais alienadas - movimento que só é possível a partir da perspectiva da totalidade, em que essência e aparência são elementos constituintes da realidade imediata passíveis de desvelamento por meio do pensamento dialético elaborado pela reflexão teórica crítica que permita a suspensão do cotidiano alienado, por isso, o método permeado pela reflexão dialética se constitui em uma potencia transformadora (Lefebvre *apud* Lacombe, 2008).

1.2. ESPAÇO SOCIAL E RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS

Lefebvre *apud* Balbim (2003) a produção do cotidiano comporta a produção do espaço e do tempo cotidiano, portanto, a produção do espaço é a produção da dos objetos e relações que a compõe a cotidianidade, no entanto a produção do cotidiano, assim como toda produção humana é um campo aberto de possibilidades para a história. A essência do cotidiano é a história, portanto aberta ao campo de novas possibilidades e de um novo acontecer.

Se neste trabalho nosso objeto de estudo refere-se à dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social, que produz implicações *a partir e na* realidade cotidiana dos sujeitos com os quais este profissional trabalha, conforme enunciado anteriormente, e que tal estudo busca como recorte o trabalho desenvolvido junto ao público alvo de políticas públicas de habitação, a discussão da produção do espaço, do território e sua relação com o cotidiano da vida social não poderia estar fora do escopo de análise.

As discussões sobre o espaço ampliam a perspectiva de análise do movimento do capital enquanto relação social. Situado no bojo da reprodução das relações sociais, o debate do espaço adensa a compreensão da dinâmica excludente e de dominação do modo de produção capitalista. A configuração espacial demarca a desigualdade e a exploração na materialidade da vida social e, por isso, determina as condições de vida e trabalho expressas nas questões cotidianas da população com a qual o assistente social trabalha.

O debate sobre a questão espacial no possibilita situar, dar corpo e chão à questão social no bojo da sociabilidade capitalista. Apresentar-se o lugar da classe trabalhadora no território demarcado pela divisão social do trabalho, pela alienação e pelo fetiche que invadem a vida cotidiana. Sendo assim, seguem-se reflexões acerca da temática espacial no âmbito da tradição marxista que evidencia o espaço como espaço social constituído e constituidor das relações sociais capitalistas e acerca das relações que guardam a produção do território a cotidianidade.

Harvey (2005) evidencia a discussão do espaço contida em “O Manifesto do Partido Comunista” e destaca o trato que Marx e Engels dão à questão quando discutem a necessidade do mercado de permanente expansão sobre a superfície do globo como estratégia de instituir-se a produção e o consumo em um maior número de países quanto

possível. De acordo com o autor, Marx e Engels destacam que interdependência e um intercâmbio entre as nações, tanto na esfera da produção, do consumo, quanto na esfera intelectual. A burguesia espalha-se por todo o território do globo como modo de produção e como forma de social. Trata-se de uma “missão civilizatória” da burguesia no espaço geográfico.

Contudo Harvey (2005) destaca também que as estratégias de domínio espacial da burguesia, que promoveram uma concentração das forças produtivas e políticas no espaço urbano e a expansão das relações sociais burguesas no território global, possibilitou o que chama de consciência dos interesses comuns do proletariado, que passa a ser articulada por meio de instituições para articular suas reivindicações. A luta de classes, assim como as relações sociais capitalistas também se espalharam pelo globo, rompendo fronteiras. Dessa forma, na luta de classes também está atrelada a questão espacial.

Harvey (2005) faz diversas ponderações acerca da pouca consideração da questão espacial no Manifesto. Evidencia que a questão espacial ficou secundarizada frente à relevância dada à questão do tempo e da história, mas demarca a presença de reflexões importantes acerca das dimensões geográficas relativas à acumulação do capital e a luta de classes e do papel fundamental que a questão espacial desempenha na perpetuação do poder burguês e na supressão dos direitos e aspirações do trabalhador.

A partir de suas críticas ao Manifesto, destacam-se as contribuições de Harvey (2005) que chamam a atenção para uma leitura da não homogeneidade e não neutralidade na construção do espaço. Nesse sentido, o espaço deve ser entendido a partir das relações sociais capitalistas, na luta de classes e como expressão e determinante das condições de exploração dos sujeitos.

O espaço situado na esfera da reprodução das relações sociais capitalistas não está fora do processo de configuração da sociabilidade capitalista pautada na exploração. Em um movimento dialético, ao mesmo tempo em que o espaço expressa a relação de exploração entre as classes, a sua configuração também põe em movimento a reprodução desta exploração de classe.

No lastro da tradição marxista, Henri Lefebvre se lança na construção de uma teoria do espaço, cujo alicerce é a compreensão do espaço como uma produção social. Nesse caminho, em “A Produção do Espaço”, Lefebvre reafirma o espaço como um componente definido em sua relação dialética com as relações gerais de produção

capitalista. Trata o espaço como o espaço (social), que não é uma esfera autônoma com suas próprias leis, nem mera expressão de das relações produção, mas sim expressão das relações sociais e, ao mesmo tempo em que produz implicações em tais relações. Compõe seu pensamento uma dialética indissociável entre relações (espaciais) de produção e relações (sociais) de produção (TONUCCI FILHO, 2013:42).

De acordo com Lefebvre (2013) “o modo de produção organiza - produz - ao mesmo tempo certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza” (*idem*: 9). No âmbito do capitalismo, o espaço social sofre interferência de três níveis imbricados, sejam a reprodução biológica (família), da *reprodução da força de trabalho* (classe operária) e da *reprodução das relações sociais de reprodução* que garantem sua constituição e sua participação no processo de continuidade social.

A partir da interferência de tais relações no processo de constituição do espaço, Lefebvre (2013) evidencia uma tríade de representação que o espaço social contém e mantém em estado de coesão e coexistência: a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação. A *prática espacial* é a esfera do *percebido*, engendra o espaço da sociedade e, em relação dialética, a sociedade produz o espaço, dominando-o e dele se apropriando. As *representações do espaço* são as representações criadas pelos cientistas, planejadores, urbanistas e dos tecnocratas, trata-se do espaço *concebido*, penetrado pelo saber (ideologia e conhecimento misturados). Já os *espaços de representação* tratam do espaço do *vivido*, do espaço dos “habitantes”, dos “usadores”, do espaço dominado pelos sujeitos a partir da modificação pela imaginação e pela apropriação, marcado pelo simbolismo e pelo afetivo.

Percebido, concebido e vivido são momentos complexos que intervêm na produção do espaço de forma diferentes segundo suas qualidades e propriedades, segundo o modo de produção e segundo à época.

O espaço não pode mais se conceber como passivo, vazio, ou como fato não tendo ou sentido, tal como os “produtos”, senão o de ser trocado, se ser consumido, de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxo das matérias-primas e das energias, redes de distribuição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço entra nas relações de produção e nas forças produtivas (mal ou bem organizado). Seu conceito não pode, portanto, isolar-se e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. Não entraria ele também

na reprodução, aquela do aparelho produtivo, da reprodução ampliada, das relações que ele realiza praticamente. (Lefebvre, 2013: 125)

O espaço de ser compreendido como componente das forças produtivas, da divisão do trabalho e guardando suas conexões com a propriedade, escapando da classificação tradicional marxiana de “base-estrutura-superestrutura”, pressupondo que o espaço aparece e intervém “tanto no trabalho e nas relações de dominação (de propriedade) como no funcionamento das superestruturas (instituições)” (LEFEBVRE, 2013:126). A compreensão desta relação dialética entre espaço e relações sociais de produção conduzem à conclusão de que a produção do espaço constitui-se com uma totalidade aberta à construção na *história do espaço*.

No entanto o modo de produção, ao gerar suas relações sociais, produz também seu espaço a partir de um modelo pré-existente, penetrando na espacialidade consolidada, criando modificações lentas, portanto, a espacialidade capitalista não se constituiu de repente, mas é fruto de uma implicação mútua entre relações sociais e espaciais.

Assim, nesta relação ativa do espaço socialmente construído e as relações sociais capitalistas, o espaço, aberto ao campo da história e, por isso, aberto também à expressão da contradição, se configura como elemento operatório e instrumental ao exercício da hegemonia capitalista.

Como a hegemonia deixaria de lado o espaço? Este seria tão-somente o lugar passivo das relações sociais, o meio de sua reunificação tendo tomado consistência, ou a soma dos procedimentos de sua recondução? Não. Mais adiante, mostrar-se-á o lado ativo (operatório, instrumental) do espaço, saber e ação, no modo de produção existente. Demonstrar-se-á que o espaço serve à hegemonia e que esta se exerce por meio do espaço constituindo-se por uma lógica subjacente, pelo emprego do saber e das técnicas, um “sistema”. Engendrando um espaço bem definido, purifica-se o espaço do capitalismo (o mercado mundial) de contradições? Não. Se fosse assim, o “sistema” poderia legitimamente pretender a imortalidade. Alguns espíritos sistemáticos oscilam entre as imprecações contra o capitalismo, a burguesia, suas instituições repressivas, e a fascinação, a admiração desvairadas. Eles fornecem, a essa totalidade não fechada (a tal ponto que ela tem necessidade da violência), a coesão que lhe falta, fazendo da sociedade o “objeto” de uma sistematização que eles se obstinam em encerrar concluindo-a. Se fosse verdadeira, essa verdade se despedaçaria. De onde proviriam as palavras, os conceitos, que permitem definir o sistema? Eles seriam apenas os instrumentos. (LEFEBVRE, 2013:22)

Tonucchi Filho (2013) destaca a síntese de complexos aspectos acerca do conceito de espaço que Lefebvre elabora: o espaço figura entre as forças produtivas; aparece como um produto privilegiado que ora é consumido como simples mercadoria, ora é consumido produtivamente; demonstra-se instrumental politicamente inserido no controle da sociedade, em sua produção e ordenamento; sustenta a reprodução das relações de produção e propriedade e equivale a um conjunto de supraestruturas institucionais e ideologias.

Em “Espaço e Política” evidencia sua aceção do espaço a partir da crítica a diferenciadas abordagens na apreensão da questão e o faz a partir da compreensão de que o espaço tem uma função decisiva na totalidade da vida social, sendo necessário evidenciar quais práticas e estratégias servem as diferenciadas concepções.

Sendo assim, a primeira hipótese analisada por Lefebvre (2008) aborda a problemática na perspectiva do espaço como forma pura, como coerência e modelo de coerência que articula o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real. Lefebvre (2008) refuta essa hipótese, apontando que essa perspectiva elimina o tempo histórico na constituição do espaço, elimina o tempo vivido na construção do espaço. Aponta que o espaço não é puro, mas sim uma produção, por isso, necessita da mediação do conhecimento para que possamos apreender suas determinações, determinações estas construídas pelo tempo vivido, pelas relações sociais em sua relação com a construção do espaço.

A segunda hipótese de que trata considera o espaço social como um produto da sociedade e que para compreendê-lo, basta apenas uma descrição empírica dos seus elementos, deixando de lado a teorização, a reflexão sobre este espaço, entretanto, espaço não é apenas um produto, ele estabelece uma relação dialética com o social, por isso, sua apreensão não pode estar apenas no campo da descrição.

Na terceira hipótese trabalhada, o espaço não é considerado nem um ponto de partida, nem um ponto de chegada, mas se constitui enquanto uma mediação, um instrumento político manipulado de acordo com interesses de uma determinada classe, a classe dominante, portanto, nesta compreensão, o espaço é projetado como um instrumento de coerção e como um instrumento que escamoteia os processos e contradições do real, de modo a constituir-se como elemento para a dominação e representaria uma “falsa consciência”, um “fetichismo” que é conduzido pela burguesia.

Nesta perspectiva, Lefebvre (2008) aponta uma concepção racional-funcional do espaço vinculado à reprodução da força de trabalho pelo consumo. O pensador também refuta esta concepção, pois sua compreensão alcança o espaço na contradição para além da esfera da mediação. Articula-se não só a produção e reprodução, mas também a esfera da reprodução das relações sociais.

Assim, Lefebvre (2008) aponta a concepção de espaço que julga dar conta da apreensão efetiva sobre a questão do espaço. Ele trabalha com a noção de espaço articulado à reprodução das relações (sociais) de produção, ou seja, busca compreender o espaço ultrapassando o momento estritamente econômico da sociedade, o momento situado no campo da produção de mercadorias. É prudente ressaltarmos que, quando o pensador está tratando do espaço em sua articulação com a reprodução das relações sociais, não está pensando essa dimensão de forma autônoma a esfera da produção, já que a reprodução das relações sociais tem conexão íntima e inalienável com a esfera da produção nessas relações sociais. São esferas da vida social que se conectam organicamente em um movimento dialético.

Nesse sentido, inscrito no movimento da reprodução das relações sociais, o espaço guarda conexões com a esfera da produção, mas está para além dela, situa-se no tempo do vivido, da cotidianidade. Para Lefebvre, “trata-se da produção no sentido amplo: produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações” (LEFEBVRE, 2008:48) em que o espaço é o lugar da reprodução, da cotidianidade.

Lefebvre (2008) vai tratar o espaço como um elemento que, ao mesmo tempo, é abstrato-concreto, homogêneo e desarticulado. Diz também de um espaço homogêneo-fraturado, homogêneo e deslocado recortado, marcando a contradição da produção e da reprodução das relações sociais na construção do espaço. Evidencia que a forma desse espaço apresenta-se como homogêneo e recortado, trata-se de uma busca de se separar o lugar da produção e o lugar do consumo, como se a esfera do trabalho fosse alheia. Mesmo que se apresente recortado, o que está na essência é o espaço como o lugar onde se reproduzem as relações de produção e a reprodução à força de trabalho. Nessa demarcação, Lefebvre (2008) não deixa lastro para dúvidas acerca da conexão da produção do espaço articulado com a esfera da produção e também da reprodução das relações sociais.

Aborda a problemática do tempo também conexa à produção e reprodução das relações sociais. Trata o “enxugamento” do tempo. Da separação do tempo o trabalho, o

tempo necessário para outras instâncias. Nesse sentido, fala do “tempo livre” que, separado do tempo do trabalho, está destinado ao tempo imposto dos transportes e das formalidades: tempo que o trabalhador efetivamente “investe” (na verdade perde ou gasta) em atividades sem as quais não tem condição de vender sua força de trabalho, de manter a sua sobrevivência.

O que mais se evidencia nestas formulações acerca do tempo e do espaço homogêneo-fraturado é a denúncia do pensador com relação à aparência fenomênica da questão espacial descolada da produção e da reprodução nas relações sociais na sociedade capitalista, portanto, a questão central é considerar o espaço como lugar da reprodução das relações de produção, o lugar e meio da prática social na sociedade “neocapitalista”.

As separações sustentadas, mantidas, portanto, representadas através da ação que mantém os elementos da sociedade, mesmo na sua dissociação. Essa ação é precisamente o esquema do espaço, esquema gerador ligado a uma práxis, a uma realidade e a uma verdade nos limites desta sociedade. Trata-se, conseqüentemente, da ideologia ligada a um certo conhecimento nos limites de uma prática social. Essa representação é ao mesmo tempo aparente, pois os elementos que ela dissocia encontram-se ligados, e real, porque os elementos que ela mantém estão dissociados. Ela propicia discursos mais ou menos aberrantes, cuja relação com o conhecimento ou o erro variam, conforme se tome como referência uma práxis burguesa (separação e dissociação) ou uma práxis possível. (LEFEBVRE, 2008:53)

Avançando em sua reflexão, Lefebvre reafirma as contradições do espaço constituídas no âmbito prático e social da sociedade capitalista, como o espaço em que se manifestam, se produzem e se reproduzem às contradições da sociedade capitalista. Nas palavras do pensador, o espaço “é uma modalidade da produção numa sociedade determinada, no seio da qual contradições e conflitos se manifestam” (LEFEBVRE, 2008:56).

As discussões sobre o espaço ampliam a perspectiva de análise do movimento do capital enquanto relação social. Situado no bojo da reprodução das relações sociais, o debate do espaço adensa a compreensão da dinâmica excludente e de dominação do modo de produção capitalista. A configuração espacial demarca a desigualdade e a exploração na materialidade da vida social.

Se o modo de produção organiza - produz - o seu espaço e suas relações sociais, evidencia-se a conexão entre o modo de produção capitalista e a produção do espaço.

Limonad (1999) aponta que nas reflexões de Lefebvre a reprodução ampliada e as condições materiais necessárias para a consolidação e manutenção do capitalismo culminam na disseminação socioespacial de suas estruturas, tanto na reprodução do cotidiano, da força de trabalho e dos meios de produção, quanto na reprodução das condições e relações sociais de produção. Trata-se de um processo no qual a organização do espaço passa a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento das relações sociais de produção e reprodução.

A organização do espacial, por tanto, fruto das necessidades de reprodução da sociedade, no capitalismo se constitui sob os determinantes da dinâmica social, marcada pelas relações de exploração e alienação do trabalho, coisificação e desumanização do homem, conduzindo a um processo de desigualdade extrema, violência e depredação do espaço-natural. Características estas que se expressam na configuração territorial do espaço.

1.2.1. TERRITÓRIO, LUGAR E COTIDIANO

Raffestin *apud* Camacho (2010) explicita que o conceito de território se constrói em decorrência da apropriação do espaço pela atividade humana, portanto, o espaço antecede o território e suas determinações o condicionam. Assim a territorialização do espaço acontece a partir de sua humanização e historicização, à medida em que é modificado e transformado pelas relações de trabalho e que é apropriado material e/ou simbolicamente pelos sujeitos sociais.

Para Santos (2005), o que faz do território um objeto de análise é o seu uso, por isso, trabalha com a categoria de análise território usado, tratando-o como o quadro da vida. O território usado são os objetos e ações, sinônimo de espaço humano, que no contexto da globalização², resulta de uma nova construção do espaço atravessado por horizontalidades - demarcadas pelo domínio da continuidade territorial, dos lugares vizinhos - e verticalidades - formadas por pontos distantes, ligadas por formas e processos sociais, levantando a noção de redes, portanto, o território pode ser formado por lugares contíguos e lugares em redes. Essa realidade contemporânea dos territórios

² Categoria analítica da obra de Milton Santos que pode ser conferida suas produções tal como em “A Natureza do Espaço”.

conduz ao que o autor chama de acontecer solidário, que se decompõe em três formas: acontecer homólogo, áreas que modernizam mediante uma informação especializada, criando comportamentos e uma racionalidade similares; acontecer complementar pela necessidade de intercâmbio produtivo ou geográfico; acontecer hierárquico: resultado da racionalização das atividades e se faz através de um comando, dando direção à vida do homem e à vida do espaço.

Ainda de acordo com Santos (2005), os dois primeiros traços o território é marcado por um cotidiano formulado ou reformulado localmente, onde há a relevância da técnica³. No acontecer hierárquico tem-se um cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação que é poder, tendo a primazia das normas e relevância da política. Segundo ele, essa dinâmica do território se afirma pelo controle “local” da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela política da produção, resultando em um acelerado processo de alienação dos espaços e dos homens. Assim o autor continua

Há que se refletir sobre conflito entre, de um lado, o ato de produzir e viver, função do processo direto da produção e as formas de regulação ligadas às outras instâncias da produção. Por isso, em nosso tempo, renova-se a importância do fator trabalho condicionado pela configuração técnica do território no campo e na cidade, e que está ligado ao processo imediato da produção e os resultados auferidos desse trabalho e um dado importante no entendimento da sociedade atual (SANTOS : 2005:258)

A alienação do trabalho que determina as relações sociais capitalistas, cuja fundamentação reside na alienação do trabalho, impacta em uma configuração alienada na configuração do espaço e, conseqüentemente, do território que se constrói sob uma racionalidade de conteúdo ideológico estranho aos processos empreendidos em cada lugar. Racionalidade esta travestida nas normas estabelecidas em origem distante que serve ao território, comando, disciplinando e normatizando os territórios pela lógica do mercado.

Santos (2005) enfatiza a penetrabilidade do mercado “que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas,

³ Em “A Natureza do Espaço” Milton Santos define a técnica “É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (2012:29)

inclusive a natureza; mercado das ideias, inclusive a ciência e informação; mercado político” (idem: 259).

A imposição das normas do mercado, o controle remoto da parcela política da produção produz um espaço alienado, tornando-se vigorosa fonte de alienação, pois para além do conjunto de objetos mediante os quais se circula, se mora, o território é também um dado simbólico que constitui e é constituído pela ação dos homens no processo de reproduzir-se e de reproduzir suas relações.

O território é atravessado pelas contradições das relações sociais capitalistas em suas diversas dimensões, mas o território também se configura como uma arena de oposição entre o mercado e a sociedade civil, pois o lugar é tratado pelo autor como sede da resistência que só pode ser potencializada pelo conhecimento sistemático da realidade e pela busca do fortalecimento e ampliação da coesão horizontal.

Na produção de Santos, o tema do consumo aparece dando relevância à invasão do mercado no modo de vida que se desencadeia no território. Assim, a temática do cotidiano passa a ter uma estreita conexão com o consumo na medida em que tal consumo passa a transformar a cotidianidade na atualidade organizada sobre a lógica do mercado que atravessa a vida social.

De acordo com Balbim (2003), ao analisar a obra de Santos, o cotidiano pode ser entendido da seguinte forma:

O cotidiano é tomado aqui como constituindo um universo material e simbólico do qual participam todos os indivíduos, empresas instituições e organizações, de diferentes maneiras e em diversos graus, partindo sempre do seu lugar de referência. O cotidiano é também ao mesmo tempo, o resultado de todo o conjunto de práticas concretas e virtuais que se dão num lugar específico, comportando certo ritmo de sucessão das ações, encadeadas por rupturas e repetições demarcadas de múltiplas temporalidades (técnicas, naturais, políticas, normativas, globais, locais, etc.) (BALBIM, 2003: 157)

O lugar, como fração do espaço, é caracterizado por Santos como um conjunto de objetos que recebe um feixe de determinações, sejam elas econômicas, sociais, culturais e políticas, por isso, se constitui como *animus* do cotidiano, onde se estabelece uma parcela fundamental do real na construção lógica do cotidiano, que reúne materialidade e imaterialidade, que se objetivam com a mesma intensidade na vida social.

No lugar - o cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada um exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organizações e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS: 2012: 322)

Nesta citação, destaca-se o caráter político que permeia a cotidianidade e como esse caráter político se espalha no território, constituindo-se um campo de possibilidades e alternativas potencializadas pelo conflito da materialidade da vida social.

Na análise do cotidiano elaborada por Santos *apud* Balbim (2013), ainda figuram outras duas para de dimensões: normas - espontaneidade e pragmatismo-originalidade. Dimensões estas postas à cotidianidade tem em perspectiva que o lugar, de onde ascende e onde assenta a lógica do cotidiano, torna-se a mediação entre o indivíduo e o mundo, o global.

O pensador leva em consideração a intensa normatização da vida social representativa do empobrecimento simbólico contemporâneo que contrasta com a espontaneidade das ações do cotidiano a partir do lugar que lhe é específico, de suas qualidades, identidades e de sua natureza solidária e do convívio. Já o pragmatismo se expressa pela verticalidade de comportamentos exigidos e tem como contrapartida a originalidade do cotidiano que se reinventa. Conceitos que no cotidiano opõem a rotina e o novo, repetição do passado e produção do futuro, marcando a dinamicidade desta esfera da vida social.

Assim, o cotidiano, em Santos, tem um papel dinâmico, de formação e transformação constante, decorrente do afrontamento e da conformação das ações a partir de racionalidades e das ações, por isso, o cotidiano é compreendido como uma amálgama de relações que incluem solidariedade, laços, identidade, densidade social e intercâmbio, formado por relações socioespaciais, sempre em mutação, reformando-se a cada momento e adequando-se a diferentes situações.

Para Santos *apud* Balbim (2013), a ruptura e o excepcional são componentes do cotidiano e garantem ao homem a possibilidade da transformação da vida e do seu espaço de vida, colocando na análise do cotidiano a possibilidade do olhar para o futuro, um futuro transformado. Assim, o autor considera que o fundamento da transformação e da revolução se dá no lugar, a partir do cotidiano e da perspectiva da transformação das condições de vida.

Ou seja, o lugar, *animus* do cotidiano, guarda as contradições que perpassam as relações sociais e apesar de ser o âmbito da reprodução destas relações, é também o âmbito da reprodução das condições de vida marcadas pela exploração, pela desigualdade e por todo tipo de mazela advinda do modo de vida vigente. Assim, o cotidiano é o espaço da contradição que abre a possibilidade para a transformação do real, de operar alteração no passado em busca de um futuro diferente.

Milton Santos trabalha com um conceito de cotidiano que extrapola perspectivas marcadas por vieses que consideram o cotidiano a partir da ideia do hábito que se repete, de que o desejo ou evasão se dão fora do cotidiano ou de que o cotidiano é apenas o lugar do comum⁴. O autor considera o cotidiano determinado pela diversidade dos modos operantes do lugar e que a chave para sua compreensão está “na identificação das rupturas que reforçam o encadeamento da diversidade de ações individuais e coletivas no espaço banal” (BALBIM, 2003:167).

De acordo com Balbim (2005), a lógica do mercado atravessa a construção do cotidiano, assim a percepção do sujeito como usuário submete a concepção de cidadão. Aqui, o termo usuário está sendo empregado na lógica dos sujeitos enquanto consumidores dos bens e serviços, ou seja, portadores de direitos que são submetidos à lógica da sociedade de consumo, onde o mercado passa a regular as esferas da vida social.

Vive-se um período no qual o cotidiano é determinado pela diversidade enorme de modos operantes do lugar em que nos encontramos, pela diversidade da técnica, pelo aprofundamento da divisão do trabalho e sua flexibilização, pelas múltiplas velocidades, pela fragmentação, pelas múltiplas velocidades, pela fragmentação do espaço, pela segregação, etc. (BALBIM: 2003:167)

⁴ Concepções advindas da expressão da divisão do trabalho na cotidianidade.

Para o autor, o cotidiano transformador deve se ligar à noção de cidadão, constituído a partir da informação. Informação que possibilite à sujeição as ações individuais e coletivas, que ampliem as possibilidades de acesso à multiplicidade de eventos da vida, abrindo a possibilidade de escolha para outro cotidiano concatenado com seus interesses. O acesso à informação, à comunicação é, para o autor, condicionante para a ampliação da dimensão do espaço público e coletivo.

A alternativa apresentada é, sem dúvida, parte do processo e contribui para evidenciar a dimensão política que permeia o cotidiano. No entanto Santos vai além,

A compreensão do conteúdo geográfico do cotidiano poderia contribuir para o necessário entendimento da relação entre o espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação, as relações de rupturas e repetições que caracterizam e individualizam cada lugar ao coletivizar suas ações individuais. (SANTOS *apud* BOLDIM, 2003:171)

Assim, o lugar como chão da cotidianidade e o território como expressão das relações ali impetradas se constituem como espaço do poder de da política, onde os sujeitos estabelecem suas relações a partir dos objetos e ações que os rodeia e neste processo também os transformam a partir de um processo marcado pela contradição da sociabilidade capitalista e das rebeldias oriundas das condições concretas da vida cotidiana. Assim, o território passa a ser uma condição da ação dos sujeitos, mas também uma totalidade aberta para a construção de um novo ordenamento.

O território é a arena da oposição entre o mercado que singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, a “geografia da produção” e a sociedade civil – que generaliza - e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegenômicos), enquanto as horizontalidades leva em conta a totalidade dos atores e das ações. (SANTOS *apud* Ribeiro, 2003:35)

Destaca-se nesta reflexão que, mesmo marcado pelo ordenamento da lógica capitalista, mesmo que as relações sociais determinantes da configuração espacial,

territorial e da vida cotidiana, impetrem o elemento da alienação, as contradições inerentes deste modo de vida fazem do território uma totalidade aberta⁵, marcado pelo movimento da dialética, permeado de contradições a serem apreendida pela reflexão crítica de forma a instrumentalizar a ação transformadora.

Tais reflexões nos subsidiam para pensar o trabalho do assistente social, em sua dimensão socioeducativa a partir do recorte aqui proposto. As demandas colocadas ao trabalho dos assistentes sociais no âmbito da política urbana são permeadas dos conflitos que atravessam a vida cotidiana e se materializam na configuração do território. Compreender a dimensão política que atravessa a configuração espacial e territorial a partir de sua conexão com a vida cotidiana e a reprodução das relações sociais, nos subsidia para a reflexão dos dilemas enfrentados pelos profissionais neste campo de trabalho.

⁵ A noção de totalidade aberta se fundamenta na perspectiva de que a realidade não é estanque e que se constitui como com um complexo que se reconfigura e reconstrói no movimento da história. A perspectiva de totalidade aberta nos dá a possibilidade de compreender a dinamicidade dos processos que perpassam a construção do território em uma sociedade capitalista permeada pela contradição e pelo conflito da sociedade capitalista. Mas, sobretudo, nos mostra possibilidade de transformação da realidade social, que se constitui em um processo histórico pautado num movimento dialético de permanente transformação e reconfiguração na direção de uma totalidade aberta. Tal noção pode ser verificada na obra marxiana e tratada mais detidamente em obras de autores tais como Lefebvre, Kosik.

2. A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

2.1. Serviço Social e reprodução das relações sociais: para a compreensão dos fundamentos do Serviço Social

Este trabalho busca desenvolver uma análise da dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social cujo recorte de análise se inscreve no âmbito do trabalho profissional realizado junto a famílias beneficiadas do programa “Minha Casa, Minha Vida”, através do trabalho técnico-social associado às intervenções físicas do programa. No entanto, independente do espaço sócio ocupacional sobre o qual se faça a escolha do recorte de estudo, é necessário elucidar as bases de análise da profissão que fundamentam a compreensão desta dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social.

Diante deste tema de estudo, sempre se colocou a questão: de que trata a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social enunciada como objeto de análise? A elucidação desta questão não pode ser feita sem que antes se apresente a concepção de profissão que norteia tal reflexão. É preciso situar o significado social do Serviço Social no seio da sociabilidade do capitalista, elucidar suas determinações, bem como seus dilemas. Assim, apresentamos aqui a contribuição de Yamamoto, fonte ímpar para o debate do tema.

Yamamoto (2011) busca a compreensão do significado social do Serviço Social como uma profissão inscrita no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas como um tipo de especialização do trabalho coletivo específica do processo de desenvolvimento da sociedade industrial e urbana. A análise da autora evidencia as determinações sociais que configuram o Serviço Social como uma profissão que surge para atender a uma demanda específica de uma determinada configuração social, por isso, a apreensão dos determinantes desta profissão só pode ser explicitada a partir da análise histórica de sua utilidade social nos marcos do desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

As relações sociais capitalistas se constituem como elemento fundante da questão social, objeto de trabalho do Serviço Social. É fundamental esclarecer que a questão social é a expressão da relação de exploração entre as classes, cujas bases se assentam na produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada, por isso, Yamamoto (2011: 84) diz que “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. O cenário complexo demarcado pelo fortalecimento das lutas sociais não deixa alternativas à classe dominante se não intervir de forma sistemática no conjunto das relações sociais construindo respostas de enfrentamento às expressões da questão social.

Netto⁶ (2006) nos traz elementos importantes para a compreensão deste debate. Elucida que, na virada do século XIX para o século XX, o capitalismo, em sua forma monopolista, expressa a consolidação da sociedade burguesa madura que se efetiva a partir de uma série de determinantes econômicos articulados a vetores teórico-culturais, configurando uma totalidade construída, historicamente, pela ação das classes sociais. Destaca nesse processo a consolidação e crescimento da organização sociopolítica dos trabalhadores e sua entrada no cenário social, questionando as condições de vida e trabalho da classe, protagonizando lutas que se orientavam pela limitação dos processos de exploração engendrados pelo capital. Este processo demarca a politização da questão social colocada no terreno do antagonismo entre capital e trabalho.

Ainda neste cenário, a burguesia capitalista se põe na articulação de um projeto social e político para enfrentamento do crescimento da força política do movimento proletário. A burguesia se consolida como protagonista de um projeto social conservador que busca deslocar a questão social do campo político, tornando-a objeto de administração técnica, objeto de uma intervenção moralizadora no campo comportamental. Trata-se de um projeto conservador que busca a manutenção da hegemonia burguesa através de intervenções que respondam às necessidades do campo econômico, mas que também trata de estabelecer estratégias de fortalecimento ideológico necessário à manutenção da estrutura societária capitalista.

⁶ Em Serviço Social e Capitalismo Monopolista, pode-se encontrar análise consistente sobre os processos societários no marco do capitalismo monopolista e suas implicações para o Serviço Social elaborado por José Paulo Netto. O autor nos conduz a uma perspectiva crítica do processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista e suas implicações para a configuração do Estado, de onde se destaca o papel das políticas sociais como respostas institucionais às expressões da questão social construídas no bojo da luta de classes.

No bojo do capitalismo monopolista, alterações significativas se dão no âmbito da produção e da reprodução da vida social. De acordo com Netto (2006), no contexto da busca pelos super-lucros, o Estado passa a ter papel importante na dinâmica social e entra como agente regulador extraeconômico, possibilitando as condições necessárias ao desenvolvimento da economia capitalista no campo da infraestrutura e atuando como regulador das relações entre trabalho e capital, investindo na manutenção da classe trabalhadora através de normatização de tal relação e, especialmente, através da implementação de políticas sociais que se constituem como respostas institucionalizadas às expressões da questão social.

De acordo com Bhering e Boschetti (2007), a construção de respostas à questão social pela mediação das políticas sociais se dá a partir de uma profunda mudança na perspectiva orientadora do Estado no século XX que, inserido no contexto da luta de classes determinante deste processo, passa a investir em políticas sociais, reconhecendo direitos sociais, sem, contudo, produzir alterações na estrutura do processo de produção e acumulação de riqueza.

A mobilização e a organização da classe trabalhadora foram determinantes para a mudança da natureza do Estado liberal no final do século XIX e início do século XX. Pautada na luta pela emancipação humana, na socialização da riqueza e na instituição de uma sociabilidade não capitalista, a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos. [...] Assim, a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX. [...] O Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade. (BHERING e BOSCHETTI, 2007: 63 e 64)

Além de fruto das lutas sociais, a reconfiguração do Estado “opera para propiciar um conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista” (NETTO, 2006: 26). Sendo assim, o Estado passa a combinar ações de preservação, controle da força de trabalho, uso do fundo público para socializar os custos dos recursos necessários ao desenvolvimento econômico e alargamento de suas bases de legitimação mediante a garantia de direitos sociais.

O que se quer destacar, nesta linha argumentativa, é que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos em esta faz dimanar em toda sociedade. (NETTO, 2006: 29)

Bhering e Boschetti (2007) particularizam o surgimento e desenvolvimento da política social no âmbito do Brasil, tendo em vista as determinações da formação do capitalismo no país. Destacam as contribuições de Ianni e Caio Prado Jr que evidenciam uma formação social, cuja economia se voltava para o negócio agrário ligado e dependente de interesses do mercado externo, além de relações de trabalho marcadas pelo escravismo. Destaca-se uma formação social orientada por um “desenvolvimento desigual e combinado” (IANNI *apud* BHERING e BOSCHETTI, 2007: 72). Coloca-se em curso uma articulação para formação de uma classe burguesa brasileira que busca combinar as tendências de “progresso” dos países centrais com a manutenção de relações conservadoras.

Assim, o estado nacional se forma sem o compromisso das elites com a garantia dos direitos sociais, cuja institucionalização se dá marcada pela lógica conservadora da tutela e do favor. A luta de classes sofre os rebatimentos do escravismo, sendo marcada pela informalidade, pela fragmentação/cooptação, culminando em um cenário adverso para o campo das lutas pela garantia de direitos.

A entrada dos trabalhadores no cenário político reconfigura as relações sociais capitalistas, obrigando a burguesia a elaborar respostas para o atendimento das necessidades dos trabalhadores. As políticas sociais surgem como um mecanismo de controle racional dos “problemas sociais” levado a cabo com protagonismo estatal na busca da construção de consensos, legitimação do projeto societário capitalista, abarcando elementos que impactam material e ideologicamente a classe trabalhadora. No entanto, as políticas sociais instituídas e os direitos sociais reconhecidos se constituem como conquistas da luta de classes e respostas a demandas concretas da classe trabalhadora.

Nesse sentido, ao tratarmos das políticas sociais, é necessário considerar sua funcionalidade ao capital, por possibilitar a manutenção e reprodução da classe

trabalhadora e a reprodução as relações capitalistas, especialmente, em relação às estratégias que fortalecimento de um arcabouço ideopolítico articulado ao projeto conservador burguês (Iamamoto, 2011), mas também não se pode perder de vista sua contribuição na melhoria das condições objetivas da classe trabalhadora, ao atender necessidades de alimentação, saúde, previdência e habitação, por exemplo. Deve-se, salientar, sobretudo, que tais políticas são conquistas e fruto da luta de classes, e, por isso, entrecortada pela contradição entre projetos societários diferenciados.

A partir destes elementos, nos é possível compreender o significado que as políticas sociais têm no processo de reprodução das relações sociais capitalistas e suas implicações para o Serviço Social, pois, na medida em que o Estado assume um papel central para assegurar a reprodução das relações sociais no âmbito da lógica capitalista, surge a demanda pela ação de técnicos especializados para operar as políticas sociais direcionadas para o enfrentamento dos “problemas sociais”. Dentre os profissionais que vão compor este corpo técnico, está situado o assistente social: chamado para operar um conjunto de serviços sociais necessários à manutenção e reprodução material e espiritual dos trabalhadores, com vistas a garantias das condições necessárias ao projeto de desenvolvimento do capitalismo (IAMAMOTO, 2011).

No Brasil, esse processo se engendra no segundo quartel do século XX, marcado pelo embate entre proletariado e burguesia em que se dão as condições sócio-históricas para a emergência do Serviço Social. Uma profissão que surge para atender a uma necessidade social específica, em um contexto historicamente situado e demarcado pela necessidade de se criar respostas à questão social pela mediação das políticas sociais, seja por demanda da classe burguesa, que precisa responder, no limite de seus interesses, às demandas de um novo ordenamento social sob sua hegemonia, seja por demanda dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida e trabalho.

A profissionalização do Serviço Social pressupõe a expansão da produção e de relações sociais capitalistas, impulsionadas pela industrialização e urbanização, que trazem, no seu verso, a *questão social*. O Estado amplia-se, nos termos de Gramsci (1979), e passa a administrar e gerir o conflito de classe não apenas via coerção, mas buscando construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade no enfrentamento da *questão social*. O Estado, ao centralizar a política sócio-assistencial efetiva através da prestação de serviços sociais, cria as bases sociais que sustentam um mercado de trabalho para o assistente social, que se constitui como um trabalhador assalariado. O Estado e os estratos burgueses tornam-se uma das molas

propulsoras dessa qualificação profissional legitimada pelo poder. (IAMAMOTO, 2007: 171)

Assim, a partir das contribuições de Iamamoto, dizer que o Serviço Social é um tipo de especialização do trabalho coletivo inscrito na reprodução das relações sociais e que se constitui a partir de uma demanda dos setores dominantes na construção de respostas racionais às expressões da questão social, significa dizer que o Serviço Social é expressão da contradição entre as classes sociais. Nesse processo de reprodução das relações sociais, o assistente social participa não só da reprodução material da classe trabalhadora, mas interfere também nas formas de construção de consciência social dos sujeitos alvos de sua intervenção.

Iamamoto (2011) mostra que a demanda pelo trabalho do assistente social está localizada em conjunto de estratégias adotadas pelo Estado brasileiro que visam ao atendimento de demandas da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho. Tendo em vista que as políticas sociais se configuram como prestação de serviços demandados pelas classes trabalhadoras, também funcionais à ordem do capital, possibilitando tanto a reprodução material dos trabalhadores, quanto o controle político e ideológico estabelecido através de estratégias de intervenção no campo dos valores e das concepções ideopolíticas.

Os argumentos de Abreu (2010) reafirmam a inserção do Serviço Social nos mecanismos de controle social estabelecidos pela dinâmica capitalista sobre a classe trabalhadora, cujo objetivo trata não apenas da garantia da reprodução material da classe trabalhadora, trata da manutenção e reforço ideológico das relações sociais capitalistas através da intervenção no universo subjetivo do corpo social, reforçando, legitimando e reproduzindo o modo de vida da sociabilidade burguesa. De acordo com a autora

O Serviço Social como profissão consolida-se e expande-se, nas três primeiras décadas deste século, consubstanciada na organização e difusão do conjunto de inovações organizacionais na produção e no trabalho, introduzidas com a linha de montagem nos moldes fordistas/tayloristas. A prática profissional inscreve-se nesses processos a partir da mediação do sistema de controle social em que se situam as práticas assistenciais, considerando, sobretudo, o agravamento da questão social e as exigências postas pelo novo padrão produtivo e de trabalho; vincula-se, pois, à necessidade histórica de imprimir as práticas de cunho “educativo”, “ressocializador”, mediante inclusão de um novo código de conduta

individual, familiar e política do trabalhador e sua família, adequando às necessidades da produção e reprodução social. (ABREU, 2010: 39 e 40)

O exercício do Serviço Social está inscrito nos processos de criação das condições necessárias à reprodução da força de trabalho. Pela mediação das políticas sociais, públicas ou privadas, os assistentes sociais passam a atuar no processo de reprodução material desta classe. Nesse sentido é que Yamamoto (2011) reafirma a participação do Serviço Social na reprodução material e espiritual da classe trabalhadora como atividade que compõe os mecanismos de controle político-ideológico e/ou repressivo necessários à manutenção do domínio de classe. O surgimento do Serviço Social e a demanda da burguesia por uma intervenção técnica marcada por padrões de racionalidade junto à questão social, está situado no campo da manutenção das relações sociais capitalistas, cuja função originária é legitimar e/ou naturalizar as contradições da sociabilidade capitalista.

Do ponto de vista da demanda das classes dominantes, os assistentes sociais irão trabalhar na linha de frente das políticas sociais inseridas em atividades de execução e organização dos recursos sociais e no desenvolvimento de uma ação “educativa”, cuja perspectiva está orientada pela necessidade de internalização de valores e comportamentos alinhados com a legitimação da sociabilidade capitalista por parte dos sujeitos alvo do trabalho profissional.

Nesta perspectiva, é possível vislumbrar o caráter ideológico da profissão e a participação do Serviço Social nos mecanismos de controle institucional, aos quais está submetidas a classe trabalhadora. Contudo estes não são os únicos elementos que se põem para a análise da profissão. A partir da compreensão da contraditoriedade em que a profissão se insere, as demandas ao trabalho profissional não emergem apenas no campo dos interesses da burguesia, mas também são determinadas por interesses legítimos da classe trabalhadora. Inscrição no processo de contradição e luta de classes, o exercício profissional é permeado por diferentes projetos societários. Ao ter como matéria-prima de seu trabalho, a questão social, expressão da desigualdade gerada pela produção coletiva da riqueza em contraposição à apropriação privada da mesma, os assistentes sociais se inserem num espaço da rebeldia e da resistência que permeia o campo das relações sociais, por isso, o trabalho profissional não tem como estar isento

de contradições, ou inscrito em um campo de neutralidades neste processo de estabelecimento de consensos e luta pela hegemonia entre projetos societários antagônicos (Iamamoto, 2007).

É na tensão entre a re-produção da desigualdade e produção da rebeldia e resistência que atuam os assistentes sociais, situados em um terreno movido por interesses sociais distintos e antagônicos, os quais não são possíveis de eliminar, ou deles fugir, porque tecem a vida em sociedade. Os assistentes sociais trabalham em as múltiplas dimensões da *questão social* tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais e das formas de organização da sociedade civil na luta por direitos. (IAMAMOTO, 2007: 160)

A contradição entre as classes é um elemento que perpassa a constituição dos serviços sociais e que também atravessa a constituição do trabalho do assistente social, que irá se configurar como atividade assalariada demandada pela classe dominante para intervir junto às expressões da questão social vivenciadas pelo conjunto dos trabalhadores.

No entanto a natureza contraditória da profissão é o que possibilita aos assistentes sociais vislumbrar na ação profissional o compromisso com valores inscritos no projeto contraposto à ordem societária pautada na exploração de uma classe pela outra.

Apesar de o surgimento da profissão estar relacionado à necessidade social do capital de apresentar respostas às expressões da questão social, a realidade social entrecortada pelo movimento das classes coloca em disputa projetos societários diferenciados e radicalmente contrapostos, tornando-se, portanto, um espaço aberto à construção dos homens. Assim, no curso da história, a ação dos diferentes sujeitos sociais se conectam aos projetos societários diferenciados em disputa, seja de forma consciente e crítica, ou simplesmente marcada pela alienação e pelo fetiche.

As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Como as classes sociais fundamentais e seus personagens só existem em relação recíproca, pela mútua mediação entre elas, a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes. (...) Responde tanto a demandas do capital como do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo

tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais reforçando as contradições que constituem o motor básico da história. (IAMAMOTO, 2011: 99)

Como dito anteriormente, a própria condição de reprodução das relações sociais capitalistas, pautada na exploração e apropriação privada da riqueza, em que é imprescindível a manutenção da subordinação da classe trabalhadora neste modo de produção, cria as condições para a rebeldia e questionamento da ordem social.

Iamamoto (2006) ressalta que a atuação do serviço social se dá nas particularidades das situações de vida da classe trabalhadora, em que se expressam as condições concretas das relações sociais marcadas pela estrutura da desigualdade e da exploração. As relações sociais capitalistas, expressas no cotidiano da classe trabalhadora, são a base sobre a qual está fundamentado o trabalho profissional, portanto, a partir de uma perspectiva crítica desta realidade, o profissional pode captar possibilidades para um exercício profissional marcado por uma perspectiva democrática, comprometida com o desvelamento da realidade e com um projeto societário de orientação democrática.

É pois, fundamental para o exercício da profissão desvelar as práticas socioculturais e sua vivência pelos sujeitos no cotidiano de suas lutas. É por meio delas, em distintas relações com o capital e o Estado, que vão construindo a sua individualidade social com densidade histórica. Constroem suas consciências, não só como alienação, mas também como mediação crítica da história. (IAMAMOTO, 2006: 248)

Ao longo do curso histórico da profissão⁷, a categoria profissional construiu marcos diferenciados do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e, conseqüentemente, técnico-operativo. O processo histórico de constituição do serviço

⁷ Para melhor compreensão do tema, conferir as análises de Netto, Iamamoto e Carvalho e Abreu que recuperam os processos de desenvolvimento do Serviço Social, especialmente, na particularidade da realidade brasileira, desde o período de sua institucionalização até a construção das bases para negação e rompimento com o serviço social tradicional.

social foi permeado por referenciais conservadores pautados na doutrina social da Igreja e no funcionalismo positivista, tendo em vista os processos sociais de instituição da profissão organicamente vinculados ao processo de desenvolvimento capitalista. A partir dos anos de 1970, a profissão passa por um processo de revisão de suas bases teórico-metológicas e ético-políticas e passa pela adoção de referenciais críticos que possibilitaram ao Serviço Social construir a ruptura com o conservadorismo e a inaugurar novos compromissos articulados ao projeto societário emancipatório que sustentam o projeto profissional de orientação crítica, demarcado hoje como projeto ético-político⁸, cujas bases veremos com mais profundidade adiante.

Como dito, a própria contradição posta nas relações sociais abre possibilidades para que o trabalho profissional se realize pautado pelos compromissos coletivos que a categoria profissional constrói articulados a valores que orientam o projeto societário emancipatório. Contudo esta possibilidade não se realiza de forma automática ou mecânica, sendo necessária a compreensão das determinações que se colocam ao exercício da profissão e à configuração da consciência social que permeia o cotidiano das classes trabalhadoras. Na análise, Iamamoto (2011) considera a profissão sob dois ângulos indissociáveis:

Como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso profissional teórico-ideológico sobre o exercício profissional;

A atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais. (IAMAMOTO, 2011: 79)

Nessa direção, deve-se considerar dois elementos fundamentais de tensão no âmbito do trabalho profissional, sem os quais não se pode compreender as determinações desta profissão na cena contemporânea. Trata-se do “dilema condensado

⁸ O projeto ético-político do Serviço Social representa a construção de valores e compromissos estabelecidos no seio do amadurecimento profissional do Serviço Social brasileiro e representa a projeção de uma identidade profissional articulada a valores democráticos que se identificam com a luta da classe trabalhadora. A compreensão dos fundamentos e bases constitutivas deste projeto profissional nos conduzem às possibilidades da construção de um trabalho profissional articulados aos interesses dos sujeitos sociais aos quais o Serviço Social dirige sua ação. Sendo assim, este debate será tema do próximo ponto.

na interrelação entre **projeto profissional e estatuto assalariado**” (IAMAMOTO, 2007: 415).

O estatuto de trabalho assalariado é uma determinação importante para a compreensão do significado do Serviço Social, pois nos permite identificar a inserção do Serviço Social no seio das relações sociais capitalistas. Tais relações se dão marcadas pela contradição entre as classes, cuja condição de assalariamento coloca para o assistente social uma série de condicionantes ao seu trabalho. Assim o trabalho do assistente social não se diferencia das condições alienantes inerentes ao mundo do trabalho inscrito no seio das relações sociais capitalistas.

Trata-se da análise do trabalho profissional que ultrapassa a compreensão da sua utilidade social enquanto trabalho concreto e busca as determinações da profissão enquanto trabalho abstrato, pois para além da compreensão dos objetivos profissionais inscritos no projeto profissional impera para análise do trabalho profissional enquanto trabalho assalariado.

Analisar o trabalho profissional em sua dimensão de trabalho abstrato implica reconhecer o assistente social como um trabalhador inscrito nos mesmos processos que a classe trabalhadora em geral, portanto, o assistente social, mesmo que configurado como um trabalhador de profissão liberal, não dispõe dos meios para realização do seu trabalho, sendo obrigado a vender sua forma de trabalho sob a condição do assalariamento. Condição esta que impõe tensões entre o direcionamento do trabalho concreto, da ação teleológica do profissional e as condições de trabalho que lhe são impostas. Nas palavras de Iamamoto (2007):

Transitar da análise da *profissão* para seu efetivo *exercício* agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para *elucidar o significado social do trabalho do assistente social* – considerado na sua unidade contraditória de trabalho concreto e trabalho abstrato – *enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho assalariado alienado*. Esta condição sintetiza tensões entre o *direcionamento* que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto – afirmando sua dimensão teleológica e criadora –, condizente com um projeto profissional coletivo e historicamente fundado; e os *constrangimentos inerentes ao trabalho alienado que se repõem na forma assalariada do exercício profissional*. Em síntese, na direção analítica aqui proposta, a análise do trabalho profissional supõe considerar as tensões *entre projeto profissional e alienação do trabalho social no marco da luta da coletividade dos trabalhadores enquanto classe*. (IAMAMOTO, 2007: 214 – grifos da autora)

Enquanto vendedor de sua força de trabalho, o assistente social tem limitadas as possibilidades de escolha sobre o processamento da sua atividade profissional, já que está sujeito às imposições das suas condições de trabalho, às imposições do mercado de trabalho. A condição de assalariamento do trabalho profissional o subordina à condição de trabalho alienado, pois o assistente social tem o processamento, bem como os resultados de seu trabalho, atrelado às condições que este exercício se dá. (IAMAMOTO: 2007).

Assim como o profissional não detém os meios para realização de seu trabalho, também tem o acesso ao seu objeto de trabalho determinado pelo empregador que delimita a matéria sobre a qual o assistente social atua, bem como define a forma em que este trabalho se realiza. Como trabalho assalariado, o profissional está sujeito a uma série de determinações trabalhistas e ocupacionais permeadas pelas tendências perversas do mundo do trabalho contemporâneo marcado pelos paradigmas da acumulação flexível.

De acordo com Iamamoto (2007), o assistente social se insere junto com a coletividade dos trabalhadores nos dilemas da alienação e da exploração do trabalho. Na relação de assalariamento, a força de trabalho do assistente social torna-se mercadoria. O profissional entrega sua força de trabalho em troca de um equivalente em dinheiro para suprir duas necessidades de sobrevivência e realiza o valor de uso do seu trabalho ao atender a uma necessidade social dada.

Nesse processo, submete sua atividade criativa ao controle do empregador que delimita sua matéria de invenção, os meios necessários e o processamento do trabalho. Trata-se, portanto, de um processo de alienação como salientado anteriormente. Processo este que produz uma série de rebatimentos no resultado do trabalho profissional que escapam às projeções do profissional.

A condição assalariada- seja como funcionário público ou como assalariado de empregadores privados, empresariais ou não – envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho que estabelecem as condições que esse trabalho se realiza, intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consoante as normas que regulam o trabalho coletivo. Oferecem, ainda, o *background* de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos

indispensáveis à objetivação do trabalho e recortam as expressões da *questão social* que podem se tornar matéria da atividade profissional. Assim as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõe regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais (IAMAMOTO, 2007: 219 – grifos da autora)

A natureza do trabalho do assistente social faz com que este trabalho seja entrecortado também por outro vetor de implicações para além das determinações postas pela condição de assalariamento. Trata-se das necessidades sociais dos sujeitos aos quais o assistente social dirige sua ação. Necessidades estas que, atravessadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, são reelaboradas pelos empregadores na construção de respostas institucionais às demandas sociais que se constituem em serviços sociais planejados, gerenciados e/ou operados pelos assistentes sociais.

No interior das tensões dadas pelas determinações da condição de assalariamento e pelas necessidades sociais da classe trabalhadora, a quem o assistente social destina seu trabalho, ele constrói suas respostas profissionais pautados em uma autonomia relativa na condução do seu trabalho.

Esta questão da *relativa autonomia* na condução do trabalho é, ao mesmo tempo, uma condição que coloca restrições ao trabalho profissional, mas é também a condição das possibilidades postas no exercício profissional. A intervenção dos assistentes sociais junto aos sujeitos acontece pela mediação dos serviços sociais, regulados por condições impostas pelas instituições empregadoras, mas, no encontro entre os sujeitos alvo do trabalho e o profissional, abre-se um campo de possibilidades para construção de práticas profissionais que caminhem para além dos limites colocados pelas instituições empregadoras. A relativa autonomia guarda a potência para a construção de intervenções profissionais comprometida com o projeto ético-político hegemônico na profissão.

No marco estabelecido pela *relativa autonomia* do trabalho de assistente social quando se abre a possibilidade do assistente social, pautado pelas referências teórico-metodológicas e ético-políticas que, hegemonicamente, norteiam o projeto profissional do Serviço Social, construir estratégias técnico-operativas comprometidas com valores democráticos identificados com o projeto societário emancipatório.

É preciso demonstrar, no tempo miúdo do trabalho cotidiano (Yasbeck, 2001), nas situações singulares com que o assistente social se defronta no exercício profissional – situações essas carregadas tanto de dimensões universais quanto particulares – a viabilidade da direção social impressa ao projeto do Serviço Social brasileiro: seu potencial renovador da profissão na afirmação de direitos sociais dos cidadãos e cidadãs, na atenção e no respeito às suas necessidades e interesses que, por inúmeras mediações, se transmutam em demandas sociais e profissionais. E com isso, avançar na legitimação da profissão na sociedade, na apropriação e ampliação de espaços ocupacionais, reforçando a identidade do assistente social. (IAMAMOTO, 2007: 233)

As condições concretas de realização do trabalho profissional possibilitam ao assistente social imprimir uma direção social ao seu exercício que se aproxima, ou se distancia dos interesses vinculados a um projeto societário emancipatório a depender da efetivação da autonomia relativa, considerando o conjuntura da correlação de forças econômicas, sociais e políticas, tanto em nível macrossocietário, quanto no âmbito dos diferentes espaços sociocupacionais em que a conjuntura macrossocietária reverbera.

Essas distintas inserções profissionais condicionam o *trabalho concreto* a ser realizado, as condições em que se materializa a autonomia profissional assim como seis efeitos no processo de reprodução das relações sociais (e consequentemente do valor e/ou mais valia), porque são *espaços ocupacionais de natureza, racionalidade e finalidades exclusivas. Forjam, assim, específicas condições e relações sociais por meio das quais se realiza o exercício profissional no mercado de trabalho.* (IAMAMOTO, 2007: 220-grifos da autora)

Assim, inserido no jogo das relações sociais capitalistas, em que as diferentes classes sociais põem seus projetos sociais em disputa e dinamizam o campo da práxis social⁹, o Serviço Social constrói sua identidade traduzida pelo cotidiano do trabalho profissional, pela produção acadêmica da área e pelas diversas lutas e defesas abraçadas pelas entidades representativas. Assim se constitui o projeto de profissão do Serviço

⁹ Nota que, neste trabalho, não se identifica o Serviço Social enquanto práxis social. Ao contrário, o campo da práxis é o campo a ação social dos sujeitos sociais em geral, de disputa e fazer política pelo embate de classes. O Serviço Social, na perspectiva adotada aqui é trabalho, tanto em sua dimensão concreta, atendendo sua utilidade social, quanto em sua dimensão abstrata, como trabalho assalariado, cuja força de trabalho transforma-se em mercadoria e colhe os malgradados do trabalho alienado. O campo da práxis social é maior, mais amplo. É onde as classes põem seus projetos em disputa através da ação política, cujos resultados produzem rebatimentos e condicionam as relações sociais que constituem a vida social, inclusive o trabalho do assistente social.

Social na atualidade, cuja direção hegemônica se inspira em valores comprometidos com as necessidades sociais dos sujeitos sociais aos quais se destina o trabalho profissional e se particulariza como direção social inscrita no que se convencionou chamar de projeto ético-político do Serviço Social.

A partir das contribuições elucidadas neste bloco, reforça-se a perspectiva da dimensão política do trabalho profissional que, tensionado pela orientação democrática dos princípios do projeto ético-político hegemônico no Serviço Social, pode contribuir para o fortalecimento do projeto societário comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

Tendo em vista tais elementos, o projeto ético-político hegemônico no Serviço Social deve ser tido como marco orientador da dimensão socioeducativa do trabalho profissional comprometido com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, portanto, para nos apropriarmos de forma qualificada desta perspectiva, faz-se necessário resgatar as bases constitutivas do projeto ético-político do Serviço Social que serão abordadas no próximo ponto.

2.2. PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Para compreendermos o significado do Projeto ético-político do Serviço Social, é necessário compreendê-lo como um projeto coletivo construído ao longo da história do Serviço Social no Brasil e que corresponde aos valores que orientam os posicionamentos éticos e políticos da categoria profissional frente ao processo de enfrentamento entre as classes sociais.

O projeto ético-político é o projeto profissional do Serviço Social e por assim estar qualificado, torna-se o marco norteador das ações da categoria, entretanto, quando qualificamos o projeto profissional do Serviço Social como projeto ético-político, estamos tratando de uma construção específica, situada no tempo e história do processo de constituição da profissão e que representa sua vinculação com um projeto de sociedade.

Para compreendermos melhor a vinculação dos projetos profissionais com os diferentes projetos societários, situamos o que nos aponta Netto (2006). O autor

esclarece que o homem em sua atividade teleológica, seja individual ou coletiva, estabelece finalidades ideais para suprir suas necessidades através da evocação de valores e meios para legitimá-las e concretizá-las.

Dentre os projetos coletivos, o autor destaca os projetos societários que se apresentam como a direção da sociedade que se quer construir, nos quais estão apontados valores para justificá-la e meios para sua construção. Numa sociedade calçada na relação de exploração entre classes sociais distintas, como no capitalismo, esse processo de construção de projetos sociais é, inegavelmente político, já que envolve correlações de poder entre grupos de interesses distintos e antagônicos.

Os projetos profissionais refletem as escolhas e defesas que uma categoria profissional faz. Configura-se como um código valorativo que norteará suas ações. Dessa forma, os projetos profissionais denotam o posicionamento de uma determinada categoria profissional perante a luta de classes e constituem-se como:

A auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 2006: 4)

Os projetos profissionais são estruturas dinâmicas que respondem às necessidades sociais colocadas no conjunto das profissões, portanto, respondem aos interesses antagônicos que estão em disputa no bojo da sociedade. Em função disso, apresentam um caráter político inalienável, mesmo que não esteja explícito. É sob esta perspectiva que Netto (2006) reafirma a vinculação dos projetos profissionais a determinado projeto societário.

Guerra (2007) ressalta que os projetos profissionais qualificam e enriquecem o trabalho profissional, tornando-o consciente para seus agentes, tendo em vista que se constituem como uma antecipação ideal em que se estabelecem finalidades ou resultados ideais e formas de concretizá-los. Destaca ainda que o projeto sistematiza-se

no nível da consciência acerca dos processos e práticas sociais, por isso torna-se essencial a problematização e a crítica vinculadas ao movimento constante de reflexão acerca das tendências e perspectivas teóricas, metodológicas, éticas, políticas e operativas existentes no interior da profissão.

É diante do reconhecimento do teor político que o projeto de uma profissão carrega que o Serviço Social, na década de 1970 e 1980, passa por uma revisão das bases teóricas, metodológicas, éticas e políticas de suas ações – um processo de renovação da profissão que se configurou como negação e denúncia do conservadorismo profissional¹⁰.

Quando, por tanto, nos referimos ao Projeto ético-político do Serviço Social, estamos tratando do projeto profissional de orientação crítica, cujos valores e princípios estão comprometidos com o enfrentamento da exploração que sustenta a sociedade de classes, entretanto não se trata de uma institucionalização formal do Projeto ético-político, ou seja, não há um documento normativo. Quando falamos de projeto, não se trata de um ato normativo traduzido em um documento, mas sim de um conjunto de valores e princípios orientados por uma matriz teórico-metodológica que representam posicionamentos e defesas de natureza ética e política que constituem a identidade da categoria.

Iamamoto (2007) reafirma estes elementos, destacando que o processo constituição do Projeto ético-político é uma construção coletiva da categoria profissional frente à inserção da profissão no movimento contraditório que perpassa as relações sociais no marco do capitalismo. Na busca do enfrentamento ao conservadorismo, a categoria qualifica-se teórica e politicamente para adequar a

¹⁰ O processo de renovação do Serviço Social no Brasil se fortalece numa conjuntura de rearticulação dos movimentos sociais em defesa da redemocratização política no país, tensionado por forças políticas democráticas. Aliado a conjuntura política favorável e ao movimento de enfrentamento crítico ao conservadorismo da profissão, estavam postos os pilares para a efetiva construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, vinculado a uma matriz teórica de crítica à sociedade burguesa com vistas à defesa de um projeto societário pautado na democracia e justiça social, comprometido com os interesses da classe trabalhadora (Netto, 2006). São marcos do processo de maturação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, o III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) em 1979, dito o Congresso da Virada, que consolidou uma nova orientação social ao projeto profissional; a Reforma Curricular de 1982 e o Código de Ética de 1986, que dão início a uma nova institucionalidade ao Serviço Social brasileiro. Ambos conformam-se em elementos que marcaram o processo de rompimento com o conservadorismo profissional e representam a transversalidade de um novo projeto profissional de clara vinculação ao projeto societário comprometido com a classe trabalhadora no âmbito da profissão (BRAZ, 2004).

profissão às exigências postas pela realidade, posicionando-se no interior do embate entre os distintos projetos societários em defesa de um novo ordenamento social vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Em razão destas considerações, a autora salienta a necessidade de pensar o projeto profissional, tendo em conta as condições macrosocietárias que dão sustentação histórica para o trabalho profissional e as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas produzidas pela profissão.

Fica claro nesse processo que o Serviço Social, a partir de uma ampla revisão crítica de seus fundamentos, estabelece a identidade do seu projeto profissional junto ao projeto societário da classe trabalhadora, por isso é importante frisar que, quando tratamos do Projeto ético-político do Serviço Social, estamos tratando do projeto profissional que apresenta essa marca de identidade com a classe trabalhadora, pautado em princípios democráticos e emancipatórios.

O movimento de renovação propiciou a profissão o desvendamento das determinações das relações e as especificidades da realidade brasileira, as implicações desses processos para a profissão, requalificando as respostas do Serviço Social frente às necessidades sociais a ele apresentadas (IAMAMOTO, 2007). A partir da referência crítica do novo projeto profissional, o arcabouço de legitimação da profissão se fortaleceu calcado numa aproximação crítica com a realidade brasileira; no aprofundamento dos conhecimentos e das reflexões acerca dos fundamentos da profissão, dos desafios e das possibilidades postos para intervenção, que possibilitaram a elaboração de respostas profissionais e posicionamentos políticos consistentes e qualificados.

Na década de 1990, a profissão deu um salto qualitativo na construção do projeto profissional de orientação crítica através da maturidade expressa na sua produção acadêmica, representação e organização política, em que a defesa dos interesses imediatos e históricos do conjunto da classe trabalhadora marcou o posicionamento da profissão¹¹.

O Projeto ético-político hegemônico tem orientado os objetivos e intencionalidades dos profissionais de Serviço Social e sua materialização concreta

¹¹ Netto (1999) evidencia a conquista da hegemonia do Projeto Ético-Político na entrada dos 1990, transformando-se numa direção estratégica da ação das vanguardas da profissão no enfrentamento do conservadorismo. Seu direcionamento permeia as entidades representativas da profissão; os debates nos diversos fóruns; os posicionamentos da categoria perante a sociedade e as discussões acerca da formação profissional.

reside no Código de Ética Profissional de Assistente Social de 1996; na Lei 8662/93, que regulamenta a profissão de Serviço Social e nas Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social propostas pela ABEPSS em 1996.

O conjunto de princípios constituídos, democraticamente, como princípios norteadores da profissão na elaboração do Código de Ética dos assistentes sociais de 1993 dão sustentação política à profissão, pois expressam claramente valores comprometidos com a radicalização da democracia. Os valores que permeiam a profissão estão pautados nos princípios fundamentais do Código de Ética, dentre os quais destacamos:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação ou exploração de classe, etnia e gênero. (CFESS, Código de Ética dos Assistentes Sociais, 1996)

Ao analisar os princípios fundamentais do Código de Ética de 1993, Ramos (2006) os coloca como os valores constituintes do Projeto ético-político e destaca o significado político da defesa da liberdade como elemento central. A autora faz a correlação entre o conceito de liberdade inscrito nos princípios do Código de Ética e as perspectivas de democracia, cidadania e direitos humanos a ele atrelados.

O valor ético de liberdade defendido pela profissão não tem identidade com a concepção capitalista de liberdade. Nesse caso, a liberdade é entendida como a liberdade do indivíduo em suas relações contratuais, ou seja, liberdade de mercado. No seio do projeto profissional, a liberdade está inscrita numa concepção ampla e é entendida como a liberdade do sujeito enquanto ser social dotado de capacidade criativa e transformadora, capaz de engendrar práticas que culminam na autoconstrução de si e da sociedade. Trata-se, portanto, de uma liberdade constituída como prática social e não a partir de um indivíduo isolado.

Esta concepção de liberdade que Ramos (2006) elucida pressupõe uma lógica de democracia que não se restringe à democracia política apenas, tal qual vivenciamos na sociedade capitalista. O que está implicado no projeto profissional é a democracia que alia democracia política à democracia econômica e social, pressupondo a socialização da riqueza produzida pelo coletivo da sociedade que propicia uma relação de igualdade na possibilidade de intervenção dos sujeitos nos processos decisórios da sociedade.

Na mesma lógica está inscrita o conceito de cidadania que no projeto capitalista exclui os sujeitos dos sistemas de garantias sociais através da mercantilização dos direitos de cidadania e privatiza a responsabilidade de intervenção nas sequelas da questão social. Ramos (2006) destaca que o capitalismo, especialmente no âmbito dos governos de inspiração neoliberal, promove a “*descidadanização*” de grandes setores sociais. No Projeto ético-político do Serviço Social, a cidadania é defendida enquanto uma estratégia no caminho da transformação social. Cabe destacar que a defesa do Projeto ético-político do Serviço Social conduz, conseqüentemente, à defesa do aprofundamento dos direitos sociais na direção da consolidação da cidadania. A defesa da cidadania enquanto um espaço de luta pela garantia de direitos está, portanto, atrelada à luta pela efetivação dos direitos humanos, não em sua visão legalista inscrita na ordem burguesa, mas a partir de um debate crítico que traga para o centro da questão a luta de classes e as relações de desigualdade próprias da sociedade capitalista.

A Lei 8.662/93, de 7 de junho de 1993, dispõe sobre a regulamentação da profissão de Serviço Social e também é uma expressão do projeto profissional de inspiração democrática. Nesta lei podemos verificar com clareza as competências e atribuições privativas do Serviço Social, delineadas a partir da perspectiva do Projeto ético-político de compromisso com a qualidade dos serviços prestados aos usuários do Serviço Social e da defesa da consolidação da cidadania, da democracia e extinção de todas as formas de exploração, conforme podemos perceber no Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993.

Além do Código de Ética e da Lei 8662/93, a categoria profissional conta com um arcabouço de resoluções do conjunto CFESS/CRESS que normatizam o trabalho profissional no sentido de garantir a autonomia profissional na defesa da cidadania e da democracia e com documentos que regulamentam a formação profissional elaborados no âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS),

dentre os quais se destacam as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996 e a Política Nacional de Estágio.

Nas Diretrizes Curriculares a perspectiva crítica do Projeto ético-político do Serviço Social se expressa claramente, tendo em vista que sua construção se orientou pela necessidade de capacitação de profissionais críticos, com competência para a análise da realidade social e construção de respostas profissionais comprometidas com valores de inspiração democrática.

A partir do exposto, fica explícito que o Projeto ético-político do Serviço Social, que perpassa e se materializa na constituição de todos estes instrumentos normativos, está sustentado por uma direção sócio-política. Nesse sentido, podemos verificar que os assistentes sociais, enquanto sujeitos de uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo, que vivenciam e têm como matéria-prima de seu trabalho as expressões da contradição de classes, têm seu projeto profissional fundado em referências teórico-metodológicas e ético-políticas que fortalecem o projeto societário democrático.

O projeto profissional se vincula ao projeto societário emancipatório ancorado em instrumentos jurídicos, expressão das referências teórico-metodológicas e ético-políticas, que sustentam a direção sócio-política do projeto de formação e exercício profissional que se encontra alicerçado nas determinações sócio-históricas da realidade (ABRAMIDES: 2007, 36)

Braz (2004) elenca três elementos constitutivos do projeto profissional sejam eles: a dimensão teórica; a dimensão jurídico-política e a dimensão político-organizativa da profissão. Iamamoto (2007) também nos traz outras dimensões onde o projeto profissional se realiza. Além dos instrumentos legais e das expressões e manifestações coletivas da categoria, a autora cita as articulações estabelecidas com outras entidades de Serviço Social, em nível internacional, com outras categorias profissionais e movimentos sociais organizados; no trabalho profissional desenvolvido nos diferentes espaços ocupacionais e, por fim, no ensino universitário, reforçando a importância da defesa da formação de qualidade e comprometida com a defesa dos direitos de cidadania.

Apesar de o Projeto ético-político do Serviço Social ter alcançado legitimidade e se fortalecido a partir da maturação profissional nos anos 90, paradoxalmente, o projeto

profissional passa a sofrer os rebatimentos da implementação do ideário neoliberal e da ofensiva neoconservadora que se amplia no seio da profissão, principalmente nos anos 2000 (BRAZ e BARATA, 2009).

A partir da crise da era monopolista do capital, a reestruturação da produção a partir de padrões de flexibilização – tanto da produção, quanto das relações de trabalho– sequelas foram sentidas na sociedade brasileira com o aumento do desemprego; flexibilização dos contratos de trabalho e de direitos trabalhistas; com a contra-reforma do Estado, que enxugou suas ações de efetivação de direitos sociais, transferindo responsabilidades para o mercado e para a sociedade civil; com a difusão de um ideário cultural de sustentação da ordem burguesa a partir de paradigmas pós-modernos.

Braz e Barata (2009) dão destaque às sérias consequências que a pós-modernidade trouxe para o Serviço Social. Esse referencial teórico propaga a suposta “desatualidade” dos grandes marcos de análise pautados na perspectiva de totalidade na compreensão da realidade, caracterizados como ultrapassados e acusados de não dar conta da explicação dos processos social contemporâneos. As teorias pós-modernas sustentam o campo ideocultural da hegemonia burguesa a partir de análises superficiais e de fenômenos particulares. Esse marco teórico reforçou e deu vida a tendências neoconservadoras no âmbito do Serviço Social que ocorrem entre a categoria hoje, mesmo que em âmbito rasteiro.

Apesar de o projeto profissional ter conquistado hegemonia na profissão, isso não pode ser confundido com a adesão total da categoria. Braz (2007) esclarece que a hegemonia do projeto se constitui mais qualitativamente do que quantitativamente. Considerando este elemento, o ideário conservador da ordem burguesa fortaleceu seus opositores e críticos, alimentando forças neoconservadoras no Serviço Social.

Somam-se a este processo os desdobramentos que a agudização da questão social e recrudescimento dos serviços sociais provocaram sobre as condições de trabalho do assistente social (reconfiguração de demandas, fragilização do sistema de garantias sociais e das políticas públicas, precarização das relações trabalhistas em que se inserem os assistentes sociais). Todo esse quadro condiciona a construção de respostas profissionais orientadas pelo projeto ético-político do Serviço Social, já que a realidade social está amplamente sustentada em valores, processos sociais, interpretações teóricas e ideológicas totalmente avessos aos princípios norteadores do projeto profissional.

Iamamoto (2007) também trata dos desafios que o projeto profissional hegemônico enfrenta. Sua análise parte essencialmente da condição inalienável do assistente social enquanto um trabalhador assalariado que sofre os mesmos rebatimentos da precarização do trabalho que o conjunto da classe trabalhadora, na qual se insere, portanto, é relevante considerar mediações existentes entre as condições objetivas e concretas do trabalho profissional e os projetos coletivos da profissão. Segundo a autora, não há uma identidade imediata entre a intencionalidade do Projeto ético-político e os resultados da ação profissional. Esse fato está calcado nas condições objetivas que as diferentes forças políticas implicam nas condições de trabalho assistente social.

Iamamoto (2007), valendo-se também das contribuições de Yasbek (2001), elenca como estratégia fundamental para o enfrentamento da ofensiva posta à hegemonia do projeto profissional a exigência da reflexão acerca das determinações do trabalho profissional postas pelas relações sociais sobre as quais se efetiva. Esse empreendimento deve vir amparado num esforço de reafirmação do potencial político inserido no cotidiano profissional, no qual devem ser reafirmados os direitos sociais, reforçando a perspectiva transformadora do Projeto ético-político do Serviço Social.

Braz e Barata (2009) também apontam a reafirmação do projeto profissional como estratégia de enfrentamento à conjuntura neoliberal. Esta estratégia exige a reafirmação e manutenção das bases teóricas, organizativas e ético-políticas que dão sustentação ao projeto, mas salienta que essa reafirmação não pode se restringir apenas às vanguardas da profissão, mas estar orientando, principalmente, as intervenções cotidianas do trabalho profissional junto às classes subalternas.

2.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO: AFINAL O QUE É A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA?

O presente projeto apresenta como objeto de reflexão a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social, tendo em vista analisá-la em suas estratégias, direção social e tendências, frente à tensão entre a perspectiva crítica que delinea o projeto

profissional hegemônico na profissão e as condições efetivas de trabalho demarcada pela condição do estatuto assalariado da profissão.

A questão que direciona este trabalho se delinea a partir da compreensão do Serviço Social como profissão inserida no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, mais especificamente no âmbito da função ideológica que o Serviço Social cumpre neste processo. Faz-se tal afirmação considerando a inserção dos assistentes sociais na materialização de políticas sociais, cujos rebatimentos se espraiam não apenas na reprodução da materialidade da vida do trabalhador, mas produz implicações nas formas de compreensão da realidade social vivenciadas pelos sujeitos.

Neste trabalho, por tanto, a dimensão socioeducativa é compreendida no campo da possibilidade do trabalho do assistente social, ao interferir nas formas de consciência dos sujeitos sociais na direção da problematização do cotidiano mergulhado na alienação produzida pelo fetiche capitalista.

Na busca de fundamentação de tais apontamentos acerca da dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social, cabe agora debruçarmos sobre a produção e as reflexões que a profissão vem desenvolvendo sobre o tema. Destacamos aqui três autores, Diego Palma, Marilda Iamamoto e Marina Maciel Abreu. Autores cujas produções nos trazem importantes contribuições para pensar a dimensão socioeducativa do trabalho profissional, elencando os determinantes desta dimensão, bem como os principais desafios para sua articulação ao projeto ético-político do Serviço Social.

De acordo com Palma (1986), o trabalho profissional se objetiva através de três dimensões que passam pela administração de recursos institucionais, pelo caráter técnico que dá coerência entre situações, objetivos e as respostas propostas e, por fim, pelo *caráter educativo*. O autor parte da premissa de que a educação social é uma tarefa exercida pelo profissional sobre a base material da administração dos serviços sociais. Parte deste pressuposto, ao vislumbrar a possibilidade do assistente social, a partir do seu trabalho junto ao cotidiano da classe trabalhadora, avançar em processos que fortaleçam a transformação dos indivíduos alvo de suas ações em sujeitos do seu processo de vida. Trata-se, portanto, de uma potencialidade política do trabalho profissional no fortalecimento dos sujeitos sociais coletivos.

O caráter político do trabalho profissional delineado por Palma (1986) decorre da compreensão da inserção da profissão no contexto da realidade social marcada pela

sociabilidade capitalista, que pressupõe uma relação de contraditória entre capital e trabalho. Ele discute caminhos para o trabalho profissional na perspectiva de um Serviço Social articulado aos interesses da classe trabalhadora, possibilidade que está posta pela institucionalização democrática que, para o autor, abre espaços para o confronto entre sujeitos coletivos na defesa de seus projetos societários diferenciados.

Palma (1986) destaca a potencialidade política inscrita nas práticas cotidianas e reforça o potencial de estratégias que possam dinamizar processos de transformação calcadas nestas experiências cotidianas. Evidenciando a não neutralidade do trabalho profissional no bojo da luta de classes, trabalha as possibilidades da ação política no fazer profissional, no fortalecimento de um dos polos de contradição da luta de classes, e justamente, a inserção profissional em um terreno de contradições e a presença do assistente social em espaços que possibilitam sua proximidade com as ações cotidianas da classe trabalhadora, que é possível ao trabalho profissional fortalecer vínculos com o projeto posto a cabo pelos setores populares.

Ainda argumentando sobre a potencialidade política do trabalho do assistente social, o autor reafirma a inserção do Serviço Social no momento da reprodução das relações sociais que, necessariamente, mantém relação com a esfera da produção, refutando, assim, qualquer perspectiva que afaste o trabalho profissional do seio da luta de classes em virtude dos espaços de ação profissional se configurarem como espaços estritos da produção. A reprodução das relações sociais é tratada como a esfera de reprodução do conjunto da sociedade, por isso, pressupõe a reprodução da força de trabalho, do excedente estrutural de força de trabalho e das formas de consciência social. Na esfera da reprodução, a dinâmica capitalista se consolida e se fortalece em busca de legitimidade para a dominação de classe.

A reprodução, como insinuei, pode ser referida ao conjunto da sociedade enquanto se asseguram as condições materiais, sociais e ideológicas para a sua continuidade; então é um conceito multidimensional, que inclui a reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade - ou seja, inclui a reprodução das formas de consciência social, através das quais assumem as contradições geradas no processo de produção. (PALMA, 1986:121)

No contexto da produção e reprodução das relações sociais se constituem as questões da cotidianidade que, mesmo carregada da alienação e do fetiche ideológico, traz consigo a potência da crítica e da transformação. Tal potência reside na luta de classes que deve ter a classe trabalhadora como protagonista da transformação, cabendo ao assistente social apoiar iniciativas de organização desta classe no enfrentamento dos desafios imediatos da realidade cotidiana.

Para Palma (1986), o investimento no protagonismo e na organização da classe trabalhadora no enfrentamento de seus dilemas cotidianos é o principal desafio à “prática política dos profissionais” comprometida com os interesses da população atendida. Nesse sentido, além de um administrador dos recursos institucionais e de um técnico intelectual, o assistente social deve se constituir em um educador social.

O assistente social é um administrador de recursos institucionais, pelos quais deve responder. É um técnico (um intelectual no sentido gramsciano) que não aplica mecanicamente receitas, mas busca uma coerência entre situações objetivas e respostas. É um educador social. Estas três dimensões se articulam e se definem mutuamente - ou seja: cada qual só se afirma em referência às outras. No entanto, a básica, a que impõe suas características às outras, é a do educador social. Vale dizer; o assistente social é um solucionador de problemas, mas que enfrenta esta tarefa de modo tal que exercita a educação social; a qual desenvolve o processo educativo. Por isso mesmo o assistente social não é simplesmente um “educador” - é mais. (PALMA, 1986:129)

Como educador social o assistente social deve fortalecer a potencialidade política de seu trabalho profissional, investindo no protagonismo dos indivíduos com quem trabalha. Destaca que no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, a consciência do povo está submetida à dominação ideológica da burguesia, sendo necessário que o assistente social atue sobre as questões cotidianas, apoiando os indivíduos em seu processo de constituição enquanto sujeito do processo histórico.

Investir no caráter político do trabalho profissional, para Palma (1986), significa impulsionar a organização popular em direção a transformação que exige um processo de fortalecimento da organização popular na direção da superação das questões imediatas e particulares do cotidiano e construção de laços de solidariedade. Nesse sentido, o autor apresenta como tarefa da educação social empreendida pelo assistente social o estímulo à práxis popular.

Nesse sentido, o autor trabalha alguns elementos que devem permear o trabalho do assistente enquanto um educador social. Elementos estes que implicam a relação do profissional com a instituição e sua capacidade técnica, ambas mediada pelo compromisso com a classe trabalhadora e cuja orientação deve ser o fortalecimento da organização da classe trabalhadora.

Cabe ao assistente social como profissional que está inserido entre as demandas da população e os serviços institucionais, fortalecer o projeto democrático articulado aos interesses da população de forma a direcionar os recursos institucionais para o apoio à iniciativa popular, fortalecendo a classe trabalhadora no embate de forças, privilegiando o atendimento de seus interesses no projeto institucional.

Para o autor, este caminho deve ser trilhado a partir de estratégias que privilegiem a articulação de alianças com os setores democráticos (sejam outros profissionais, usuários dos serviços e movimentos organizados) e fomento dos espaços de participação. Nesse sentido, o processo de organização popular é fundamental e o fomento à participação é tratado como metodologia e ação necessária para o empreendimento de uma prática transformadora de protagonismo popular.

O impulso à organização e à participação exige do trabalho profissional do assistente social a realização de um processo educativo capaz de detectar as contradições que permeiam as situações particulares e vencer obstáculos socioculturais colocados pela lógica ideológica capitalista, conduzindo os setores populares para a busca de soluções coletivas.

Todo este processo torna-se extremamente complexo e exige do profissional a capacidade de apreender as particularidades da realidade social em que intervém, bem como as potencialidades de transformação e ainda habilidade de interferir na dinâmica institucional em que se insere. Tarefa que somente se torna possível a partir de uma leitura crítica da realidade cotidiana que aparece fragmentada em forma de demandas imediatas ao trabalho profissional.

Palma (1986) ressalta que o assistente social é um profissional inscrito no âmbito do imediato, que lida com as situações cotidianas da vida social, lidando com necessidades imediatas de indivíduos ou grupos, produzindo efeitos objetivos no campo das relações sociais e subjetivos junto aos sujeitos com os quais trabalha. Assim sendo, o profissional precisa implicar ao seu trabalho profissional de uma capacidade de análise das questões imediatas do cotidiano, articulando-as a componentes

macrossocietários que somente são possíveis a partir de uma perspectiva de totalidade, estabelecendo as conexões entre os processos de vida que se configuram em demandas de trabalho e processos societários mais amplos.

A capacidade de leitura da realidade na perspectiva da totalidade é condição para o trabalho socioeducativo e inculcar tal perspectiva é tida, pelo autor, como uma tarefa lenta e pedagógica, na qual o assistente social deve ser um guia que explicita as mediações que conectam as experiências cotidianas aos processos macrossocietários, exigindo um exercício intelectual e pedagógico por parte do profissional na elaboração do conhecimento a partir da cotidianidade.

Na direção do caminho percorrido por Palma (1896), Yamamoto (2006: 79) aponta o assistente social como um agente que exerce a função de “um educador político; um educador comprometido com uma política democrática ou um educador envolvido em uma política dos donos do poder”. Isto porque o profissional interfere no cotidiano da classe trabalhadora onde são vivenciadas as relações sociais, abrindo possibilidades de uma intervenção voltada para a alteração do modo de ser e agir dessa população. Nesse processo é fundamental o posicionamento ético-político do assistente social, pois como uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho dentro da sociedade capitalista, vivencia a contradição de classes e vê-se em meios à disputa dos projetos antagônicos das classes fundamentais.

Trata-se de uma ação global de cunho socioeducativo ou socializador, voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que incide tanto sobre as questões imediatas, como sobre a visão do mundo dos sujeitos. O trabalho profissional do assistente social dispõe de condições potencialmente privilegiadas para apreender o conjunto do cotidiano das classes populares, uma vez que se direciona para a intervenção nas mais variadas expressões de suas esferas da vida. Explicita-se aí a importância das opções políticas do assistente social, que pode ser orientadas ou no sentido de solidarizar-se com o projeto de vida do trabalhador, ou no sentido de utilizar o acesso à sua vida para interesses que lhes são estranhos (IAMAMOTO, 2004).

Ao processar a análise do Serviço Social na contemporaneidade, a autora nos traz elementos importantes para pensarmos o trabalho profissional pautado por valores democráticos e comprometidos com a efetivação do projeto profissional hegemônico. Aponta, como um dos pressupostos de sua análise, que o Serviço Social tem como

produto da sua ação, um rebatimento no campo político e ideológico, podendo contribuir para o processo de democratização das relações de poder e, conseqüentemente, para a construção de uma contra-hegemonia no interior das relações de classe. Para tanto, é necessária uma profunda compreensão dos determinantes do Serviço Social e romper com a endogenia na análise da profissão, buscando compreender as relações sociais que mediam a construção do fazer do assistente social.

Nesse sentido, a autora aponta como elemento fundamental a compreensão do Serviço Social enquanto profissão inserida na produção e reprodução da vida social, cujos resultados do trabalho profissional se tornam elementos na reprodução não apenas da materialidade, mas também da subjetividade da classe trabalhadora, ou seja, o Serviço Social, ao ter como utilidade de seu trabalho a reprodução da vida material da classe trabalhadora, também interfere na produção e reprodução das relações sociais onde se expressam as relações de poder e as contradições de classe.

De acordo com a autora, o Serviço Social compõe um aparato institucional (estatais, paraestatais ou privados) que visa não apenas à reprodução material do trabalhador, mas também um controle sobre sua vida privada, sobre sua reprodução imaterial, tendo em vista que a organização da produção capitalista:

Implica um novo tipo de socialização do trabalhador e sua família, que afeta todo o seu cotidiano, de modo a adaptá-lo ao novo modo de vida e aos métodos do trabalho industrial. O capital busca estabelecer meios de tutela e normatização da vida do trabalhador fora da fábrica, invadindo sua vida privada. Procura não apenas conservar um certo equilíbrio psicofísico do trabalhador, visto que não devem ser avariadas em demasia as peças de uma máquina coletiva de trabalho, mas ampliar a interferência moral e política por parte do capital sobre o conjunto da sua vida particular. Nesse sentido tem à sua disposição o aparato de Estado, além das próprias iniciativas benemerentes levadas a efeito pela classe patronal. Aí, a coerção social deve ser habilmente articulada com a persuasão e consenso, que dão a forma exterior ao uso intrínseco da força. (IAMAMOTO, 2011: 127 – grifos da autora)

O trabalho do assistente social é demandado, portanto, por se configurar em uma profissão que atua na linha de frente da relação entre instituição e a população, configurando-se como “uma das formas institucionalizadas de atuação da relação entre os homens no cotidiano da vida social” (IAMAMOTO, 2011: 122), pois intervém nas questões particulares da vida dos indivíduos sociais que são expressões concretas das

relações sociais no cotidiano da vida social. Assim, o profissional tem a possibilidade de interferir nas perspectivas que os sujeitos constroem acerca de suas condições concretas de vida.

O profissional, em sua prática de campo, interfere, em graus diversos de intensidade, na vida provada das pessoas com que trabalha, invadindo de certa forma sua privacidade. Explicita-se, aí, a importância do compromisso social do Assistente Social, orientado no sentido de solidarizar-se com o projeto de vida do trabalhador ou de usar esse acesso à sua vida particular para objetivos que lhe são estranhos. (...) nesse sentido, a concepção teórico-prática da profissão e do papel desse profissional na sociedade, incorporada e expressa pela categoria de Assistentes Sociais em suas atividades cotidianas, é um fator a considerar no tipo de resposta que oferece às exigências institucionais. Pode o profissional limitar-se a responder às demandas do empregador, confirmando-lhe a sua adesão, ou lançar-se no esforço coletivo junto à categoria, aliada aos demais profissionais e aos setores populares, de propor e efetivar uma direção alternativa àquela proposta pelos setores dominantes para intervenção técnica. Trata-se de, a partir do jogo de forças sociais presentes nas circunstâncias de seu trabalho, reorientar a prática profissional a serviço dos interesses e necessidades dos segmentos majoritários da população, consolidando junto a eles novas fontes de legitimidade para o Serviço Social. (IAMAMOTO, 2011: 124 E 129)

Com base nas questões explicitadas até aqui, podemos verificar que a dimensão socioeducativa do trabalho profissional encontra seu fundamento nas relações contraditórias estabelecidas entre classe burguesa e classe trabalhadora que compõem as relações sociais capitalistas. Tais relações sociais são marcadas pela exploração, alienação e pelo fetiche que mascara seus fundamentos e a naturaliza. Contudo a natureza contraditória destas relações sociais abre a possibilidade de seu questionamento e construção de projetos societários alternativos ao capital.

O Serviço Social surge no contexto da sociabilidade capitalista e se inscreve no processo de produção e reprodução das relações sociais como demanda na construção de respostas à questão social, fortemente tensionada pela configuração das relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil. Assim, a direção social impressa no projeto profissional é construída através do posicionamento político da categoria profissional frente a tais relações. De acordo com Yamamoto (2007),

O assistente social, dependendo de sua opção política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes, em

confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional. Pode tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; pode orientar a sua atuação reforçando a legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos. Isso supõe, evidentemente, por parte do profissional, uma clara compreensão teórica das implicações de sua prática profissional, possibilitando-lhe maior controle e direção da mesma, dentro de limites socialmente estabelecidos. Por outro lado, supõe, ainda, uma clara subordinação do exercício técnico profissional às suas consequências políticas: aí o caráter propriamente técnico subordina-se à dimensão política desta prática. (IAMAMOTO: 2011, 103)

Segundo a autora, a apreensão das mediações do real é instrumento fundamental para que os assistentes sociais possam forjar estratégias de intervenção que se constituam como resistência ao processo de exploração inerente ao modo de produção capitalista.

Dar conta desta dinâmica supra-referida, parece ser um dos grandes desafios do presente, pois permite dar transparência a valores atinentes ao gênero humano, que se tornam cada vez mais opacos no universo da mercantilização universal e do culto ao individualismo. Enfim, decifrar as múltiplas expressões da questão social, sua gênese e as novas características que assume na contemporaneidade, atribuindo transparência às iniciativas voltadas à sua reversão e/ou enfrentamento imediato. (IAMAMOTO, 2006: 28 e 29)

Apreender, portanto, as determinações da questão social, bem como compreender as suas particularidades do tempo presente através de uma profunda reflexão das mediações o permeiam, torna-se uma estratégia de base para uma intervenção socioeducativa que se pretenda comprometida com os valores democráticos que orientam o projeto ético-político profissional.

A autora alerta para a necessidade de o assistente social se debruçar sobre o cotidiano dos sujeitos aos quais direciona seus serviços de modo a se apropriar das condições de vida da classe trabalhadora, dos elementos de sua cultura e seu modo de vida e, assim, decifrar determinantes de processos que fortaleçam a ação da classe trabalhadora na construção de um ordenamento social de resistência à desigualdade e à exploração.

O assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classe. O profissional é desafiado a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões universais e particulares que aí se concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena política, potenciando-a em fóruns e espaços coletivos. Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto o conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação (IAMAMOTO, 2007: 221)

Assim, cabe ao assistente social apropriar-se dos processos da concretude do cotidiano social expressos nas situações individuais que lhe são apresentadas no curso do trabalho e construir as devidas conexões entre a realidade dos sujeitos individuais e a vida social coletiva, abrindo canais para articulação dos sujeitos sociais de forma a potencializar a afirmação e negociação dos interesses comuns na esfera pública.

Outra indicação que a autora nos traz é a reflexão sobre a necessidade de o assistente social se constituir como um ator que realiza a interlocução entre o público e o privado. Isso que dizer que o profissional de Serviço Social tem como desafio tornar seu espaço de trabalho em um espaço efetivamente público e democrático, alargando os horizontes institucionais e políticos para intervenção dos usuários dos bens e serviços disponibilizados. Dessa forma, o profissional deve contribuir para publicizar e democratizar os espaços de intervenção e dar voz aos seguimentos que historicamente foram silenciados, pelo poder exercido na relação de exploração de classes no interior do capitalismo.

Segundo Iamamoto (2006) esta é uma condição para que o Serviço Social possa romper com uma “relação tutelar” juntos aos agentes sociais que usufruem do trabalho do assistente social. É necessário apreender os interesses coletivos da classe trabalhadora para romper com uma relação de estranhamento entre profissional e a população ao qual destina seu trabalho. Neste caminho, a socialização das informações se constitui como uma importante ferramenta de afirmação do direito social.

Ao nível do trabalho concreto realizado na esfera do Estado, merece atenção a socialização de informações enquanto uma das atividades profissionais exercidas pelo assistente social. Ela não se reduz ao mero repasse de dados sobre as normas e recursos legais; é uma informação transmitida na ótica do direito social, em que os sujeitos individuais e coletivos são reconhecidos em

suas necessidades coletivas e demandas legítimas, considerando a realidade macrossocial de eles são parte e expressão. A socialização de informações, nos termos expostos, envolve uma relação democrática e aberta à reflexão e à crítica entre o assistente social e os sujeitos que demandam seus direitos (e serviços a eles correspondentes) sem ofuscar os distintos papéis que desempenham na relação. (IAMAMOTO, 2007: 427)

Ainda destaca que o assistente social, especialmente no âmbito Estatal, se insere nos mecanismos do saber burocrático que hierarquiza e torna-se, muitas vezes inatingível ao conjunto dos sujeitos sociais. A autora esclarece que esse processo deriva da divisão do trabalho e das relações sociais capitalistas que promovem a separação entre os interesses particulares e o interesse geral, configurando a base da burocracia e criando o segredo da competência guardada pela hierarquia da corporação burocrática. A socialização de informações expressa nos termos enunciados por Iamamoto (2007) corrobora com a necessidade de os assistentes sociais criarem estratégias profissionais para desburocratizar a relação dos sujeitos com os direitos sociais.

A reiteração de procedimentos profissionais rotineiros e burocráticos na relação com os sujeitos pode resultar na invasão de um estranho no seu ambiente privado, muitas vezes aliada a uma atitude de tolerância com a violência que tem lugar nos aparatos burocráticos do Estado. Assim faz-se necessário estimular a criação de mecanismos passíveis de desburocratizar as relações com os sujeitos que reivindicam direitos e serviços, melhorando a qualidade do atendimento. (IAMAMOTO, 2007: 427)

As contribuições de Iamamoto para pensar a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social passa, portanto, pela indicação da necessária competência do assistente social em realizar uma leitura crítica dos processos societários que permeiam a configuração da questão social, identificando nas situações particulares as devidas conexões com as condições gerais da coletividade dos trabalhadores. A partir disso, lhe compete criar estratégias de ação que potencialize a desburocratização da relação dos sujeitos com os serviços que materializam seus direitos sociais, seja através da abertura e fomento da organização destes sujeitos, seja interferindo nos processos institucionais.

Cabe salientar que uma das maiores contribuições da autora para compreensão da dimensão socioeducativa reside na apreensão do Serviço Social enquanto trabalhador

assalariado. Esta perspectiva de análise nos permite compreender as determinações da alienação do trabalho do assistente social. Ao alertar para necessidade de resgatar este vetor de análise, Iamamoto elenca elementos determinantes para a compreensão do trabalho profissional, pois a elaboração de qualquer estratégia profissional deve estar calçada em um profundo conhecimento das condições em que o trabalho profissional se realiza.

Outra importante produção para compreensão da dimensão socioeducativa do trabalho profissional é a reflexão de que Marina Maciel Abreu vem desenvolvendo sobre a função pedagógica desempenhada pela profissão na sociedade brasileira. Sendo assim, cabe-nos aqui apresentar as linhas gerais de fundamentação desta produção como forma de aproximação ao objeto que aqui elencamos para o estudo.

Para Abreu (2010), o objeto central da discussão, a função pedagógica do assistente social, pode ser apreendida a partir da concepção gramsciana de organização da cultura. A autora traz como pressupostos básicos do estudo os seguintes elementos:

- A função pedagógica do assistente social é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes;
- Essa função pedagógica se materializa pelos efeitos da ação dos modos de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática;
- É mediatizada pelas relações entre Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social;
- Está integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social, objetivadas por meio das políticas sociais públicas ou privadas.

Argumenta que as relações pedagógicas se concretizam sob a forma de ação material e ideológica sobre os espaços cotidianos de vida e trabalho das classes subalternas, “interferindo na reprodução física e subjetiva dos sujeitos e na própria constituição do Serviço Social como profissão” (ABREU, 2010:17). Nessa direção a autora situa a prática profissional no campo das atividades que permeiam a organização da cultura, portanto, constituindo-se como “elemento integrante da dimensão político-ideológica as relações de hegemonia” (*Idem*:18).

O ponto de vista assumido é de que a prática profissional vincula-se à necessidade de organização da cultura pelas classes sociais na luta pela hegemonia, face às exigências de um padrão de produção e de trabalho. Isso deixa evidente o fio

condutor da análise da autora que irá delimitar os perfis pedagógicos da prática profissional, ao longo do processo de construção da profissão, tendo como referência as características e alterações na esfera da produção (fordismo/taylorismo e acumulação flexível).

Outro elemento que aparece na produção de Abreu (2010) acerca dos perfis pedagógicos da prática profissional é o atravessamento do significado social (objetivo/material e subjetivo) das políticas sociais, especialmente a assistência social. Vale destacar que, quando a autora diz assistência social, parece que trata do trabalho profissional sem situá-lo especificamente na política de assistência social da forma em que se configura no bojo da seguridade social. Parece que, ao tratar da assistência social, a autora se refere à assistência que o profissional presta ao usuário no curso da realização da prática profissional. Nesse sentido, Abreu (2010) afirma que, historicamente, a assistência constitui-se como eixo principal da organicidade da inserção do Serviço Social nas relações sociais.

Ao situar o marco teórico de sua produção, Abreu (2010) irá destacar que sua análise sustenta-se na tradição marxista e que o debate se organiza a partir da concepção gramsciana de cultura e sua vinculação com as relações de organização da hegemonia. O caminho de construção de trabalho se propõe a uma incursão teórica acerca do princípio educativo gramsciano e à análise da função pedagógica do assistente social, resgatando a construção da profissão demarcada pelo contexto de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

De acordo com a autora, o princípio educativo em Gramsci consubstancia-se na relação entre a racionalização da produção e do trabalho e a formação de sua crítica intelectual e moral. Este princípio educativo tem vinculação com a construção de uma ordem intelectual e moral hegemônica de uma classe. O princípio educativo de Gramsci está intrinsecamente articulado à forma da cultura entendida como *civiltá* – o que marca o modo de sentir, de pensar e de agir em sociedade. Nesta direção, a ação educativa articulada à construção de uma nova cultura direcionada para a emancipação das classes subalternas, configura-se como elemento de formação de uma nova hegemonia pautada na construção da emancipação humana, o que expressa uma estratégia de superação da ordem capitalista.

A questão pedagógica constitui-se, então, como um elemento revolucionário, na medida em que possibilita o fortalecimento da formação da hegemonia de um novo

ordenamento intelectual e moral das classes subalternas. A questão pedagógica é entendida como parte das mediações que articulam as dimensões econômica e político-cultural a partir das relações de força que constituem a hegemonia.

Nestes marcos, define-se o princípio educativo numa adequação do processo político-ideológico formador de um modo de vida – cultura – às necessidades imperativos de um tipo de racionalização produtiva do trabalho. Esta nacionalidade é produto do movimento contraditório entre estrutura/superestrutura, em suas expressões particulares, em um processo histórico específico. Trata-se, segundo entendimento fundado em Gramsci, de um conformismo social determinado historicamente, que supõe certo equilíbrio psicofísico que pode ser imposto pelos interesses da acumulação do capital sobre as classes subalternas e, por isso, base de uma cultura subalternizante dessa classe, ou estabelecido pelas citadas classes, conformismo próprio, que, assim, é base da organização de uma cultura emancipatória. (ABREU, 2010: 29)

Entender o lugar da cultura e da questão pedagógica em Gramsci é central para a compreensão das contribuições de Abreu (2010). Ela reafirma nexos orgânicos entre a questão pedagógica e destaca ainda a tendência de redução da categoria domínio, à dimensão superestrutural, levando a desconsideração de sua dimensão econômica. Nesse sentido, a autora vai desenvolver suas elaborações sobre a questão pedagógica articulada às grandes alterações no âmbito da esfera da produção. Destaca as refrações que o toyotismo, o fordismo e o taylorismo implicaram no âmbito das relações sociais e da organização da cultura através de um princípio educativo articulado à manutenção da hegemonia capitalista e ainda situa o Serviço Social como agente implicado na construção da cultura.

A autora entende que a função pedagógica do assistente social está integrada às mediações que realizam a racionalização da produção e da reprodução social e o exercício do controle social, elemento que tende a permanecer mistificado ao mesmo tempo em que também mistifica as relações sociais. Segundo a autora, a função pedagógica passa por um processo de mistificação no conjunto das relações sociais, pois, do ponto de vista das classes dominantes, a questão pedagógica encerra-se em si mesmo como mecanismo de integração e promoção social, escamoteando sua dimensão persuasiva e coercitiva na direção da adesão ao projeto societário capitalista. Nesse sentido, a função pedagógica pode fragilizar a construção de um ordenamento alternativo pautado nos interesses das classes subalternas.

A autora vai caracterizar a assistência social como um mecanismo constitutivo do processo de organização da cultura, tendo em vista a sua configuração que, como instrumento de acesso a bens e serviços necessários à manutenção da materialidade da vida das classes subalternas, está também atrelado a um mecanismo de implicação ideológica que incide sobre a racionalidade dos usuários destes serviços. Neste processo, a autora localiza a assistência social em seus rebatimentos tanto na materialidade quanto na subjetividade da classe trabalhadora.

Abreu (2010) trabalha com a concepção de que o Serviço Social, “desde a sua imersão da sociedade capitalista” (Idem: 34) participa do processo de construção da cultura capitalista contribuindo para a realização das mediações entre necessidades - nas contradições constitutivas da questão social - e o controle das classes subalternas. Tendo em vista a inserção do Serviço Social nesta mediação, a autora indica suas teses:

A primeira indica que o Serviço Social, na sociedade brasileira, institucionaliza-se e desenvolve-se como profissão de cunho educativo, nos marcos sócio-históricos que peculiarizam a organização, difusão e crise da cultura – engendrada a partir dos interesses do capital, com ênfase da chamada cultura do bem-estar -, identificando-se perfis pedagógicos diferenciados na mencionada trajetória profissional; e a segunda sugere que esses perfis reatualizam-se nos anos 90, refletindo a necessidade de organização da cultura nos marcos da crise estrutural do capital e das saídas dadas à mesma, sob a orientação neoliberal, face às peculiaridades, no país, da crise cultural que se intensifica a partir de então, o que supõe a reconstituição dos princípios educativos pelas classes sociais. (ABREU, 2010: 36)

Em face de tais teses, Abreu (2010) identifica três perfis pedagógicos ao analisar a trajetória do Serviço Social no Brasil. O primeiro perfil identificado, que a autora denomina de conformismo mecanicista, está inscrito como princípio educativo de base do americanismo/fordismo e se direciona para a formação de um trabalhador adequado à lógica fordista – o que exige uma intervenção na vida privada do trabalhador e de sua família, buscando adequá-los à necessária disciplina da linha de produção em massa, constituindo a formação do trabalhador fordista. De acordo com a autora, o trabalho profissional do assistente social irá se vincular às práticas educativas de cunho “ressocializador” que são necessários à produção e reprodução das relações sociais marcadas pelo novo padrão de sociabilidade capitalista que o americanismo/fordismo inaugura.

O conformismo mecanicista constitui-se tendo como elementos centrais: os benefícios sociais, os altos salários, as iniciativas puritanas e o proibicionismo. Esses elementos são mobilizados por processos sócio-históricos, em que se destacam: a psicologização das relações sociais; a manipulação material e ideológica das necessidades material e dos recursos institucionais, via estratégias de assistência social individualizada; a combinação entre processos persuasivos e coercitivos para obter a adesão e o consentimento do trabalhador às exigências do padrão fordista/taylorista de produção do trabalho. (ABREU, 2010: 212)

Estes elementos tiveram rebatimentos diretos na profissão e impulsionaram o desenvolvimento do Serviço Social, caracterizando a intervenção profissional como “pedagogia da ‘ajuda’”. Abreu (2010) destaca que a “pedagogia da ‘ajuda’” apresenta-se como “expressão da ‘assistência educativa’, contribuído para dissimular processos e mecanismos autoritários direcionados para uma ressocialização – conformadora da cultura dominante”(Idem: 224). Esse perfil pedagógico da ação profissional está articulado à essência mistificadora da assistência social que traveste seu cunho de ajustamento social pautado na naturalização e moralização das desigualdades sociais numa aparência de “ajuda psicossocial”. O perfil pedagógico pautado na “pedagogia da ‘ajuda’” evidencia a funcionalidade da intervenção profissional à racionalidade capitalista e caracteriza a ação do Serviço Social como um processo de subalternização dos usuários de seus serviços à ordem dominante.

Outro perfil pedagógico identificado por Abreu (2010) é a “pedagogia da participação” inscrito no bojo do desenvolvimentismo que reatualiza a assistência educativa como estratégia para a integração e promoção social. A “pedagogia da participação” se engendra como um mecanismo da ideologia desenvolvimentista através do chamamento da população à participação nos programas governamentais. Entretanto, essa participação não significa uma abertura democrática da gestão das políticas públicas na direção do atendimento dos interesses das classes subalternas, mas sim a realização do controle e manipulação, reafirmando a estratégia de subalternização da classe trabalhadora.

A “pedagogia da participação” constitui-se como mecanismo de adequação da cultura ao novo paradigma de desenvolvimentismo econômico e produtivo experimentado pelo capitalismo, especialmente no período pós-guerra. Esta adequação

acontece através do discurso participacionista que se mostra, na verdade, como elementos de controle, coerção e persuasão que se expressam nas propostas de desenvolvimento de comunidade.

A autora demonstra que de forma contraposta às perspectivas da ajuda e da participação que perpassaram o perfil pedagógico da ação profissional, a partir das décadas de 1950 e 1960 (aqui a autora está contextualizando o Serviço Social na América Latina). Neste contexto, dá-se início a um processo de construção de estratégias pedagógicas articuladas às lutas das classes subalternas, inaugurando um novo perfil pedagógico que Abreu (2010) designa como “pedagogia emancipatória das classes subalternas”.

Essa nova perspectiva é construída de forma concatenada ao processo de crítica ao Serviço Social conservador e as suas práticas subalternizantes. Trata-se do processo de construção da renovação do Serviço Social e de revisão de seus referenciais, trazendo para o âmbito do Serviço Social a identificação com os interesses das classes subalternas.

Abreu (2010) destaca que esta perspectiva está perpassada por duas tendências: a primeira é a que inscreve a atuação profissional no âmbito dos limites do Estado de Bem-Estar, em que a conquista dos direitos sociais, civis e políticos configuram-se como fim último da intervenção profissional. Para a autora, esta tendência é limitada e demonstra uma postura de acomodação dentro da ordem capitalista. Sendo assim, não está verdadeiramente articulada com a emancipação das classes subalternas por se inscrever no limite posto pela sociedade capitalista.

A segunda tendência funda a vinculação profissional à luta das classes subalternas direcionando-se para a construção de uma ordem social alternativa a sociedade burguesa – o socialismo – portanto, comprometida verdadeiramente com a emancipação humana e que põe novas possibilidades de intervenção profissional. Para a autora, transcender o limite da conquista de direitos através da orientação pautada na vinculação com as lutas sociais constitui-se como desafio para o Serviço Social inscrito no âmbito da práxis social.

A partir deste apontamento, a autora coloca a concepção que ela defende ao qualificar a profissão. Ela inscreve o Serviço Social no âmbito da práxis e avança dizendo que cumprir o desafio de construção de um perfil pedagógico emancipatório

das classes subalternas é um produto da práxis social, onde o Serviço Social se inscreve como práxis profissional.

Situados estes elementos, a autora parte para a análise dos perfis pedagógicos da prática profissional na década de 1990. O ponto de partida da análise está calçado na crise do capitalismo vivenciada nas últimas décadas do século XX e as saídas engendradas pelo capital na direção do revigoramento de suas bases.

Abreu (2010) destaca as modificações que o capital impõe ao mundo da produção, evidenciando seus reflexos para o trabalho e principalmente os rebatimentos no padrão de sociabilidade e racionalidade capitalista que se constituíram como a base da cultura dominante. A autora trabalha os pilares da acumulação flexível calcada no toyotismo/ohnismo e enfatiza as estratégias do sistema capitalista para organizar uma nova pedagogia que dê sustentação à nova racionalidade, perpassando a esfera do Estado e da Sociedade Civil, destacando os papéis das Organizações Não Governamentais e das empresas no âmbito da assistência social.

Nesta direção a autora demonstra que as pedagogias da ajuda e da participação são reatualizadas e passam por um processo de metamorfose. No marco da década de 90, a ajuda e a participação são metamorfoseadas no discurso da solidariedade, tendo em vista a passivização frente às transformações societárias, atendendo, assim, a necessidade de adequação ao modo de vida e processo produtivo pautados pelo paradigma da acumulação flexível. Esse processo é posto em movimento como estratégia de reorganização da cultura pelo capital e em crise, fundando-se na necessidade de formação de um novo perfil de trabalhador.

O paradigma da solidariedade é posto como possibilidade de cooperação entre as classes antagônicas (burguesia-proletariado), escamoteando o conflito e a exploração inerente à ordem capitalista. O toyotismo/ohnismo transcendem a esfera da produção e se constituem como a base material da formação de uma subjetividade adequada aos imperativos da acumulação capitalista. Trata-se de uma estratégia de despolitização das relações sociais e de passivização das classes subalternas, construindo assim a hegemonia da racionalidade capitalista através do conformismo social em torno do projeto societário dominante.

Essa subjetividade não se apresenta apenas referida ao consentimento e a adesão do trabalhador a ordem do capital, mas, relaciona-se

fundamentalmente à aceitação do capitalismo como horizonte histórico da humanidade, isto é, como racionalidade acima das classes, a partir da qual atribui-se à tecnologia o papel de um sujeito da história e, conseqüentemente, a negação da centralidade do trabalho na formação de sociabilidades e da historicidade do trabalhador. (ABREU, 2010, pg. 188)

Diante deste quadro, a intervenção dos assistentes sociais tem reatualizado os elementos tradicionais de sua função pedagógica conservadora expressa pelas pedagogias da ajuda e da participação. Nesta direção, a autora aponta que a intervenção profissional nos anos 1990 tem a tendência de manter-se vinculada ao trato de manifestações da questão social com enfoque psicossocial combinado às exigências de produtividade e qualidade atuais, dando continuidade ao processo de articulação entre reprodução material e controle político-ideológico das classes subalternas.

Na direção da construção de uma contra-hegemonia pautada pela emancipação das classes subalternas, Abreu salienta que organização de uma nova cultura coloca-se como necessidade histórica para as classes subalternas para sua constituição enquanto classe hegemônica. Diz que a luta por direitos é parte integrante deste processo, mas que o campo dos direitos é contraditório e limitado, tendo em vista que não encerra a emancipação das classes, por isso, considera que transcender esta dimensão no trabalho profissional é um desafio. Abreu (2010) identifica que, aliado a reatualização metamorfoseada das perspectivas pedagógicas subalternizantes da prática profissional nos anos 1990, está a tendência da perspectiva emancipatória limitada à luta no campo de direitos. Por isso, como dito anteriormente, a construção de ações comprometida como uma pedagogia emancipatória das classes subalternas que traga a perspectiva efetiva da superação da sociabilidade capitalista ainda é um desafio para os profissionais.

Na análise de Abreu (2010), podemos encontrar três vetores definidos como eixos fundamentais de uma pedagogia emancipatória que são: a politização das relações sociais que, para Gramsci, se constitui no processo que “dá conta do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado por um grupo social” (*apud* Abreu, 2010: 133); solidariedade e colaboração entre as classes subalternas e a intervenção das classes subalternas no movimento histórico na perspectiva de sua emancipação.

Parece-nos que a autora indica uma agenda de elementos que o assistente social deve considerar e implementar na sua ação profissional para que a dimensão socioeducativa do trabalho assistente social se constitua, de fato, como um

pontencializador da organização de uma nova cultura pautada nos interesses da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a participação das classes subalternas deve se conformar em intervenções críticas e conscientes na ordem histórica e social, constituindo-se como estratégia de mobilização, capacitação e organização do movimento antagônico à ordem do capital que busca a unidade entre o pensar e o agir. Esse processo é a base e expressão de novos valores, novas consciências e novas condutas contrapostas à cultura do capital, ou seja, é a base para organização de uma nova cultura que por sua vez, fornece os alicerces de uma hegemonia emancipatória.

A autora vai buscar como referência para demonstrar ações que se identifiquem com esta tendência “revolucionária” da pedagogia emancipatória algumas experiências vivenciadas na atualidade tais como: processo de publicação na perspectiva de democratização e universalização das políticas sociais. A autora fala da democratização da relação assistente social/usuário/recursos institucionais que permita o fortalecimento da sociedade civil e a construção de uma esfera pública não estatal.

Outra experiência que a autora ressalta são as estratégias de orçamento participativo. De acordo com sua exposição, o controle das classes subalternas sobre o orçamento é uma forma de construção desta esfera pública não estatal que se tornaria um instrumento para negar à burguesia o controle do Estado.

Neste sentido, Abreu (2010) defende que o elemento central destas estratégias (entende-se também como elemento central da função pedagógica emancipatória) é o fortalecimento das classes subalternas na correlação de forças nos diferentes espaços de relação entre a sociedade política e a sociedade civil. Compreendendo o conceito de Estado na teoria gramsciana que compreende a sociedade política e a sociedade civil, a estratégia de emancipação que a autora aponta passa pela participação das classes subalternas na inflexão de seus interesses no Estado.

A título de sistematização das contribuições da autora, nos cabe destacar a compreensão que a autora traz acerca dos “perfis pedagógicos da prática profissional”. De acordo com Abreu (2010), o significado histórico da prática do assistente social ao longo de seu desenvolvimento é constitutivo do conjunto de relações político-pedagógicas que plasman processos de organização da cultura, mobilizada historicamente pela necessidade de uma classe tornar-se classe hegemônica, face às exigências de um padrão de produção e trabalho. Nas palavras da autora:

O pressuposto básico deste estudo é que a função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir das relações entre Estado e sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada a estratégia de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social [...] as relações pedagógicas que concretizam-se sob a forma de ação material e ideológica, nos espaços cotidianos de vida e de trabalho de segmentos das classes subalternas diretamente envolvidos nos processos da prática profissional, interferindo na reprodução da subjetividade desses segmentos e na própria constituição do Serviço Social como profissão. Por meio do exercício desta função, a prática do assistente social insere-se no campo das atividades que incidem sobre a organização da cultura. (ABREU, 2010: 17)

A partir das contribuições dos autores podemos reafirmar a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social como um campo repleto de possibilidades para o fortalecimento de um projeto societário de inspiração democrática.

Guardadas as particularidades das contribuições de cada autor, as afirmativas convergem na direção da afirmação de uma dimensão socioeducativa articulada a dimensão política do trabalho profissional. E que tal dimensão refere-se a rebatimentos produzidos pelo trabalho profissional nas formas em os sujeitos sociais compreendem suas condições de vida. Ainda aparece nas perspectivas apresentadas, que esses rebatimentos podem se espalhar para o campo da ação social destes sujeitos, cujas determinações serão dadas pelas articulações realizadas no âmbito do trabalho profissional e sua conexão com determinados projetos societários.

Ambos os autores situam o serviço social no campo da reprodução das relações contraditórias entre as classes fundamentais, demarcando um campo de tensão entre interesses dos setores dominantes e os interesses da classe trabalhadora. É justamente a inserção do trabalho do assistente social neste cenário de contradição, a determinação central de seu caráter político, pois, na realização do trabalho profissional, mediado pelos serviços sociais, o assistente social reforça um dos pontos deste embate de classes.

A proximidade do assistente social com a prática cotidiana dos sujeitos sociais o coloca frente a frente com as condições de tensionamento da ordem social manifestas nas mais diversas expressões da questão social. Para Palma (1986), essas características possibilitam ao assistente social reforçar as práticas políticas inscritas na vida cotidiana. Assim como Yamamoto, que evidencia o potencial político da ação profissional, na

medida em que o assistente social se constitui como um agente de mediação entre os serviços sociais e as necessidades sociais da população. Nesse processo, a autora destaca as condições privilegiadas do assistente social para interferir nos processos da vida cotidiana, produzindo um rebatimento no campo político e ideológico.

Embora Abreu parta de um referencial diferenciado dos autores citados a cima, a autora também demarca o que ela chama de função pedagógica do Serviço Social pela inserção do Serviço Social na produção e reprodução das relações sociais e exercício do controle ideológico no seio da luta de classes. Mediado pelas políticas sociais, o trabalho profissional produz rebatimentos nos modos de pensar e agir dos sujeitos sociais, determinados pelo vínculo que a profissão estabelece no seio da luta de classes. Assim, a autora ancorada na produção gramsciana do princípio educativo, evidencia sua vinculação deste princípio educativo com a construção de uma nova cultura, contra-hegemônica à cultura capitalista.

Ao nos determos à reflexão do objeto proposto, é necessário realizar algumas pontuações acerca do entendimento do que seja a dimensão socioeducativa do trabalho profissional. Em primeiro lugar, destaca-se que a dimensão socioeducativa reside no campo prático do trabalho profissional, mais especificamente, na relação estabelecida entre o profissional e os sujeitos sociais alvos de sua ação. No entanto, não se pode confundir a dimensão que se trata aqui com estratégias ou ações, tais como a realização de grupos sócio-educativos, por exemplo.

A dimensão socioeducativa atravessa a operação do trabalho profissional, independente das estratégias ou técnicas empregadas, pois *diz respeito aos rebatimentos que o trabalho produz nas formas como os sujeitos sociais concebem as questões abordadas pelo trabalho profissional.*

É importante salientar que *afirmar que o trabalho profissional produz rebatimentos na perspectiva que os sujeitos sociais constroem da realidade vivenciada, não significa afirmar que estes rebatimentos, necessariamente, alteram a forma dos sujeitos conceberem suas questões, ou que a dimensão socioeducativa do trabalho profissional implica na construção de uma perspectiva crítica.* Afinal, a concepção que os homens constroem do mundo está implicada por uma série de fatores e tem seu fundamento na estrutura social em que vivem, pois, como se verificou em Marx, a consciência se estrutura a partir das formas que os homens se organizam para produzir seus meios de vida.

A dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social situa-se na cotidianidade dos sujeitos sociais alvo das ações profissionais. Trata-se de ações que se direcionam a intervenção nas formas de pensar e agir destes sujeitos no que tange as problemáticas cotidianas vivenciadas pelas classes trabalhadoras que necessitam e recorrem ao conjunto de serviços sociais postos em movimentos pelos assistentes sociais.

Nesse sentido, as ações do trabalho profissional do assistente social somam-se a uma série de fatores e condições que, em uma mediação complexa e dialética, configuram a forma como os sujeitos sociais percebem seu cotidiano, mas ao se tratar da dimensão socioeducativa, buscamos evidenciar a participação do Serviço Social neste processo, *tendo como norte de análise compreender quais elementos desta dimensão do trabalho podem ser potencializados na busca de construir um Serviço Social articulado aos interesses dos sujeitos sociais que usufruem dos serviços prestados pelos assistentes sociais.*

O entendimento de que a dimensão socioeducativa do trabalho profissional trata-se de inflexões na perspectiva de mundo dos sujeitos sociais, está calcada na *compreensão da dimensão política inerente ao trabalho profissional, fundamentada pela compreensão da inserção do Serviço Social como profissão que se insere no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas.*

Esta apreensão é o alicerce para a compreensão da natureza do trabalho do assistente social, das necessidades sociais que se colocam para o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho coletivo no âmbito da sociedade capitalista e entender o caráter político da profissão.

O que se pretende neste trabalho é desenvolver quais desafios se põe à potencialidade postas pela dimensão socioeducativa do trabalho profissional, levando em conta as referências democráticas do projeto ético-político do Serviço Social e as condições postas ao assistente social enquanto um trabalhador assalariado.

Cabe-nos compreender também quais são os elementos sobre o quais o assistente social deve se debruçar no seu trabalho profissional para a construção de uma intervenção socioeducativa que possibilite aos sujeitos sociais pensar sobre sua inserção social e ainda entender como, efetivamente, os assistentes sociais vêm construindo suas estratégias para a intervenção socioeducativa: quais são suas perspectivas e desafios.

Palma (1986) destaca que os dilemas vivenciados no cotidiano da classe trabalhadora são plenos de potência para ação transformadora, cabendo à dimensão educativa do trabalho profissional fortalecer esta potencialidade através do investimento no protagonismo dos sujeitos sociais, apoiando-os enquanto sujeitos políticos na construção da história. Para o autor, deve permear as estratégias do trabalho profissional o fortalecimento da organização popular na direção da superação das questões imediatas e individuais que devem ser transpostas para o âmbito do coletivo. Assim é tarefa da educação social empreendida pelo profissional o estímulo à práxis popular. Esse processo traz ao profissional as exigências de interferir na dinâmica institucional, potencializando as estratégias democráticas no sentido de utilizar os recursos institucionais para alargar os seus horizontes para os interesses populares. Exige também capacidade de leitura da realidade de forma a estabelecer as devidas conexões entre os dilemas que aparecem de forma fragmentada no cotidiano e os processos macrosociedadeiros.

Iamamoto (2004 e 2006) também reafirma o caráter educativo do trabalho profissional ao caracterizar o trabalho profissional em seus rebatimentos no cotidiano da classe trabalhadora, onde os sujeitos constroem suas relações sociais que determinam seu modo de ser e agir. Essa proximidade do trabalho profissional junto aos dilemas cotidianos da classe trabalhadora, possibilita ao assistente social solidarizar-se com o projeto de sociedade comprometido com os interesses e necessidades destes sujeitos.

Iamamoto (2001) ressalta o trabalho profissional não apenas como elemento de reprodução material, mas também de reprodução da subjetividade da classe trabalhadora, tendo em vista a sua inserção nos mecanismos institucionais que interferem na relação entre os homens no cotidiano da sua vida social.

Assim, a partir da perspectiva de conexão do trabalho profissional com as necessidades sociais apresentadas pelos sujeitos alvo de sua ação, aponta como exigência ao trabalho a apreensão das mediações do real e das particularidades da questão social. Dessa forma, o profissional pode decifrar as condições de vida, os elementos da cultura e do modo de vida expressos na cotidianidade, possibilitando estabelecer conexões entre a realidade individual dos sujeitos e as condições gerais da vida social.

A partir da apreensão dos processos do real, o assistente social pode captar elementos a serem fortalecidos na direção da estruturação de estratégias de

democratização de seu trabalho, possibilitando que o campo institucional se transforme em um espaço publicizado à participação democrática, rompendo, assim, como o estranhamento entre o trabalho profissional e a população. Destaca a relevância da socialização de informações e desburocratização dos serviços prestados para o fortalecimento da organização dos sujeitos com os quais trabalha.

A autora ainda destaca a importância da análise das condições em que o trabalho do assistente social se materializa, pois se trata de um elemento que determina e condiciona as potencialidades guardadas no trabalho profissional. Destaca que a profissão está submetida à condição de assalariamento, que determina ao trabalho profissional os mesmos dilemas da alienação vivenciados pelo conjunto dos trabalhadores. Assim, o trabalho profissional é permeado pelo dilema que se estabelece entre o projeto profissional, que delinea os valores norteadores do trabalho profissional, e as condições concretas de assalariamento. E a apreensão destes dilemas possibilita aos assistentes sociais enxergarem estratégias ao seu enfrentamento.

Abreu (2010) traz contribuições para a compreensão da dimensão socioeducativa ao tratar da função pedagógica do assistente social. A autora também situa a profissão nas estratégias de produção e reprodução das relações sociais por meio do exercício do controle social e que é determinado pelos vínculos que a profissão estabelece na contradição de classes e se materializa nos efeitos do trabalho profissional na forma de ação material e ideológica sobre os espaços cotidianos de vida e trabalho.

Partindo de uma concepção gramsciana, a autora destaca que o princípio educativo em Gramsci tem vinculação com a construção de uma ordem intelectual e moral hegemônica que coaduna na construção de uma cultura. Portanto, o princípio educativo se traduz em uma estratégia para a construção de um ordenamento cultural alternativo ao paradigma capitalista.

Abreu (2010) entende que o Serviço Social, ao estar integrado aos mecanismos de exercício de controle social na racionalização da produção e reprodução das relações sociais compõe o processo de organização da cultura. Sendo assim, referenciando-se na conexão entre o trabalho profissional e o projeto societário alternativo, a autora aponta as bases de construção do que chama de uma perspectiva pedagógica emancipatória, que tem como contribuição na construção de uma cultura que manifeste a hegemonia das classes subalternas, a luta pela conquista de direitos sociais permeados por três vetores: a politização das relações sociais; construção de laços de solidariedade e

colaboração de classe e intervenção dos sujeitos sociais na história na direção de sua emancipação.

A autora traduz esses vetores no campo do trabalho profissional como estratégias de democratização na relação assistente/social/usuários/recursos institucionais; fortalecimento da ação política da sociedade civil e a criação de uma esfera pública não estatal que seria um espaço de manifestação e luta das questões cotidianas decorrentes do processo de exploração para além dos aparatos institucionais do Estado.

Sendo assim, podemos traduzir das contribuições destes autores que a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social que se pretenda articulada aos valores inscritos no âmbito do projeto profissional hegemônico deve ter como direção social a crítica das relações sociais estabelecidas que condicionam o objeto de trabalho do assistente social, bem como o seu processo de trabalho, tendo em vista a articulação do trabalho profissional à satisfação das necessidades sociais dos sujeitos sociais que buscam o seu trabalho.

Nesse sentido, surge o indicativo de estratégias para a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social que passa pelas seguintes questões: vinculação das questões individuais e fragmentadas como os processos macrossocietários ; fomento e fortalecimento da organização dos sujeitos sociais na construção de sua ação política; democratização do trabalho profissional; e desburocratização e tensionamento das relações institucionais na direção da ampliação de seus horizontes às necessidades dos sujeitos sociais.

A indicação da direção social crítica e de estratégias que caminham para o fortalecimento do protagonismo político dos sujeitos sociais serão tomadas como referencia na análise que se segue acerca da dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social inscrito no âmbito da política urbana.

3. DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO PROFISSIONAL NO TRABALHO TÉCNICO-SOCIAL NO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”

3.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social trata-se de uma categoria empírica que só pode ter suas determinações apreendidas a partir de uma investigação que se debruce sobre a construção das estratégias e respostas profissionais frente às demandas colocadas ao trabalho do assistente social.

Para que a totalidade deste processo seja apreendida, é necessário considerar tanto aspectos da realidade social que configuram a demanda pelo trabalho profissional, quanto as respostas profissionais construídas pelos agentes desta profissão. Torna-se imperativo considerar as tendências que permeiam a construção das políticas sociais – pela mediação das quais o assistente social mobiliza os recursos necessários para o atendimento às necessidades postas ao seu trabalho – e as implicações destas tendências para as relações sociais estabelecidas e seus rebatimentos nas condições de trabalho.

Cabe ainda, nos debruçarmos sobre as condições e organização do trabalho do assistente social e analisar as respostas profissionais que vêm sendo construídas, levando em consideração os compromissos formados coletivamente por esta categoria. Com base nestes elementos é possível demarcar os principais desafios e possibilidades postas na dimensão socioeducativa do trabalho profissional.

Para cumprir os objetivos deste trabalho, é necessário realizar um recorte no objeto de estudo aqui proposto de forma a garantir a viabilidade do trabalho de pesquisa inscrito no âmbito de uma dissertação de mestrado

Dessa forma, elegeu-se como campo para o estudo da dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social a política urbana, estabelecendo um recorte analítico no âmbito do trabalho técnico social atrelado ao programa "Minha Casa, Minha Vida" em Juiz de Fora.

Assim, será realizada uma abordagem qualitativa que se organiza em 2 momentos:

O primeiro momento da pesquisa se destina à contextualização do trabalho do assistente social no âmbito da política urbana através da análise dos documentos norteadores do trabalho técnico social, produzidos tanto por órgãos do executivo responsáveis pelo financiamento dos programas, quanto pelas agências que administram tais financiamentos. O estudo destes documentos possibilita a compreensão das tendências que permeiam a demanda pela realização do trabalho socioeducativo a ser realizado pelos assistentes sociais.

O segundo momento da pesquisa trata da realização de entrevistas com assistentes sociais inseridos em empreendimentos do "Minha Casa, Minha Vida". Atualmente, a cidade de Juiz de Fora vem realizando trabalho técnico social em 5 (cinco) empreendimentos do programa, sendo assim, entrevistamos uma assistente social de cada empreendimento, delimitando assim nosso universo de pesquisa.

A entrevista seguiu roteiro em anexo abarcando os seguintes eixos

Eixo 1: Condições de Trabalho: vínculo, carga horária e faixa salarial; condições éticas e técnicas e formação profissional.

Eixo 2: Formas de organização do trabalho: equipe e atribuições; objetivos do trabalho; planejamento; participação da população; estratégias de trabalho; avaliação do trabalho; articulação com grupos organizados da sociedade civil e condições de materialização dos objetivos profissionais.

A partir destes procedimentos metodológicos pretende-se extrair determinações que possibilitem uma análise crítica do objeto aqui eleito de forma que não apenas se possa compreender melhor a dimensão socioeducativa, mas que também sejam realizados apontamentos sobre os desafios a serem enfrentados pelo Serviço Social na construção de respostas profissionais que materializem as orientações do projeto profissional.

3.2. TRABALHO SOCIAL NA POLÍTICA URBANA: SÍNTESE DOS MANUAIS

Neste bloco, o objetivo é tratarmos das tendências que permeiam o trabalho profissional na política urbana através da elucidação das perspectivas impressas nos manuais, instruções normativas e publicações produzidas pelo Ministério das Cidades

que se constituem como marcos norteadores do trabalho social desenvolvido como componente de investimentos públicos na política urbana no país nos últimos anos.

A elucidação das tendências inscritas nestes manuais é de fundamental importância para análise da dimensão socioeducativa do trabalho profissionais, pois tais tendências representam a perspectiva de resultados esperados por parte do empregador, expressando o objetivo institucional que atravessa o trabalho profissional e rebate na dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social.

Sendo assim, elegemos como publicações e documentos a serem analisados a minuta de "Instrução Normativa do Trabalho Social"¹²; o livro-texto do curso de educação à distância "Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social"¹³; - ambos elaborados e publicados pelo Ministério das Cidades- e o "Caderno de Orientação Técnico Social", elaborado pela Caixa Econômica Federal, entidade que gerencia o repasse de verbas advindas dos programas de investimento na política urbana governamental.

A escolha dos documentos e manuais se deu em relação a sua abrangência na questão de orientação das equipes que executam o trabalho técnico social e também, devido ao conteúdo, abordar os objetivos, eixos e metodologias postos à realização do trabalho social.

A minuta de "Instrução Normativa do Trabalho Social" trata-se de uma revisão dos elementos contidos no "Caderno de Orientação Técnico Social", por isso os documentos têm conteúdos parecidos e visam dar a estrutura sobre a qual o Trabalho Técnico Social deve se organizar. Nestes documentos estão inscritas as diretrizes sobre as quais o trabalho deve ser elaborado e executado, estão definidos os eixos de intervenção sobre o qual o trabalho deve se organizar. Além disso, também estão estruturados a formatação dos instrumentos, planejamento e avaliação.

Já o livro texto do curso de educação à distância "Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social" foi elaborado com objetivo de subsidiar as equipes executoras do trabalho técnico social, afinando concepções e perspectivas de intervenção.

¹² Aqui se adota a versão da minuta, tendo em vista que o resultado da consulta pública realizada em 2012 ainda não foi disponibilizado ao acesso público, e, como minuta, representa de forma significativa, a perspectiva governamental para o trabalho técnico social.

¹³ Adotou-se o livro-texto do curso por se tratar de uma capacitação do Ministério das Cidades que aborda todas as diretrizes para a execução do trabalho social.

Na análise que se segue buscamos evidenciar a determinação da estrutura pelo arcabouço institucional para a realização do trabalho técnico social, na busca de evidenciarmos suas implicações para a realização do trabalho. Seguindo na análise, se evidenciaram os conceitos de participação social, território e educação que permeiam a lógica do trabalho para, assim, identificarmos as tendências que percorrem o processamento do trabalho profissional neste campo de atuação, especialmente no âmbito da dimensão socioeducativa.

A análise da estruturação do trabalho técnico social também contribui para a compreensão das condições em que o trabalho do assistente social se materializa neste espaço de trabalho. Como se verá, através das instruções normativas e dos cadernos de orientação, se determinam a estrutura de planejamento, os eixos de trabalho, as formas de registro e avaliação técnica do trabalho realizado.

Trata-se, portanto, de uma diretriz objetiva acerca do processamento do trabalho técnico social. Os manuais vão fornecer a estrutura para o planejamento do trabalho, que, por sua vez, passa pelo crivo de avaliação das agências financeiras responsáveis pela liberação dos recursos após a realização do trabalho.

Assim cabe-nos recorrer aos documentos para esclarecermos do que se trata o trabalho técnico social:

O livro texto do curso “Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social” explicita a trajetória do trabalho técnico social para contextualizá-lo no âmbito da política urbana. Trata do trabalho técnico social desde a metade do século XX, quando o mesmo apresentava um caráter mais administrativo, ocupado com seleção de demanda, acompanhamento da inadimplência e organização comunitária administrativa. Na virada da década de 1970 para 1980, o trabalho social passa a ser componente dos programas voltados à população de baixa renda, ampliando seu escopo de atuação:

Objetivavam a discussão dos direitos e deveres dos cidadãos que adquiriam uma unidade habitacional, o acompanhamento da construção dos conjuntos habitacionais, a preparação para mudança, o apoio na organização da nova comunidade, a capacitação para viver em condomínio, no caso de construções verticalizadas, o apoio a organização e ao acompanhamento de grupos de interesses específicos (crianças, jovens, mulheres), a contribuição à constituição de associações de moradores, à discussão do uso e manutenção do equipamento comunitário e à integração da comunidade entre si e com o entorno. (TRABALHO SOCIAL EM PROGRAMAS E PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - LIVRO TEXTO, 2010:47)

Com a efervescência dos movimentos sociais no âmbito da política urbana, as equipes passam a ter como eixo central o apoio às reivindicações e à organização popular, incentivando a organização dos moradores na reivindicação de equipamentos sociais e movimentos de resistência e ocupação de áreas públicas e privadas. Nesse momento, acrescenta-se à preocupação do trabalho técnico social preocupações ambientais e de sustentabilidade das famílias.

Com a sucessão do Banco Nacional da Habitação pela Caixa Econômica Federal na gestão dos recursos habitacionais sem nenhuma diretriz para o trabalho social em nível federal. Na gestão Itamar Franco (1992-1994), o trabalho social passa a ser admitido como contra partida dos municípios e estados para repasse de recursos e no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), torna-se uma componente dos custos do empreendimento obrigatório. Com a criação do Ministério das Cidades, a diretriz do trabalho técnico social é reforçada e incluída como exigência na Política Nacional de Habitação, Programas de Saneamento Ambiental Integrado e do Programa de Aceleração do Crescimento e todos os recursos repassados a fundo perdido. Assim,

A partir de então, a orientação para o trabalho social vem sendo desenvolvida em diversos organismos públicos, nos mais diferentes programas de habitação, onde se destacam: o respeito às conquistas importantes dos movimentos sociais de moradia, como o direito das famílias em permanecerem na área ocupada, minimizando ao máximo o número de famílias a serem removidas, a necessária infraestrutura urbana e a participação durante a execução do empreendimento. (TRABALHO SOCIAL EM PROGRAMAS E PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - LIVRO TEXTO, 2010:50)

O livro texto traz como referência para conceituar o trabalho técnico social a instrução normativa do Ministério das Cidades, citada a seguir

O Trabalho Técnico Social é o conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento. As diretrizes para elaboração e implantação do TTS são definidas pelo Ministério das Cidades, cabendo à CAIXA apoiar os entes públicos na formulação dos

projetos e acompanhar e atestar sua execução (“CADERNO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICO SOCIAL”, 2013:04).

O Trabalho Social nas intervenções de habitação e saneamento compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado *a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões*: social, econômico, produtivo, ambiental e político-institucional do território, e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TRABALHO SOCIAL, 2012:3)

Nas definições apresentadas destacam-se conceitos que enunciam a lógica institucional no que diz respeito aos objetivos institucionais, assim, do ponto de vista institucional, o trabalho técnico social deve promover autonomia, participação social nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, sustentabilidade do empreendimento e melhoria da qualidade de vida. Objetivos que devem ser atingidos através da elaboração de diagnósticos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental, político-institucional e da articulação com as demais políticas públicas.

O livro texto do curso “Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social”, busca traduzir estes conceitos :

O trabalho social é um processo que congrega um conjunto de ações que busca o atendimento das necessidades da população (autonomia e desenvolvimento) e de seu protagonismo social e a sustentabilidade do empreendimento (social, ambiental, construtiva e financeira). (...) O termo autonomia significa independência ou autodeterminação, é a possibilidade ou a capacidade que tem uma pessoa ou uma organização de se auto-regular. Essa capacidade é uma construção histórica, configura-se como alternativa de grupos, segmentos, classe social, que resistem, lutam, propõem e constroem alternativas de vida. Nesse sentido, relaciona-se diretamente com as noções de protagonismo social e desenvolvimento da população. (...) A cidadania refere-se à garantia de direitos sociais, econômicos e políticos, mas também a conquista de novos direitos e ao exercício da participação dos sujeitos sociais na esfera pública. A noção de cidadania implica no aprofundamento da democracia, na transformação da cultura política paternalista, clientelista e autoritária presente nas relações que se estabelecem na sociedade

Assim, são elencados como objetivo para o trabalho técnico social:

1 Objetivo Geral

Promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção.

2 Objetivos Específicos

2.1 Promover a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local e estimular a plena apropriação pelas famílias beneficiárias.

2.2 Despertar processos de liderança e fomentar a organização comunitária, contribuindo para a gestão democrática dos processos implantados.

2.3 Estimular o desenvolvimento da cidadania e dos laços sociais e comunitários.

2.4 Apoiar a implantação da gestão condominial quando as habitações forem produzidas sob essa modalidade.

2.5 Articular as políticas de habitação e saneamento básico com as políticas públicas de educação, saúde, desenvolvimento urbano, assistência social, trabalho, meio ambiente, recursos hídricos, educação ambiental, entre outras, promovendo, por meio da intersetorialidade, a efetivação dos direitos e o desenvolvimento local.

2.6 Fomentar processos de inclusão produtiva coerentes com o potencial econômico e a vocação cultural da região, promovendo capacitação profissional e estímulo à inserção no ensino formal, especialmente de mulheres chefes de família, em situação de pobreza extrema, visando à redução do analfabetismo, o estímulo a sua autonomia e à geração de renda.

2.7 Apoiar processos socioeducativos que englobem informações sobre os bens, equipamentos e serviços implantados, estimulando a utilização adequada destes, assim como atitudes saudáveis em relação ao meio ambiente e à vida. (TRABALHO SOCIAL EM PROGRAMAS E PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - LIVRO TEXTO, 2010: 80-81)

Ao verificarmos os objetivos institucionais do trabalho técnico social, deparamos com a enunciação de noções tais como participação social; gestão democrática; cidadania; intersetorialidade entre as políticas públicas; inclusão produtiva e processos socioeducativos. A mesma Instrução Normativa do Trabalho Social elenca diretrizes para o trabalho técnico social que nos ajudam na compreensão dos elementos que aparecem nos objetivos: território, participação, sustentabilidade da intervenção, intersetorialidade e multidisciplinaridade.

De acordo com o livro texto do curso “Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social”, estas diretrizes norteiam o planejamento da intervenção a ser realizada. Para nossa análise destacamos as diretrizes do território, participação e sustentabilidade do empreendimento, já que tais diretrizes parecem ser o fio condutor da proposta e a anunciação dos conceitos expressos na Instrução Normativa do Trabalho Social nos auxilia na compreensão da tendências que permeiam o trabalho técnico social:

Território: é compreendido como a macroáera que serve de base para o diagnóstico e planejamento do trabalho social. A intenção do uso do território como diretriz tem em vista a otimização dos recursos alocados, a incorporação da visão integrada do território e a articulação com redes e serviços, além de garantir a presença efetiva da equipe executora.

A partir da enunciação desta diretriz, observa-se um esvaziamento da conceituação de território na proposta institucional. Aqui o território aparece como uma delimitação geográfica que serve com marcador para delimitar a população a ser atendida e os equipamentos sociais a serem referenciados. Esvazia-se aqui qualquer conteúdo político na estrutura do trabalho técnico social.

Apesar de encontrarmos enunciados contrastantes, tais como no livro texto do curso “Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social”, , esta dimensão se perde quando analisamos o conteúdo da proposta inscrita na Instrução Normativa do Trabalho Social e no ““Caderno de Orientação Técnico Social””.

Observa-se no livro texto que:

Os territórios são espaços de relações sociais, de construção da sociabilidade, de convivência, de interação e de pertencimento dos indivíduos, famílias e grupos sociais, de expectativas, sonhos e frustrações. São também espaços de disputas, contradições e conflitos, expressando os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos. Nesse sentido, os territórios são espaços políticos. (TRABALHO SOCIAL EM PROGRAMAS E PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - LIVRO TEXTO, 2010:50)

No escopo dos instrumentos, entretanto, que servem de norte na construção das propostas de trabalho, o território ganha relevância como base de delimitação

geográfica. Isto fica evidente ao verificarmos a ausência de qualquer sugestão de ação que implique na problematização das configurações territoriais compreendidas em seu sentido político, resultantes da política urbana empreendida pelo poder público.

Participação: é compreendida como processo pedagógico de construção de cidadania, portanto, ao adotar a participação como diretriz, as ações devem ser orientadas pelo diálogo entre os beneficiários e o poder público, estar articuladas com os espaços institucionalizados de participação social, fomentar a organização dos beneficiários e devem primar pela construção coletiva de soluções e tecnologias sociais adequadas ao contexto em que está inserido, respeitando as características da comunidade e do território.

De início, a tarefa de participação apresentada ao trabalho técnico social corresponde ao que se espera de uma política de inspiração democrática. É claro que não está colocado nesta perspectiva o compromisso com a radicalização destes conceitos, o que somente seriam possíveis no âmbito de uma ordem social diferente da sociabilidade capitalista. Devem, contudo, ser conceitos a serem perseguidos, cuja inspiração caminha na lógica do fortalecimento dos sujeitos sociais em sua ação política. Nesse sentido, a lógica apresentada coincide com a lógica que permeia o projeto ético-político do Serviço Social do qual tratamos anteriormente. Trata-se de questões fundamentais no âmbito da construção da política pública que esteja concatenada com os interesses e necessidades da população.

A simples enunciação destes elementos não significa a sua materialização. Tão pouco o componente técnico social, exclusivamente, pode dar conta da objetivação destes enunciados no âmbito da vida social. Isto depende de uma série de elementos que vão desde a configuração da política pública até as condições concretas da vida dos sujeitos que dela usufruem. Uma avaliação mais precisa pode ser feita mais à frente, ao analisarmos os eixos sobre os quais as ações devem ser estruturar.

Sustentabilidade do empreendimento: este conceito pode ser melhor compreendido a partir da citação da Instrução Normativa do Trabalho Social:

O Trabalho Social deve contribuir para a sustentabilidade da intervenção, a ser alcançada por meio da fixação das famílias no novo habitat, da adequada

utilização dos equipamentos implantados, da garantia de acesso aos serviços básicos, da conservação e manutenção da intervenção física e, quando for o caso, do retorno dos investimentos. (INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TRABALHO SOCIAL 2012: 5)

Neste trecho fica evidente que o trabalho técnico social deve se constituir como elemento subsidiário às intervenções físicas de modo a "educar" os sujeitos que se configuram como alvo da política no sentido de se adequarem ao comportamento esperado à manutenção da intervenção física. Questões como “fixação das famílias em um novo habitat, adequada utilização dos equipamentos implantados, manutenção da intervenção física”, denotam uma concepção velada de que os sujeitos não estão preparados para se comportar e conviver no espaço das intervenções físicas oferecidas e que é tarefa do trabalho técnico social construir conceitos, designar comportamento, oferecer acesso a serviços que orientem o sujeito ao relacionamento adequado que respeitem a "civildade" exigida pela estrutura física montada.

A própria indicação desta tarefa ao trabalho técnico social esvazia qualquer proposta de participação que os manuais possam indicar, pois como construir estratégias para participação dos beneficiários do programa se a própria organização física não condiz com a representação de mundo, com os conceitos de comportamento ou com as relações estabelecidas dos sujeitos entre si e dos sujeitos com o lugar passam a ocupar.

Para a construção de uma dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social que caminhe na mesma direção do projeto profissional, a enunciação destes elementos é um avanço, pois constituem-se como um marco institucional de referência que pode respaldar o processo de planejamento do trabalho profissional. Como isso, se materializa uma questão que se verificará na análise das entrevistas realizadas com os assistentes sociais, onde destacaremos as tendências e desafios do trabalho.

Retornado à questão da estrutura do trabalho técnico social,

Na composição de investimento das intervenções devem ser assegurados recursos para execução do Trabalho Social, observando-se, os seguintes percentuais de investimento:

a) obrigatoriamente, para os projetos de habitação: no mínimo 2,5 % do valor de investimento, do Termo de Compromisso ou Contrato de Financiamento, sem limite máximo;

Os recursos necessários ao pagamento das ações do Trabalho Social deverão integrar o valor de investimento (VI) da intervenção, no Quadro de Composição do Investimento (QCI) e no cronograma físico-financeiro do Termo de Compromisso ou Contrato de Financiamento. (INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TRABALHO SOCIAL, 2012:20)

Esta determinação com relação à composição dos custos representa um avanço, pois coloca o trabalho técnico social como condição do empreendimento com recursos determinados, legitimando a importância de elementos de participação e educação no âmbito das políticas urbanas.

De acordo com o ““Caderno de Orientação Técnico Social””, a proposta de trabalho deve estar estruturada no Projeto de Trabalho Técnico Social:

Projeto de Trabalho Técnico Social (**PTTS**) é o documento que sistematiza a proposta de trabalho junto aos beneficiários. Nas intervenções relacionadas ao desenvolvimento urbano, os projetos devem ter enfoque multidisciplinar, fundamentando-se nos princípios de participação comunitária, sustentabilidade dos empreendimentos e preservação ambiental. (“CADERNO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICO SOCIAL”, 2010: 4)

O projeto é então composto pelo Planejamento, Implantação e Avaliação do trabalho técnico social etapas aos quais nos deteremos mais adiante. Englobando os períodos de pré-obra, que vai desde a assinatura do contrato até o início das obras, em que deve ser feito do trabalho de divulgação do empreendimento; o período de obras, quando as intervenções físicas começam e deve-se dar início ao processo de mobilização e organização das pessoas que vão receber o empreendimento; e o período pós-obra, com duração de 12 a 15 meses, em que deve ser trabalhados a partir da apropriação do empreendimento por parte dos beneficiários.

Com relação à equipe de execução do trabalho técnico social o ““Caderno de Orientação Técnico Social”” enuncia que

As normativas do Ministério das Cidades especificam que a equipe técnica deve ser coordenada por um Responsável Técnico (RT) com formação em Serviço Social e/ou Ciências Sociais/Sociologia e sua assinatura e registro profissional deverão constar no projeto e nos relatórios de acompanhamento. O RT é responsável pelo ateste da execução das atividades programadas, da aplicação dos recursos, bem como pela procedência das despesas e validade dos documentos comprobatórios. A execução do Trabalho Social pode ser realizada de forma direta ou indireta, ou seja, poderá ser realizada pelo Proponente/Tomador ou por terceiros. (“CADERNO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICO SOCIAL”, 2013: 6)

Aqui se observa um dos primeiros dilemas colocados para a execução do trabalho que se insere no âmbito das condições de trabalho: abre-se um flanco para a precarização das relações de trabalho da equipe técnica e ainda promove-se uma cisão entre as funções de planejamento e execução, representadas pela figura do responsável técnico que planeja e atesta o trabalho executado pela equipe executora.

Ademais,

Compete à CAIXA, na qualidade de agente operador dos Programas do Ministério das Cidades, o acompanhamento e ateste da execução do PTTS, uma vez que a liberação dos recursos está vinculada ao cumprimento das metas/atividades estabelecidas no projeto aprovado.

O principal instrumento de monitoramento das atividades do PTTS é o Relatório de Acompanhamento, utilizado como comprovação da realização de atividades para fins de liberação de recursos.

Nos relatórios são registradas as atividades desenvolvidas no período, a justificativa para as ações previstas e não realizadas, bem como os resultados alcançados. Eles devem ser apresentados de acordo com o cronograma de desembolso do projeto e evidenciar a realização de atividades. Dessa forma, o material de apoio utilizado, tais como atas de reunião, registros em diários de campo, lista de presença, cartilhas, registros audiovisuais, filmagens e fotos deve ser apresentado como anexo, uma vez que são comprovações de execução. (INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TRABALHO SOCIAL, 2012: 16-19)

Assim, além de submetido ao planejamento alheio, o trabalho profissional ainda fica submetido ao crivo institucional da análise efetuada por técnicos da Caixa Econômica Federal.

Quanto à estrutura do Projeto de Trabalho Técnico Social, este deve ser apresentado nos moldes do formulário contido no ““Caderno de Orientação Técnico Social”” e conter a seguinte estrutura mínima:

a) Identificação: dados cadastrais do Proponente/Agente Executor; localização da intervenção (endereço), número total de famílias beneficiárias;

b) Diagnóstico socioterritorial: deverá ser realizado a partir do aprofundamento da caracterização socioterritorial elaborada na Proposta Preliminar, mediante pesquisa socioeconômica familiar censitária ou, nos casos de áreas muito extensas, adensadas e nas intervenções de saneamento, amostral. Poderão ser utilizados métodos rápidos e participativos; mapeamento das demandas do mercado do trabalho e setores mais dinâmicos da região; pesquisa de entidades comunitárias; CadÚnico; cadastro dos

agentes comunitários de saúde; além de outras fontes de informações complementares;

(...)

c) Objetivos: definir os objetivos específicos do Trabalho Social em relação à intervenção, que devem explicitar as metas;

d) Ações e estratégias de execução: deverão ser definidas a partir dos resultados obtidos pelo diagnóstico socioterritorial, contemplando todos os eixos do Trabalho Social nas suas diversas fases e articuladas com outras políticas já existentes, descrevendo as atividades, os mecanismos, a metodologia, técnicas e instrumentos a serem utilizados e a sequência de operacionalização;

e) Estratégias de monitoramento e avaliação: explicitando os mecanismos que serão utilizados pelo Proponente/Agente Executor para monitoramento das ações do Trabalho Social, destacando os meios e os prazos do monitoramento e da avaliação de pós-intervenção, levando em conta os indicadores expressos no modelo lógico;

f) Orçamento: contendo os custos das ações/atividades a serem implementadas;

g) Cronograma físico-financeiro: compatível com o cronograma de execução da intervenção, respeitando as fases de obras e pós-obra;

h) Definição da equipe de Trabalho Social: com caracterização da atuação do responsável técnico pelo projeto do Trabalho Social, assim como do coordenador e de cada integrante, além das respectivas formações profissionais;

i) Plano de reassentamento: seguindo o disposto em ato normativo específico do MCIDADES que trata do deslocamento involuntário de famílias, decorrentes da execução de obras e serviços de engenharia em intervenções urbanas, na presença de reassentamento, deverão ser acrescidas ao PTS os seguintes componentes, conforme tal ato normativo: Regulamento específico de mutirão ou autoconstrução, se for o caso; e

(...)

k) Ações para o PDS: previsão de atividades que subsidiarão a formulação do referido plano, a partir do PTS. (INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TRABALHO SOCIAL, 2012: 16-19)

Todos estes componentes são elaborados pelo responsável técnico para serem colocados em prática pela equipe executora. Adiantando um pouco sobre a discussão que travaremos mais a frente, observa-se aí o maior desafio para a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social neste espaço. A equipe executora não tem qualquer domínio sobre o processo de planejamento do trabalho a ser realizado, ficando submetida a uma proposta rígida materializada no Projeto de Trabalho Técnico Social, que lhe indica eixos, ações e prazos a cumprir, agravados por uma relação de trabalho precária que não lhe permite amadurecimento das questões cotidianas do trabalho necessários para seu fortalecimento no processo de correlação de forças. Trata-se, portanto, de um elemento de agudização da alienação do trabalho do assistente social, como veremos na análise das entrevistas realizadas.

O livro texto do curso “Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social” elenca uma série de vantagens no processo de elaboração do projeto social enquanto um instrumento de organização e gestão do trabalho que vão desde a otimização de recursos, possibilidade de acompanhamento dos resultados do trabalho, consistência técnica e favorecimento da participação de todos os envolvidos. De certo, a organização do trabalho por meio de um instrumento de planejamento é inegavelmente benéfica e necessária. O problema que se apresenta aqui é a separação entre os que planejam e os que executam. Mais grave ainda do que essa separação entre planejadores e executores é a ausência do controle social na elaboração do planejamento. Isso fica evidente quando observamos as atribuições determinadas a cada agente envolvido no processo do trabalho técnico social descrito na Instrução Normativa do Trabalho Social.

Dentre as atribuições definidas, cabe:

- Ao Ministério das Cidades, na qualidade de gestor cabe: definir as diretrizes gerais e os procedimentos operacionais, definir com o agente operador e agentes financeiros os instrumentos de avaliação e monitoramento, desenvolver e apoiar ações de capacitação;
- Ao agente financeiro, na maioria dos projetos a Caixa Econômica Federal, cabe: analisar e aprovar a Proposta Preliminar do Trabalho Social, verificar a realização dos procedimentos licitatórios do Trabalho Social, acompanhar e aferir a execução do Trabalho Social, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas, encaminhar ao MCIDADES informações sobre o andamento do Trabalho Social e das demais informações necessárias ao processo de acompanhamento e avaliação da execução e dos resultados das ações;
- Aos agentes executores, onde se enquadram os municípios e os empreiteiros: apresentar ao MCIDADES Proposta Preliminar do Trabalho Social; definir a forma de execução, direta, indireta ou mista do Trabalho Social, assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução, articular e integrar políticas públicas em todas as fases do Trabalho Social, estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração, implementação e acompanhamento do objeto pactuado, na gestão dos recursos financeiros destinados, bem como orientar de forma participativa para a operação, manutenção e conservação adequada do

patrimônio gerado pelos investimentos decorrentes da intervenção, cadastrar os beneficiários no CadÚnico;

- Às famílias atendidas na qualidade de beneficiárias: fornecer dados cadastrais e socioeconômicos, atender tempestivamente às demandas dos proponentes/agentes executores no que tange à apresentação de documentação necessária, apropriar-se corretamente dos bens e serviços implantados pela intervenção, a fim de manter e conservar o patrimônio gerado com investimentos públicos.

Assim, é possível observar que as competências do Ministério das Cidades demonstram a verticalidade no processo de concepção do trabalho técnico social, que se apresenta praticamente pronto à ação dos técnicos executores, alienando o processo de trabalho e inviabilizando que a forma de execução possa ser penetrada pelos interesses e necessidades da população atendida.

As entidades responsáveis pelo monitoramento do recurso financeiro detêm o crivo da avaliação do trabalho e, ainda, a prerrogativa de liberação e fiscalização da aplicação dos recursos, constituindo-se como entidades fiscalizatórias na garantia do cumprimento das normas e diretrizes estipuladas verticalmente. Prerrogativa, excepcionalmente institucional sem qualquer possibilidade ou abertura ao crivo da participação da sociedade civil.

Em contrapartida, cabe às famílias apresentar os documentos exigidos pela burocracia dos programas, receber os bens e serviços implantados e deles cuidar e conservar, garantindo os padrões civilizatórios inscritos nas normativas. Às famílias cabe o lastro do atendimento intempestivo das demandas institucionais. Aqui cabe um apontamento de que a autonomia, o protagonismo e participação, tão enunciados nas normativas institucionais, não são de fato privilegiadas na estrutura proposta, ficando limitados à participação da comunidade no ato da realização das ações, como trataremos mais detidamente à frente.

Contudo, a estrutura proposta pelo aparato institucional, contém elementos que podem ser potencializados a partir de uma abordagem crítica. As estratégias propostas podem ser apropriadas pelos assistentes sociais que compõem a equipe executar e se constituírem como mecanismos que fortaleçam os interesses da população atendida,

Ganha destaque no processo do Projeto de Trabalho Técnico Social, a elaboração do diagnóstico social, um momento que possibilita um conhecimento das

condições de vida da população, bem como das forças sociais e políticas presentes no território. Este é um momento fundamental de proximidade com o cotidiano dos sujeitos sociais, de aproximação e identificação de potencialidades inscritas no terreno das insatisfações das necessidades que podem ser apropriadas e organizadas pelos técnicos e servir de instrumento para a luta da população.

No ““Caderno de Orientação Técnico Social”” o momento do diagnóstico também fica em destaque

A elaboração de todo PTTS tem início com a realização de um diagnóstico, que visa descrever, analisar e entender as especificidades locais quanto aos aspectos territorial, social e institucional.

O que se busca é conhecer a dinâmica social da área de intervenção, possibilitando identificar situações que possam limitar ou potencializar o alcance dos resultados proposto. (“CADERNO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICO SOCIAL”, 2010: 4)

Nessa direção, o documento apresenta como aspectos a serem identificados:

- Caracterização da área de intervenção e entorno, agregando informações sobre localização, situação de saneamento e infra-estrutura, existência de equipamentos comunitários e serviços públicos, existência de situações de risco, tempo e forma de ocupação da área;
- Caracterização da população beneficiária abarcando caracterização das famílias, perfil de seus membros, identificação do público infante-juvenil, renda e situação de trabalho;
- Caracterização da organização comunitária identificando bases associativas formais e não formais, lideranças, e presenças institucionais (governamentais ou não);
- Mapeamento socioambiental que engloba: nível de conhecimento da população sobre o empreendimento a ser implantado; capacidade de pagamento da população, histórico de ocupação da área em questão, características e impactos ambientais identificados; levantamento das instituições que atuam com educação ambiental e mobilização social na região (conselhos, fóruns e colegiados existentes, redes e

segmentos sociais atuantes, meios de comunicação disponíveis); e diagnóstico situacional da estrutura de promoção da saúde existente.

Trata-se de uma ferramenta que pode traduzir dados e informações que subsidiam a ação política dos sujeitos sociais envolvidos, produzindo resultados cujos rebatimentos caminham para além da identificação de situações potencializadoras ou limitadoras das expectativas institucionais como enunciado.

Outro elemento potencial inscrito na estrutura do Projeto de Trabalho Técnico Social é o momento da avaliação. Tal como o projeto está estruturado no projeto, o processo de avaliação se coloca um tanto enrijecido, como se pode observar no fragmento de relatório utilizado como exemplo no ““Caderno de Orientação Técnico Social””.

Figura 1

OBJETIVO GERAL (Iniciado por verbos no infinitivo)	OBJETIVOS ESPECÍFICOS (Iniciado por verbos no infinitivo)	METAS (Enunciada através de substantivos)	INDICADORES (Exemplos)
Fomentar a inclusão produtiva dos responsáveis pelas famílias beneficiadas	Capacitar...	Capacitação de x pessoas em...	<ul style="list-style-type: none"> ▪ % de pessoas capacitadas ▪ Taxa de ocupação entre os capacitados
	Constituir cooperativa de...	Formalização de uma cooperativa de...	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número produtores associados ▪ %incremento da renda familiar dos associados

Fonte: (“Caderno de Orientação Técnico Social”, 2013)

O planejador é levado a estabelecer metas e indicadores para se medir o alcance das ações realizadas em relação aos objetivos propostos. Trata-se de uma abordagem quantitativa dos resultados. No entanto, no modelo de relatório instituído, há possibilidades de abordagens qualitativas do trabalho. É a partir de um relatório, enviado ao agente financeiro, mensalmente, que o trabalho técnico social é avaliado e seus recursos liberados. A obrigatoriedade do relatório é uma oportunidade para que os profissionais problematizem as ações efetivadas, verificando seus rebatimentos e resultados, possibilitando um realinhamento de ações, estabelecimento de novas estratégias e abordagens.

O momento da avaliação é ainda oportuno para que o profissional possa dar voz aos sujeitos sociais envolvidos na prestação dos serviços. O profissional pode utilizar-se do espaço de avaliação como um canal de vocalização das necessidades sociais da população atendida, fazendo com que sua perspectiva impregne as análises que chegam aos agentes financeiros.

Assim, se a avaliação pode ser um meio para que as necessidades sociais da população cheguem ao âmbito institucional, é necessário que o profissional se aproprie criticamente da ferramenta oferecida e estabeleça uma relação franca com os sujeitos alvos da política de forma a torná-los parceiros no entrave de forças institucionais.

Verifica-se, portanto, que o trabalho técnico social está estruturado sobre um forte aparato burocrático, com definições de atribuições e formas de realização do trabalho bastante rígidas. Estas características impõem determinantes tanto para as condições em que o trabalho do assistente social se realiza, quanto para os resultados que a ação produz. Tais impactos poderão ser melhor esclarecidos quando apresentarmos as questões apontadas nas entrevistas realizadas. Cabe ressaltar, que instituição do trabalho técnico social e a formatação de sua estrutura representam um avanço na constituição da política urbana, pois garante as condições mínimas para a estruturação de uma intervenção junto à população beneficiária dessa política.

Seguindo na análise, identifica-se que o trabalho técnico social é organizado por três eixos de atuação que nos auxiliam na compreensão dos conteúdos a serem tratados na execução do trabalho técnico social, sejam eles: mobilização e organização comunitária; geração de trabalho e renda e educação sanitária e ambiental. Estes eixos direcionam as ações a serem definidas e executadas e, como dito, norteiam a definição dos conteúdos a serem trabalhados.

No eixo mobilização e organização comunitária são sugeridas ações tais como:

- Apoio à formação e/ou consolidação das organizações representativas da população e comissões para tratar de assuntos comuns (acompanhamento de obras, de jovens, de mulheres);
- Capacitação de lideranças e de grupos representativos sobre processos de gestão;
- Comunitária; papel das associações e dos grupos representativos, formalização e legalização das entidades representativas;
- Estímulo aos processos de informação e de mobilização comunitária e à promoção de atitudes e condutas sociais vinculadas à melhoria da qualidade de vida;
- Estabelecimento e formalização de parcerias envolvendo Poder Público sociedade civil para a realização de ações integradas,

visando fortalecer as potencialidades locais, promover a articulação e contribuir com a continuidade das ações;e

- Integração com o entorno, em termos de relações funcionais;
- Convivência com o meio ambiente;
- Estímulo à inserção da organização comunitária da área em movimentos sociais mais amplos e em instâncias de controle e gestão social;
- Promoção de atitudes e condutas ligadas ao zelo e ao bom funcionamento dos equipamentos sociais e comunitários disponibilizados;
- Estabelecimento de parcerias e integração com as demais políticas e programas do município;
- Nos casos de verticalização das habitações, os princípios de gestão condominial (legislação, objetivos, organização e funcionamento); e a convivência das famílias em condomínios. (“CADERNO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICO SOCIAL”, 2013:17)

A partir das atividades sugeridas pelo ““Caderno de Orientação Técnico Social”” podemos agrupá-las a partir de duas tendências: organização comunitária visando a capacitação de lideranças e estímulo à participação nos espaços formais de representação; e organização comunitária voltada para a conservação das intervenções realizadas.

Identifica-se aqui, a proposição de atividades que orientam a organização comunitária voltada para o atendimento dos interesses institucionais, ao enquadrar o processo de fomento à participação nos espaços institucionalizados de participação popular. Contudo, não é de se esperar propostas de fortalecimento de movimentos sociais alternativos, sendo esta uma proposta governamental.

É importante reconhecer que as atividades sugeridas que caminham para o fortalecimento da organização política da comunidade que recebe o empreendimento, privilegiando ações de formação e capacitação de lideranças comunitárias se constituem em um grande avanço, especialmente no contexto de refluxo da organização política. Mas, não se pode perder de vista, a possibilidade deste processo se constituir em uma encubação da mobilização social dentro da lógica formal participava do Estado, amarrando as potencialidades da ação política da comunidade, no aparato burocrático do Estado.

Percebe-se neste feixe de ações propostas, que o eixo de mobilização e organização comunitária serve também a interesses institucionais que aparecem com discrição na proposta do trabalho técnico social, mas que parece ser o maior interesse neste processo. Sob o título do eixo, mobilização e organização comunitária, aparecem

ações que, na verdade, buscam mobilizar a comunidade para a conservação das intervenções realizadas.

As intervenções físicas realizadas não são construções abstratas, desconectadas do processo de reprodução da sociabilidade hegemônica. Aqui, recorreremos às discussões elaboradas, especialmente, no capítulo 2 deste trabalho sobre a produção do espaço social, em que Lefebvre aponta a conexão da produção do espaço com o processo de produção e reprodução da vida social. Assim, o espaço social materializa e expressa as relações sociais capitalistas, mas também condiciona a vida dos sujeitos sociais se constituindo como determinante de tais relações a partir de uma perspectiva dialética,

As intervenções físicas realizadas estão conectadas a um determinado projeto de desenvolvimento da sociedade capitalista levada a cabo pelo Estado, cuja configuração estrutural é determinada pelo padrão civilizatório burguês. Dessa forma, o trabalho técnico social tem a função de criar novos paradigmas comportamentais adequados à lógica civilizatória petrificada na configuração predial das estruturas físicas oferecidas. No eixo de mobilização e organização comunitária aparece, portanto, uma série de ações socioeducativas voltadas para a doutrinação de comportamentos adequados à manutenção do conjunto de bens oferecidos pela política.

No eixo da geração de trabalho e renda são propostas as seguintes ações:

- Ações para a redução do analfabetismo;
- Capacitação e requalificação profissional, planejadas de acordo com a realidade socioeconômica dos beneficiários e vocação econômica local;
- Estímulo à produção alternativa e à organização de grupos de produção e cooperativismo, respeitadas as particularidades da população beneficiada;
- Estímulo a processos cooperativos de produção, tendo como referência os conceitos de
- Economia Solidária;
- Fomento e implementação de atividades educativas ligadas à separação e reciclagem de resíduos sólidos;
- Empreendimentos para gestão dos resíduos sólidos que envolvam catadores, priorizando o atendimento nas ações de assistência social para garantir a inclusão social e emancipação econômica, formação e capacitação dos catadores para atuação no mercado de recicláveis e, programas de ressocialização de crianças e adolescentes envolvidas. (“CADERNO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICO SOCIAL”, 2013:17)

No eixo trabalho e renda, o objetivo descrito pela “Instrução Normativa do Trabalho Social” visa “a inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover a sustentabilidade da intervenção após sua conclusão, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo” (2012: 9). Assim, espera-se que a partir de ações que se voltam para a capacitação para o trabalho dos sujeitos se traduzam no desenvolvimento econômico socioterritorial. Identifica-se ainda um direcionamento de que as capacitações oferecidas se voltem para os objetivos de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos.

Apesar da proposta institucional ter como diretriz a articulação com as demais políticas sociais, é de se imaginar que a realização de ações que visem geração de trabalho e renda no contexto de uma ação com temporalidade definida não deem conta de promover o desenvolvimento socioterritorial. Como vimos, a configuração territorial é produto e produtora das relações sociais estabelecidas. Fica a questão de como promover o desenvolvimento socioterritorial a partir relações sociais capitalistas, em articulação com políticas públicas fragilizadas no contexto do trabalho técnico social?

No eixo educação sanitária e ambiental são sugeridas as seguintes ações:

- Promoção do processo educativo que esclareça e valorize a infraestrutura implantada e busque mudanças de atitudes em relação ao meio ambiente e à vida saudável, na redução de doenças e melhoria dos níveis de saúde da população;
- Preparação da comunidade para a correta utilização das habitações, especialmente no que diz respeito às unidades sanitárias e à rede de esgoto;
- Demonstração das responsabilidades dos beneficiários na correta utilização e preservação dos serviços implantados, tanto os individuais como os coletivos;
- Promoção de campanhas educativas para promoção da saúde, correta utilização e preservação dos serviços implantados e uso racional da água e da energia elétrica;
- Estimulo à busca de parcerias para promoção, em caráter permanente, das ações de educação ambiental;
- Divulgação de informações, programas e projetos de natureza ambiental de para ampliação da consciência ecológica das populações. (“CADERNO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICO SOCIAL”, 2013:17)

Novamente aparecem neste eixo sugestões de ações socioeducativas voltadas para a preparação dos beneficiários para receber os empreendimentos a partir de um processo de educação para ocupar e manter as instalações físicas de acordo com um padrão de convivência esperado.

A partir da análise dos manuais, podemos identificar alguns pontos importantes para análise da dimensão socioeducativa. Alguns se constituem como grandes desafios a efetivação de trabalho profissional entrecortado pelos compromissos profissionais expressos no projeto ético-político do Serviço Social, à medida que outros podem ser potencializados.

O primeiro ponto a ser destacado é de o trabalho técnico social guarda uma natureza socioeducativa inerente. Trata-se de uma demanda institucional por um trabalho técnico especializado para atuar junto a população beneficiária do programa, tendo como foco a construção de valores e paradigmas afinados com os objetivos institucionais. Pode-se dizer que o trabalho técnico social assume uma função de difusão da ideologia que permeia a ação do Estado, com objetivo de impactar nos modos de vida produzidos pelos sujeitos sociais beneficiários do programa, que caminha na direção da reprodução das relações sociais capitalistas.

Como se viu no capítulo 1 deste trabalho, o assistente social é um técnico especializado demandado pelo Estado para intervir junto à classe trabalhadora na sua reprodução, guardando um caráter ideológico ao trabalho profissional. Yamamoto, nas suas diversas produções, ressalta esse caráter ideológico da profissão ao analisar a utilidade social do Serviço Social na sociabilidade capitalista. Insere o trabalho do assistente social nos processos que criam as condições sociais necessárias para a reprodução das relações sociais capitalistas, seja a través da mobilização dos recursos institucionais necessários à reprodução material da classe trabalhadora, seja através da lógica institucional que invade o cotidiano dos sujeitos pela mediação do seu trabalho profissional.

Inserido, portanto, no trabalho técnico social posto a cabo nos programas da política urbana, o assistente social se coloca diante da população como representante institucional na difusão de ideologias que, em maior ou menor grau, vão permear a cotidianidade do território em que atua. O campo do trabalho técnico social constitui, pois, como um espaço em que a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social se manifesta fortemente.

Contudo, mesmo com o papel de representante da burocracia institucional que o assistente social carrega, ele se coloca diante da população que lhe direciona todo o tipo de demandas vinculadas às necessidades sociais concretas de vida cotidiana. Tais

necessidades constituem como vetor de tensão do trabalho profissional na direção dos interesses destes sujeitos.

Sendo o território o marco de referência para a realização do trabalho, suas contradições, seu caráter político também se expressarão no trabalho profissional. Mesmo que o território seja tratado pelo arcabouço institucional com mero delimitador geográfico, no campo da prática ele é espaço de política, conforme se verifica em Santos.

Nesse sentido, o território deve ser considerado campo de reprodução das relações sociais estabelecidas no cotidiano da vida social. Assim, mesmo que marcado pela alienação, o cotidiano tem a história como seu motor constituinte, conforme vimos em Heller. Se o cotidiano é o espaço da alienação, é também o campo do real: a primeira instância com a qual os homens têm contato na construção de sua concepção de mundo e onde produz sua vida. E como espaço do real, o cotidiano também é o espaço das contradições, que devem ser apreendidas no processo de suas problematização.

O território representação das relações sociais estabelecidas na cotidianidade guarda as tensões do real, prontas para serem apreendidas e problematizadas. Trata-se, como dito, de uma arena política que guarda a potência da rebeldia.

As relações contraditórias imersas na cotidianidade do território demarcam o caráter eminentemente político que entrecorta o trabalho profissional, fortalecendo a diretriz crítica inscrita no projeto ético-político do Serviço Social. Portanto, o peso da reprodução da ideologia dominante inscrita nos instrumentos institucionais pode ser rebatido com uma orientação da dimensão socioeducativa do trabalho profissional ancorado nas necessidades sociais da população e na orientação inscrita no projeto ético-político da profissão.

Além da realização de uma dimensão socioeducativa ter como suporte o compromisso com o projeto profissional e a base de apoio nas necessidades sociais dos beneficiários dos programas, há o elemento da contradição que entrecorta os instrumentos institucionais que normatizam o trabalho técnico social.

Mesmo que os documentos institucionais tragam enunciados construídos a partir dos interesses institucionais, trata-se de elementos que podem ser potencializados como instrumentos de fortalecimento democrático, e balizar um trabalho efetivamente comprometido com as necessidades sociais dos sujeitos beneficiários dos programas.

A efetivação deste processo depende da capacidade crítica dos profissionais envolvidos na execução do trabalho, mas dependem também de uma série de outras questões. Principalmente, da força política dos sujeitos sociais com os quais trabalha e das condições de trabalho.

3.3. CONDIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: TENDÊNCIAS E DESAFIOS PARA A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Como prevê a metodologia de trabalho, realizamos entrevistas com 5 assistentes sociais, uma de cada empreendimento em que o trabalho técnico social acontece atualmente dentro do programa “Minha Casa, Minha Vida”. As entrevistas realizadas seguiram um roteiro estruturado (Anexo I) composto de dois eixos: *condições de trabalho*, apresentado sob a forma de questionário, cujo objetivo era coletar informações sobre condições objetivas de trabalho e o segundo eixo tratou da *organização do trabalho*. Cabe esclarecer que, apesar de o segundo eixo ser composto de perguntas objetivas, estas foram instrumentos norteadores, ficando o entrevistado livre para acrescentar elementos considerados importantes, mesmo que fora da estrutura proposta.

Neste trabalho, parte-se da perspectiva de analisar a dimensão socioeducativa do trabalho profissional em seu conteúdo, estratégias e direção social, frente à tensão entre a perspectiva crítica que delinea o projeto profissional hegemônico e as condições efetivas de trabalho demarcadas pelo estatuto assalariado da profissão. Dessa forma, para organizarmos o processo de exposição dos dados e sua devida análise, separou-se alguns marcadores, sejam eles: *objetivos do trabalho; planejamento; estratégias e estratégias de trabalho; participação da comunidade e condições de trabalho*.

Objetivos do trabalho:

Investigar os objetivos do trabalho profissional na perspectiva de seus agentes nos dá pistas concretas para compreendermos a direção social que os assistentes sociais vêm imprimido ao trabalho profissional. Os objetivos dizem respeito aos resultados que

no trabalho o profissional deseja alcançar. Trata-se de suas projeções ideais na execução do trabalho. O Serviço Social estabelece um projeto de profissão que coloca em seu horizonte uma série de valores de inspiração democrática que derivam de uma perspectiva crítica de análise tanto da sociedade e das relações que a sustentam, quanto da profissão inscrita nessa relação.

Tendo esse projeto como referência, espera-se que os objetivos profissionais caminhem no sentido de fortalecimento dos setores democráticos comprometidos com a garantia de direitos e consolidação da cidadania através de um processo de fortalecimento dos sujeitos sociais em sua ação política.

Ao questionarmos os assistentes sociais entrevistados sobre os objetivos do trabalho, verifica-se a reprodução de elementos inscritos nos objetivos institucionais como em trechos transcritos abaixo:

A instituição não tem a questão da profissão x ou y aqui dentro, a instituição, ela não preocupa e não investe nisso. Até porque ela pode fortalecer a diretriz do projeto profissional (do serviço social) e criar algumas discussões que podem até entrar em atrito com o objetivo dos projetos sociais, porque o governo faz uma diretriz e que aí esbarra com os nossos desafios. (...) porque o objetivo nosso é traduzir na educação junto com essas famílias o que é aquele empreendimento, como elas vão se organizar pro acesso a todas as políticas que tem que chegar ali.

(ENTREVISTADO 1)

É para atender as demandas das famílias, melhorar a qualidade de vida deles. Olha, eu acho que o maior conflito que existe (*entre os objetivos institucionais e os do Serviço Social*), assim, a gente tem o projeto a executar. Dentro desse projeto tem eixos. Esses eixos, acho que acabam atrapalhando o que a gente queria fazer. Acho que a gente deveria ser mais livre pra atuar de acordo com de acordo com as demandas. (ENTREVISTADO 2)

Quando questionado sobre quais eram os objetivos do serviço social, o entrevistado 1 deixa claro que a diretriz institucional não guarda objetivos diferenciados a cada especificidade profissional, desde que as atividades previstas no projeto técnico social como condição de liberação dos recursos sejam cumpridas. Este cenário pode caminhar para duas situações: ou a reprodução fiel dos objetivos institucionais, sem qualquer problematização, ou o assistente social utilizar de sua relativa autonomia para

delinear seu trabalho profissional de acordo com as diretrizes do projeto ético político do Serviço Social.

A fala da entrevistada 2 traduz a dificuldade do profissional imprimir uma direção a sua atuação profissional diferenciada dos objetivos profissionais devido à falta de autonomia determinada pela forma como o planejamento do trabalho é efetuado. Mais à frente, retornaremos nesta questão ao avaliar a relação entre autonomia e planejamento. No entanto, não podemos deixar de evidenciar a implicação da falta de autonomia nos objetivos institucionais, o que exige do profissional recorrer a sua autonomia relativa no encontro com as pessoas atendidas para imprimir sua direção social ao trabalho da forma como podemos perceber no trecho abaixo:

a limitação de autonomia que a gente tem também. a gente tenta construir algumas coisas, e construir, fazer uma sensibilização, um trabalho... até político com a comunidade, mas assim, não é proposta direto do projeto, a gente vai de quando aquilo que a gente entende... a gente vai dando uma direção. (ENTREVISTADO 3)

Verifiquemos as repostas dos demais entrevistados:

A princípio da prioridade do projeto é a mobilização comunitária, né? Como são comunidades novas recém-chegadas, principalmente aquelas que são em locais isolados, não estão dentro de um bairro específico. No empreendimento que o trabalho a proposta é de organização comunitária, mobilização, montar a associação de moradores e depois, em um segundo momento, é a questão de orientação mesmo, de suporte, equipamentos sociais (*encaminhamentos*), orientação profissionalização... dentro do projeto social ele previa algumas ações durante tempo do projeto. aí tem uma proposta a educação ambiental, uma proposta de trabalho e renda, e propostas também de atividade socioeducativas com crianças englobando esporte, lazer e cidadania. No decorrer do projeto, além da questão da mobilização, que também no período inicial, e depois, um trabalho mais voltado para comunidade. (ENTREVISTADO 3)

O nosso trabalho é garantir direitos, informar os beneficiários sobre seus direitos sobre seus deveres. Encaminhar para rede, orientar quando necessários. Acolhe-los, porque eles estavam numa região e estão se mudando para o outra, estão vivendo num condomínio, e não tem esse e conhecimento de como é morar num condomínio, de dividir... de estar nos mesmos blocos. Tem muita questão cultural, então eu acho que nosso apoio é nisso. Ajudar na gestão condominial. (ENTREVISTADO 4)

São famílias de varias áreas da cidade e eles conseguiram, através desse programa, serem sorteados E aí o nosso objetivo principal é mostrar, a área ocupada e fazer o processo educativo, porque eles são os contemplados, como é que eles vão se comportar diante daquilo. Aí começa ai nossas dificuldades, porque são pessoas muito carentes que são jogadas dentro daqueles condomínios pra viver tendo que aceitar os limites, regras, né?! É a convivência em comum que eles não têm noção disso. Por isso acontecem as brigas, as rinchas de vários bairros que se concentra dentro de um lugar só. Então, o nosso trabalho a gente começa assim, orientado como que vai ser a apropriação e noção de espaço e ali começa a educação. (ENTREVISTADO 5)

As falas dos entrevistados 3, 4 e 5 traduzem bem os objetivos do Serviço Social nesta frente de trabalho. Assim, podemos verificar que os objetivos profissionais passam pelo processo de fomento à organização comunitária, garantia de acesso aos serviços sociais fundamentais, tais como saúde, educação, previdência e assistência social e, o que aparece de forma preponderante, trabalhar as questões relacionadas à convivência social em um novo território, por onde perpassa também, a questão ambiental.

Especialmente o processo de organização comunitária e convivência territorial são entrecortados por um caráter educativo muito forte. Os assistentes sociais são chamados para organizar o processo de formação das associações de moradores, no caso de empreendimentos constituídos por casas e organização condominial, nos casos dos empreendimentos constituídos por prédios. Estes dois elementos são tratados como objetivos, tanto por comporem a diretriz institucional, quanto pela situação social dos beneficiários dos programas.

Com relação à organização comunitária, esse é um processo fundamental, os assistentes sociais ressaltam a falta de planejamento dos empreendimentos no que diz respeito à estruturação dos equipamentos sociais para garantia das necessidades da população. Assim, criam-se aglomerados populacionais enormes sem garantia de equipamentos sociais tais como escola, equipamentos de saúde, segurança pública e serviços assistenciais. Essa ausência de equipamentos gera uma necessidade de organização dos novos moradores na luta pela garantia de tais serviços nos territórios, tendo em vista a obrigação do poder público municipal ter a atribuição de garanti-los ao estruturar o empreendimento. Isso pode ser verificado nas falas abaixo:

Mas a lógica desse trabalho educativo é para preparar ela (*a população*) pro o papel que ela tem de apropriar do empreendimento e também do trabalho que ela vai ter que fazer para inserir essa comunidade no acesso a todas as políticas públicas. (...) Então assim, o empreendimento fez a casa, mas a estrutura das políticas sociais mínimas não. (...) Porque por mais que tenha uma reunião que articule que as secretarias têm que assegurar e prestar esses serviços, não necessariamente, se traduz no efetivo acesso no serviço pra essa comunidade. (...) As condições dos serviços públicos para o loteamento vêm naquela velha cultura da política urbana: vem depois! Aí é a sociedade, a associação de moradores que tem que berrar. Vem o escopo de ação, mas não se faz o planejamento com uma crítica de assegurar que ele já comece corretamente. (ENTREVISTADO 1)

O loteamento foi construído no meio do nada. Não tem comércio, nem salão pra gente fazer reunião não tem. Tudo é feito fora de lá. Espaço pra associação não tem... tudo é difícil! (...)o empreendimento tem que reservar 6 % para creche e escola. A prefeitura autorizou só a construção da creche, falou que não tem condições de arcar com material humano para manter a escola. Então eles (*população através da associação de moradores*) estão brigando ai para ver se consegue. Prefeitura diz que não tem material humano para manter escola. (ENTREVISTADO 3)

No empreendimento a gente tem muitas escolas, tem creche... a gente não pode reclamar mas a própria unidade de saúde ali não é referência. Então, eles (*população*) ficavam muitos insatisfeitos e sem entender: “Se eu moro do lado porque que não posso? Não é pra gente?”. (ENTREVISTADO 5)

A própria falta de estrutura que atenda às necessidades da população pressiona a exigência de organização comunitária. Este é um objetivo que ultrapassa apenas a demanda institucional e passa a ser essencial para o atendimento das necessidades da população. Sendo essa uma frente de trabalho que, mesmo tendo tempo delimitado para acontecer, aparece nas atribuições dos assistentes sociais que revelam prestar assistência à organização da comunidade durante todo o tempo de execução do projeto, através de reuniões com a comunidade e orientações às lideranças.

Com relação ao segundo bloco de objetivos direcionados a um trabalho educativo voltado a convivência social no novo território, percebe-se dois vetores de demanda: a demanda institucional pela manutenção e conservação da estrutura física e ambiental do empreendimento e a realidade de conflitos e violência que marcam a configuração do novo território ocupado.

Aparece na descrição das atribuições, dos objetivos e dos conteúdos trabalhados, a educação ambiental, a educação patrimonial, educação financeiras como linhas de atuação delimitadas institucionalmente, assim como pudemos ver na descrição dos objetivos e nos trechos abaixo:

Olha, dentro da convivência, né?! Por que é uma coisa que demanda muito, porque eles não conseguem conviver em harmonia. Então, a gente fala muito de preservar o ambiente em que eles moram. Que é incrível, porque você entra em residências de algumas pessoas lá, você vê tudo arrumadinho, aí você vai em outro e está tudo depredado. (ENTREVISTADO 2)

Tinha também os subsídicos mirins, que foi um trabalho com as crianças com representação na limpeza, na conservação do bem comum, e aí a gente chamou o pessoal da Demlurb, do Meio Ambiente. Tem a educação patrimonial, que a gente trabalha isso com eles, tentando, né?!; e planejamento de gestão de orçamento familiar. (ENTREVISTADO 5)

O que se verifica é que a falta de planejamento do programa na constituição de um novo território não levou em consideração as condições de vida as relações sociais que permeiam o cotidiano dos pobres na cidade. Assim, as famílias são sorteadas e trazidas para ocuparem moradias em configurações estranhas ao seu modo de vida, em espaços com os quais sua história de vida não tem conexão e foram obrigadas a deixar para trás uma rede de solidariedade que existia em espaços anteriores. A principal manifestação deste processo é a violência e a não adesão no cuidado com a estrutura física como objetivado institucionalmente.

Esse trabalho social só entra quando as famílias já estão no lugar e aí está o problema, porque o trabalho tinha que ser no ato da inscrição daquelas famílias, começar um trabalho com aquelas famílias ali. Efetivamente, como vem gente de todos os lugares, é uma guerra civil instalada, com a realidade de que não trabalhou territorialmente, então o município tinha que ter feito um recorte de priorizar inscrição de quem já estava naquele território ali na zona X. Puxar as famílias daquele cadastro. São questões que o município só identificou depois que a guerra estava instalada, está instalada, e está instalada em todos eles (*empreendimentos*). É um equívoco, que pra mim é um equívoco técnico de botar, muito grande, tinham que ser menores, mas aí cai naquela questão central do lucro, do capital. (ENTREVISTADO 1)

O maior desafio é a violência. Acho que a gente não consegue e tem muita dificuldade de desenvolver o trabalho por conta da violência que está lá dentro. Tem alguns locais em que a gente não consegue entrar, as pessoas no plantão querem falar algumas coisas que as incomodam, mas sem medo de falar ali naquele espaço por conta da violência. São famílias que vieram de outros locais de outras regiões, onde tinham toda uma rede, onde eles tinham conhecimento dessa rede, que foram colocados no espaço onde eles não conhecem o local, levaram seus filhos e tem que conviver com pessoas... Com a violência. Para os próximos tem que ser melhor planejado, se a rede existente local tem condições de acolher toda a demanda. Um rapaz me falou conta assim que a mulher dele estava assustada e se negou a ir morar lá, por quanto de tiroteio. Eles têm um filho de um ano e ela está assustada com o local e ele não quer perder o direito dele. Então, ele está tendo problemas familiares por conta disso. Tem famílias que falam que preferem voltar a morar de aluguel. Família que tem direito à habitação, que paga, porque ela não ganhou aquilo e você vê que estão frustrados. (ENTREVISTADO 4)

O que eu penso é isso, a ideia pode ser até muito boa, mas como ela não foi bem organizada e bem estruturada ela não dá certo, ela está desencadeando assim, o efeito em Juiz de Fora hoje é que esses empreendimentos são grandes e onde a violência está concentrada e dali eles comandam tudo. (...) Então é assim, a falta de estrutura é tão grande, mais tão grande, desde o princípio da seleção, como isso foi organizado. Por que é uma rivalidade e o que acontece hoje é uma rivalidade de vândalos, é rinha que tem lá dentro, é traficante comandando tudo, a gente tem que se posicionar enquanto assistente social, e sim, colocar na interface: - e esses meninos voltaram? É como se a gente fosse uma ameaça, você tenta se esforçar, chama a polícia, faz sua parte mas mesmo assim é bem, está bem fechado. (ENTREVISTADO 5)

Apesar do conflito oriundo da falta de planejamento na configuração territorial dos empreendimentos ser um ponto recorrente no trabalho dos assistentes sociais, percebeu-se pouca reflexão acerca das questões território. As críticas a este fenômeno atribuem a responsabilidade à forma como o sorteio foi organizado. O conceito de território só foi abordado como categoria analítica da forma como propusemos neste trabalho a partir das elaborações de Lefebvre e Milton Santos, em apenas uma entrevista, quando a assistente social exemplifica seus argumentos, falando do comportamento da comunidade em relação ao cuidado com o meio ambiente.

O exemplo do meio ambiente: ali, no início, quando o empreendedor entregou as casas, o empreendedor faz o plantio de árvores, nas calçadas. A comunidade não adotou a ideia e então tiraram as árvores. Só que também tem o córrego e tem a nascente. Nós fomos fazer uma caminhada para discutir o meio ambiente domingo passado. Nós encontramos animal dentro

de saquinho vivo lá dentro, na beira do córrego jogado. Lixo... Várias coisas... Efetivamente, a comunidade não está comportando, por mais que faça caminhada, que use o instrumento do jornal, que é um instrumento entregue porta a porta, por mais que tenha o plantão social e que tenham as reuniões, efetivamente, não está tendo eco de mudança de comportamento.

(...) O poder público e o empreendedor, precisa, minimamente, assegurar, a nascente que cai lá e o percurso do leito do rio, mais do que pela preocupação de alguém por ali um barraco estacado. Mas sim porque ali é uma ação da natureza, que é uma ação do poder público ali, de plantar as árvores de por as cercas com mourões e por as placas ali, porque é uma ação de impacto grande no leito do rio e que não depende só do morador (...). Colocar árvore na porta da casa, não dá eco e o loteamento não tem sombra... Então assim, a ação nossa se esbarra em como essas ações vão se traduzir... Tá! Podemos fazer plantão, podemos fazer jornal, mas elas se traduzem, efetivamente, em uma adoção de comportamento da comunidade reconhecendo o pertencimento daquele lugar, como lugar de cuidado ambiental e com o cuidado de melhoria de qualidade de vida para ela: da sombra que refresca, da árvore que emite oxigênio, paisagismo... Aquilo não é o que grita para a realidade daquela comunidade. Então, quando vai falar isso (*meio ambiente*): (*a comunidade diz*)“eu quero é resolver o problema construtivo”, que é a goteira da chuva, que a qualidade real... porque ela vê a cada só como qualidade concreta. Não tem ainda esse olhar do loteamento como um todo. (ENTREVISTADO 1)

Com exceção do assistente social, cuja fala se exemplifica acima, a discussão sobre território como espaço de relações sociais, de política e de poder não aparece em mais nenhum relato. A consequência é de que a politização das questões de violência sofridas no cotidiano da comunidade não passa pelo marco dos objetivos profissionais, limitando a compreensão do território como descrito nas diretrizes institucionais. Dessa forma, o profissional deixa escapar um elemento fundamental na perspectiva da problematização das questões cotidianas, que é um elemento fundamental para a construção de uma dimensão socioeducativa do trabalho orientada por uma direção social crítica.

Assim, ao fechar este bloco de análise, verifica-se que os objetivos profissionais estão em íntima conexão com os objetivos instrucionais. É claro que deve existir uma correspondência entre tais objetivos, afinal, o assistente social é chamado para atuar em cumprimento das necessidades institucionais. No entanto, verifica-se que a minoria dos entrevistados ultrapassa a perspectiva colocada pela instituição e os pontos de tensão elencados são geralmente remetidos a forma como o planejamento do trabalho é feito e estruturado.

A consequência deste dado é que os profissionais se vêm muitas vezes amarrados nas suas possibilidades de atuação em decorrência desta estruturação, , como veremos a seguir, impossibilitando que vislumbre alternativas no espoco do que está

proposto institucionalmente. Contudo, o que se verifica de interessante é que as condições concretas de vida dos sujeitos sociais vêm tensionando o trabalho destes profissionais no sentido de produzirem respostas, mesmo que tais respostas se limitem à crítica do instituído.

Planejamento:

Nas entrevistas realizadas, o processo do planejamento foi um dos grandes gargalos apresentados pelos profissionais como limitadores de sua autonomia profissional. Como descrito nos manuais, ao assumirem o trabalho, os assistentes sociais deparam com um planejamento pronto elaborado sem a sua participação e, muito menos, com participação da comunidade que recebe o trabalho.

No curso do trabalho, lhes é apresentado um planejamento padrão, elaborado pelo coordenador do trabalho técnico social do "Minha Casa, Minha Vida", com ações, prazos e metas a serem cumpridos. Cada ação já tem uma temporalidade definida e cabe ao profissional executá-la e prestar contas de tal execução através de um relatório mensal enviado ao agente financeiro, no caso a Caixa Econômica Federal.

Como já foi sinalizado acima, esta se configura como uma determinação de peso no processo de alienação do trabalho do assistente social neste campo. O profissional se vê encurralado pela burocracia institucional, tendo sua autonomia relativa de trabalho condicionada por um planejamento alheio e pelos prazos e metas a cumprir. O alijamento do planejamento no trabalho profissional separa o ato de planejar do ato de executar. Assim, o profissional é colocado como um técnico tarefeiro e, quando a ação não tem os resultados institucionais esperados, isto é debitado à qualidade da execução.

Vejamos os trechos abaixo:

Antes de chegar já tem uma proposta organizada que é a diretriz do Governo Federal. Nós não temos a autonomia. A autonomia é totalmente relativa porque você tem sua autonomia na condução de pensar aquilo lá, mas tecnicamente você não pode fugir disso. Você pode justificar que a associação não aconteceu nesse tempo, porque não teve quorum, você tem que apontar quais as estratégias você montou para aquilo. No relatório mensal você pode apontar a crítica da proposta, mas fica nisso. Você não tem autonomia de trabalhar nessa proposta. Essa formatação segue a legislação do programa, o escopo do governo federal. Aí, o que a coordenadora faz? Ela só planeja e depois contrata os técnicos para execução. Ou seja, você vem como um técnico tarefeiros e você, mesmo em uma análise crítica, você não tem autonomia de mudar, mesmo sabendo que aquilo não se traduz em um resultado para a comunidade. É bem complicado, é bem fechado, bem

estruturado. Você até tem espaço para análise no relatório, mas não muda. Se você quer propor outra atividade de ação aqui, não sai. A população não participa. Aqui é só técnico, é do Governo Federal... vem como um modelinho que vem de lá. A população só interfere quando ela se posiciona. E você vai dizer ali a opinião dela, a posição dela, mas sempre na lógica de ter acesso a informação. Ela fala, mas o pedido dela não tem eco. Tanto é que não se tem creche, a população gritando e ainda não tem escola, os meninos foram inseridos nas escolas que tinham dentro do território. (ENTREVISTADO 1)

A gente vai pelos projetos. E tem um projeto estruturado. Nós, assistentes sociais, não planejamos, o projeto vem pronto e a gente tem que ir de acordo com o projeto pronto. As ações são executadas por etapa, por mês e a gente tem que executar. (...) Pelo projeto pronto, a gente não tem muita autonomia. É de acordo como o projeto vai encaminhando. (...) Acho que o principal desafio é a gente não ter autonomia pra atuar, a gente ter que seguir esse padrão. Eu acho que se fosse mais livre, a nossa atuação seria bem melhor. Eu acho, porque você fica só naquilo ali, você tem que preocupar com o que você tem que fazer o mesmo, com o decorrer do mês. (ENTREVISTADO 2)

Existe um conflito. Porque assim, primeiro que é um projeto que vem pronto. A gente já chega em uma comunidade instalada, assim como vários problemas. E aí, pelo projeto ter tudo dividido em períodos de ter a proposta técnica que a Caixa e o Governo Federal mandam e a gente tem que tentar seguir aquilo ali. Mas, na maioria das vezes, não combina com as nossas propostas: as questões de tempo, condições trabalho, tudo isso vem gerando um conflito. (...) Eu tenho um ano que estou no projeto, quando cheguei... A gente tem uma coordenação, que é uma pessoa só, e a uma coordenação muito restrita. Ela tem formação em psicologia e assim, por ter experiência nesse trabalho, ela fica responsável pela negociação com a Caixa. A caixa dá as direções pra ela e ela vai organizando. Quando chega pra gente ele já está pronto. Igual agora: a gente teve uma reprogramação e, em cima da hora, a gente foi chamada para uma reunião sobre a reprogramação do projeto. Mas já estava tudo direcionado, a gente, praticamente, só foi para tomar conhecimento. Não é discutido diretamente. (...). A população, os momentos em que a gente consegue reunir, que a agente mobiliza, além de mobilizar associação de moradores, de vez em quando tem uma ação que a gente envolve toda a comunidade: ação social... Um mês sim, outro não, agente tem uma reunião com toda a comunidade. Nesses momentos, a gente vai apresentando propostas e tentando também levantar o interesse da comunidade. Mas assim, a comunidade não tem tanta autonomia, a gente apresenta para ela o que o projeto está propondo e expõe dentro daquilo ali. (ENTREVISTADO 3)

Outros profissionais já enxergam possibilidades de influenciarem no planejamento a partir da possibilidade da reprogramação, mas apontam que as condições do trabalho inviabilizam este processo.

Assim, uma coisa eu preciso te falar. As ações já vêm prontas pra gente executar, mas você pode propor novas ações, não tem problema. Mas o acumulo já é tão grande com o tempo para entregar. Porque se você não entregar naquela data, o seu salário, vem depois da entrega do relatório e passa por vários lugares até chegar em você. Tem uma correria mesmo para a entrega do relatório. Como as ações já vêm estipuladas, já são determinadas cada mês, o que tá de amarelinho você tem que cumprir por mês e tem data e você é pressionado o tempo inteiro. (ENTREVISTADO 5)

O desafio da separação entre planejamento e execução gera uma falta de controle sobre a organização do trabalho do assistente social, característica do processo de trabalho capitalista. No campo investigado, a estruturação e burocratização expressam a agudização desta condição e geram angústia e desapontamento para o profissional. Para a população, os prejuízos são sentidos na falta de efetividade do trabalho que se reflete na continuidade da precarização de suas condições de vida, mesmo que sujam resultados positivos pontuais.

Estratégias de trabalho

Frente a este quadro, investigamos as principais estratégias adotadas pelos profissionais na construção do trabalho profissional. Verifica-se nos relatos dos profissionais a tentativa de aproximar o trabalho dos anseios e desejos da comunidade, investindo no conhecimento da realidade cotidiana, traduzida nas condições de vida e no fortalecimento da organização comunitária.

Como atribuições do Serviço Social previstas nos projetos foram citadas as atividades de *mobilização da comunidade*, em que há um chamamento e capacitação para o processo eleitoral da associação de moradores, no caso de loteamentos, e da gestão condominial, no caso dos empreendimentos configurados por blocos de apartamentos; *plantão social*, em que a equipe atende as necessidades individuais e faz os devidos encaminhamentos para a rede de serviços disponíveis; produção de um *jornal* de circulação local, visando acesso a informação; realização de *diagnóstico social*, que permite a equipe conhecer as condições concretas de vida da população, e realização de *reuniões com a comunidade*, abordando temas previstos nos projetos ou temas que sejam relevantes e identificados no convívio entre a equipe técnica e a comunidade.

A seguir, tem-se estes elementos na manifestação dos profissionais:

Ela vai trabalhar pra desenvolver, por exemplo, associação de moradores, a gente trabalha com eles. No início a gente trabalha por comissões... quando no ato do sorteio eles são chamados, no sorteio ali a agente já tira representantes por rua, esses representantes por rua vão montar uma comissão. Ai a gente vai começar a trabalhar, geralmente, a gente pega o máximo de nomes e ai a gente vai trabalhando a questão do regimento, até montar um processo de eleição de associação de moradores. (...) Reuniões com a associação, plantões sociais, que são dias e horários que a gente está na comunidade, o jornalzinho que é um instrumento que é previsto para ser feito todo mês e que a agente envolva a população para participar. (...) Trabalhamos conteúdos o como organização, as representações deles, espaços... como eles podem utilizar, por exemplo, a qual secretaria e qual pasta eles podem recorrer, a gente pergunta se eles querem que a agente agende, se querem que vamos participar com eles ou se eles vão... o quem que trazem pra reunião. (ENTREVISTADO 1)

Trabalhar com as famílias, com todas as famílias, aí a gente faz um questionário social, um plantão social, pra colher as demandas, e fazer os encaminhamentos, são os principais. (...) dentro do projeto, tem eixos que vem trabalhar com síndicos, sub síndicos, pras reuniões com moradores, semana que vem vai ter uma reunião com os moradores. (ENTREVISTADO 2)

A princípio da prioridade do projeto é a mobilização comunitária. (...) As estratégias é mesmo a questão da capacitação, o tempo todo as mediações que a gente faz, divulgar para eles o que é que a gente consegue aprender do projeto, porque as informações são muito difíceis e a gente tem que fazer este canal de informação, tendo essa troca. Tem o jornalzinho da comunidade que a um canal de comunicação. e o caráter político disso tudo, do próprio empreendimento em si, o que quis representam hoje do município, para eles. Tanto os benefícios que eles tiveram das questões da casa própria, quanto os prejuízos que estão tendo também. Agente tenta ir conscientização de fortalecendo mesmo este ponto. (ENTREVISTADO 3)

Nós já iniciamos um questionários social, em que a gente passa em todos os blocos e apartamentos para fazer uma entrevista para conhecer aquela realidade, para que as atividades sejam feitas de acordo com a realidade apresentada. O plantão também é muito importante porque é o dia em que a gente está lá o dia todo, então temos que buscar as pessoas. o que a gente faz a divulgar sempre e procurando as pessoas para explicar que o trabalho social, qual a nosso papel e conhecer um pouco da realidade deles, fazer o encaminhamento para os equipamentos sociais. (ENTREVISTADO 4)

Então a gente vai começara fazer um trabalho de mobilização com eles e aí o que a gente pretende é que eleja uma síndica. Quando o nosso trabalho

começou a gente fez de bloco em bloco elegendo subsíndico. Tinha também os subsíndicos mirins, que foi um trabalho com as crianças com representação na limpeza, na conservação do bem comum, e aí a gente chamou o pessoal da Demlurb, do Meio Ambiente, o trabalho das crianças foi super bem aceito. Quando foi voltado pra população pros adultos, aí não teve ninguém, não teve participação nenhuma. Mas tudo o que a gente propôs foi no ano passado, foi um ano de trabalho. O que a gente propôs com as crianças deu super certo! Então foi de agosto até julho. Agosto de 2012 até julho de 2013, fui um ano que a gente ficou. Ai teve a participação, o condomínio estava andando muito bem assim, porque a nossa missão é assim, fazer com que eles consigam entender o que, que é viver em comunidade, se orientar partir da li. Eles procurarem os seus direitos e tudo. (ENTREVISTADO 5)

O processo de mobilização é a grande aposta dos profissionais e, muitas vezes também, a grande frustração, como veremos no item seguinte. Mas o importante a considerar por hora, é a relevância da participação social no trabalho profissional. Verifica-se durante as entrevistas que essa é uma estratégia do trabalho que ultrapassa a mera diretriz institucional. Os assistentes sociais tentam, na medida de suas possibilidades, promover o processo de participação, assessorando as lideranças comunitárias em sua ação política.

Outro elemento destacado é a questão da realização dos diagnósticos sociais. Nos discursos dos profissionais, os diagnósticos vêm sendo apropriados com uma forma de conhecer a realidade social e subsidiar a condução do trabalho profissional articulado com os interesses da população. Esta estratégia compõe, portanto, um ponto positivo na construção de um trabalho profissional articulado e sensível aos dilemas do cotidiano. Lembra-se da exposição de Palma que delineava a importância do profissional investir na ação política do cotidiano, possibilidade que só acontecer se a partir da aproximação do trabalho profissional com os dilemas vivenciados pela população, assim como expõe Iamamoto.

No diagnóstico social que a agente fez, a gente até apresentou ele agora lá para a comunidade, onde a gente apontava o número de pessoas que não tinham acesso a assistência, à política de assistência, o número de trabalho informal, o número maior que não tinha uma renda baixa, que aí é dentro do escopo, mas que não estava inserido no serviço de assistência, e não tinham conhecimento. Então, efetivamente, não estavam inseridos em uma política mínima de acesso ali e sem inserção no trabalho. Por exemplo, no final do diagnóstico eu aponto essa ausência da assistência, dos benefícios ... não está aqui como eixo, mas aí na discussão nossa, a gente precise que o CRAS entre mesmo aí. Nosso trabalho é de uma dimensão educativo coletiva, nos não temos os dados do CRAS, nos não temos um diagnóstico preciso. A

estratégia: vamos fazer uma palestra educativa chamando o CRAS? Pois a gente percebe que tem um monte de gente que procura a agente no plantão ou na hora do jornal falando que perdeu o Bolsa Família... Vamos por o CRAS par participar com a gente no plantão?... Nesse sentido a gente pode botar estratégia, nesse sentido a gente tem autonomia nessa condição relativa, porque a gente tem indicadores e equipamentos que estão referenciados no território. O diagnóstico e os instrumentos de avaliação dão estas possibilidades. (ENTREVISTADO 1)

É muito difícil, mas a gente tenta estabelecer algumas estratégias, algumas saídas. Mas assim, no projeto autonomia é quase nenhuma. Só que nos nossos momentos de reuniões, de contato com a comunidade, de aplicação dos questionários sociais, a gente tenha fazer algumas ações, orientações dentro daquilo que a gente apreendeu. A gente tenta fazer orientações para rede, mesmo fora do projeto. A gente tem plantão social uma vez semana, aí a gente tem um formulário para colher informação. A gente vai “comendo pelas de beiradas”. (ENTREVISTADO 3)

A gente faz pesquisa para ver o interesse dessa comunidade, o que eles gostariam de fazer. Através dessas informações a gente vai buscar parcerias para ter capacitação. A gente fez uma pesquisa em torno para ver que tipo de mão de obra era demandado no entorno, na região, para tentar fazer essa parceria também, para ver se conseguia um trabalho. (ENTREVISTADO 5)

Outra estratégia adotada pelos profissionais é a apropriação do espaço da avaliação no momento do cumprimento da burocracia na construção dos relatórios. Trata-se da alternativa que os profissionais encontraram de tensionar a correlação de forças institucionais a partir da leitura crítica das ações e das demandas apresentadas pela população. Trata-se, mais uma vez, da aproximação das estratégias elencadas por Palma, Iamamoto e Abreu que foram trabalhadas no item 1.3. Uma estratégia profissional que busca permear a lógica institucional, alargando seus horizontes a partir da perspectiva dos interesses da população.

No entanto, os profissionais veem pouca efetividade nesta ação, tendo em vista a que a instituições toma dos dados do relatório de forma muito objetiva, verificando apenas se as ações foram cumpridas, ou não. Contudo, os profissionais continuam a usar este mecanismo como forma de vocalização da comunidade e em razão de pequenas conquistas a partir das avaliações feitas nos relatórios.

Esse aqui é o relatório descritivo, a gente põe o relatório da ação e o fotográfico ali, tá? E ai aqui é o mensal, que também tem um modelinho, que a gente põe por linhas....tem uma avaliação da equipe técnica que faz são os técnicos. Os moradores participam da avaliação das ações lá, tem a cédula e tal. Aqui é o olhar técnico que a equipe aponta. (...) A avaliação dos moradores é colhida em cada pequena ação realizada com eles. E aí vai tanto o resultado das cédulas deles e a nossa crítica. (...) A avaliação traduz dos dados que a população avalia, mas não sei se ela traduz o desejo. Ou seja, avalia-se o resultado, mas não quer dizer que aponta o que a comunidade esta pedindo. Ela sensibiliza para você acolher a avaliação da população na sua avaliação. Dá pra propor ações, mas não necessariamente ela consegue alcançar o resultado que ela quer. (ENTREVISTADO 1)

Não veja efetividade (sobre a avaliação) até porque assim: conseguir avaliar a gente até consegue, mas, por exemplo, as avaliações no momento de questionar as pessoas respondem de qualquer jeito, das senhoras e também acho que o pessoal não se... não assume essa questão da avaliação. Quando a gente tenta fazer uma avaliação nossa e aponta fragilidades no relatório, é pedido para retirar, para colocar de outra forma. Mas, já teve várias vezes que a gente conseguiu colocar nossa avaliação em relação ao projeto, nossas críticas e tal. Algumas críticas já possibilitaram mudança sim. Mas quando comecei, a questão do loteamento era muito difícil por causa do transporte, que a prefeitura não tinha cargo, não tinham uma organização. Mas já melhorou um pouco, agora tem dois carros que servem ao projeto. Mas todo relatório a ações gente apontava que deixou de fazer várias porque não tinha transporte. Não tinha local para fazer plantão social, aí eles ofereceram dinheiro para comprar uma tenda. não é o ideal, mas foi resultado de algumas críticas que a gente fez. (ENTREVISTADO 3)

O relatório é a oportunidade que a gente tem de colocar todo tipo de problema, eu acho que apontar os problemas, apontar nos relatórios dos plantões e das reuniões da comunidade, apontar todos problemas apresentados e soluções é um caminho. (ENTREVISTADO 4)

Assim no dilema entre a estrutura fechada da burocracia institucional os assistentes sociais vão construindo canais para se aproximar da realidade da comunidade, para socializar informações e fomentar a organização para participação, além de tentativa de fazer com que as questões apresentadas pela população cheguem aos espaços decisórios institucionais.

Participação da comunidade

A participação da comunidade é um elemento que aparece de forma muito evidente nas proposições normativas dos documentos norteadores do trabalho técnico

social. No entanto, podemos verificar elementos também que caminhavam para um esvaziamento do conteúdo político do significado da participação social inscrito nos manuais.

Na busca de qualificação do trabalho pela aproximação aos interesses dos sujeitos sociais aos quais direcionam seu trabalho, os assistentes sociais vêm investindo no processo de organização comunitária, tanto por se constituir como uma diretriz de trabalho, quanto por acreditarem na organização e participação social como fundamental para a melhoria das condições de vida nos empreendimentos em que estão inseridos.

Nesse processo, os assistentes sociais encontram diversas questões, seja pela forma como a estrutura do projeto técnico social determina as condições deste processo, ou pelas próprias condições de desmobilização da comunidade.

Um dos principais dilemas apontados é a questão do tempo. Como o projeto tem uma temporalidade definida para as ações de mobilização, muitas vezes, este processo se mostra ineficiente, tendo em vista a pouca preparação das pessoas para compor processos democráticos de interferência na condução das políticas sociais ou de construção de estratégias de luta.

Na realidade é como se viesse só ações, e aí se a ação tem que ser de formar associação de moradores eu tenho prazo real pra isso, mas se a comunidade não está preparada, não tem uma história de luta, não tem um movimento social que apoia, você põe um conjunto de pessoas sem nenhuma motivação e você quer determinar aquele prazo legal do projeto, previsto na diretriz do governo: não vai dar resultado! Por que se essas lideranças não percebem isso, o morador não se apropria de ser liderança e não se identifica, não vai se traduzir! Efetivamente fica um trabalho: “realizamos a ação! Governo Federal está realizando essa ação!”, mas em que resultante para a comunidade, para o usuário deste produto? Esse tempo para operacionalizar esse trabalho educativo e para que o cidadão cumprir... ele não tem esse nível de organização. Ele não consegue. E a agente não consegue desenvolver isso, porque na assessoria de movimentos a gente percebe claro que, para o coletivo, precisa de um tempo maior para ele se apropriar. O problema é um tempo que nós que temos. Formação não conseguimos fazer isso nos nossos projetos, nas nossas metas profissionais, quanto dirá em uma comunidade que trabalha o dia todo, que não chegou a ter acesso a escola, que não tem nada... Ela só grita que não consegue. Tempo para ela se apropriar, para a gente trabalhar com eles efetivamente uma dimensão educativa que traduza em apropriação do papel político deles da comunidade e até como estas estratégias, e virem ao governo de uma forma organizada... não conseguimos eco. Do serviço social! Do ponto institucional, da legislação é feita. Mas pra mim é aquela coisa que a agente fala “do inglês ver”. Para a sociedade a condição de tempo não se operacionaliza. (ENTREVISTADO 1)

Esta fala traduz uma percepção que passa pelo relato da maioria dos os assistentes sociais

Em abril de 2012 as famílias começaram a mudar, e aí foi contratada uma empresa para fazer a gestão condominial. Eles fizeram uma assembleia, em que se separou síndico e subsíndicos, mas não houve capacitação continuada. Ficaram seis meses e depois o síndico e os subsíndicos não tiveram nenhum apoio. Hoje a gente pegou trabalho há três meses, com o residencial sem subsíndicos atuantes, porque não foram capacitados e estão desestimulados. (ENTREVISTADO 4)

Agosto de 2012 até julho de 2013, fui um ano que a gente ficou. Ai teve a participação, o condomínio estava andando muito bem assim, porque a nossa missão é assim, fazer com que eles consigam entender o que, que é viver em comunidade, se orientar partir da li. Eles procurarem os seus direitos e tudo. Só que com a saída da equipe técnica o que aconteceu não foi isso. Hoje se você for me perguntar não existe mais nada do que a gente implantou. (...) Agora esta tudo centralizado no síndico, não existe mais subsíndicos, não existe mais nada disso. Eles mesmos estão com resistências a isso de aceitar. (ENTREVISTADO 5)

Mesmo com todos os desafios à participação social, também é possível verificar resultados positivos a partir do investimento no protagonismo da população, como no relato abaixo:

Montamos a associação de moradores, agora que a associação já esta formada há 5 meses e agora eles é que estão com essa legitimidade (de cobrar melhorias). O próprio projeto propunha reforço para legalizar, então a gente fez todo o processo, primeiro de mobilização, depois capacitação com o pessoal da Câmara Municipal (de vereadores), e a eleição. E, a partir desta referência da associação de moradores, eles estão assumindo agora algumas frentes. E além das reuniões com a comunidade, a gente durante todo o período do projeto, uma vez por mês, a gente se reúne com a associação, para trocar informação. E ai a associação já assumiu algumas brigas assim, por exemplo, o empreendimento tem que reservar 6 % para creche e escola. A prefeitura autorizou só a construção da creche, falou que não tem condições de arcar com material humano para manter a escola. Então eles estão brigando ai para ver se consegue. Eles têm essa briga junto com a gente até porque a legitimidade mesmo para brigar pelas pela comunidade eles que têm. A gente só faz parte do processo. Eles, enquanto a associação, já registrada, estão reivindicando terreno para construir a sede, está mobilizando a comunidade para fazer uma ação na justiça contra a Caixa com relação às moradias... Então eles estão conseguindo assumir alguns papéis. (ENTREVISTADO 3)

Ao questionarmos os assistentes sociais sobre as principais questões colocadas pela população, de maneira geral, aparecem os problemas construtivos das habitações; ausência dos equipamentos sociais para garantia de direitos fundamentais, questões de inadimplência com relação ao condomínio e as questões relacionadas à violência, conforme trechos abaixo:

Nosso trabalho está muito recente, e nós pegamos o residencial em que as famílias estão muito frustradas, ficaram muito tempo sem apoio. Para você ter uma ideia, quando a gente entrou, estava tendo um problema de vazamento da rede de esgoto e aí a gente não conseguia entrar porque eles queriam a resolução deste problema. (ENTREVISTADO 4)

O dilema do “Minha Casa, Minha Vida”, de uma modo geral, são as construções. Principalmente no nosso, que são casas. Nos condomínios que são prédios, geralmente, não tem tanto problema construtivo, mas o nosso trabalho social é o tempo todo tensionado. As vezes a gente chega , porque a gente tem que cumprir como uma ação, fazendo uma proposta de curso, por exemplo, e aí algumas pessoas são resistentes, porque estão angustiados, porque tem 1 ano, lano e meio que estão morando e sempre o mesmo problema. Período de chuva então, a gente nem consegue trabalhar. A gente tenta fazer nossas ações, mas temos que ficar o tempo todo mediando. Porque a construtora fez de qualquer jeito. (ENTREVISTADO 3)

Principais questões trazidas são as ausências de unidade de saúde creche e segurança publica. (...)Hoje esta sendo construindo a escola, mas nem as condições dos equipamentos públicos mínimos tem ali dentro. No diagnostico, a gente aponta isso: o que os moradores foram avaliando. (ENTREVISTADO 1)

Essas são as maiores demandas: de insatisfação em relação valor alto do condomínio, que não é colocado específico em boleta para onde está indo este valor, inadimplência altíssima, algumas pessoas que estavam a de inteligentes acabam ficando inadimplentes, porque não vê aquela situação mudar dentro do condomínio. A gente faz plantão social nas quartas-feiras, a gente sempre está lá, mas poucas pessoas procuram os técnicos do plantão. A maioria das vezes é para colocar suas frustrações, fazer queixas em relação a síndica, em relação a administradora e para fazer queixas mesmo sob a condição dos apartamentos. (ENTREVISTADO 4)

Quando a gente saiu, a gente saiu em julho quando foi em novembro, 3 unidades (3 apartamentos) foi sublocados por traficantes que hoje mandam lá dentro e os moradores que ficam arrepiados porque eles inibem até que eles (moradores) circulem na área comum. (...) Mas o que impede tudo é o tráfico (*se referindo ao bom andamento do projeto*). Porque o medo é muito grande, o nosso medo, o medo dele, o medo do porteiro. Ficam todos acuados. (ENTREVISTADO 5)

Frente a estes problemas, identifica-se que as respostas se dividem em dois blocos: um direcionado para o fortalecimento da comunidade no sentido de se organizarem na luta pela garantia de seus direitos, aliada a estratégia de tensionamento da instituição, como verificado no exemplo abaixo:

O desafio maior é que a gente tem ai este instrumento de trabalho de reunião, de comissão de articulação (*para mobilizar a associação de moradores*), de traduzir nesse diálogo com as lideranças e com a comunidades quais as ações que ela pode realizar de discutir com ela e propor a construção e as estratégias que ela vai adotar de vir ao poder público, de vir à secretaria, por exemplo. A saúde: nós levamos a unidade de saúde para uma reunião com os moradores, a educação nós ainda conseguimos fazer lá dentro a discussão, teve um pouquinho de discussão, mas nos conseguimos inserir todos nas escolas, a saúde foi mais difícil, teve um pouco mais de resistência, até porque a unidade de saúde lá já tinha uma área enorme e as condições... mas aderiu dentro do trabalho de uma unidade lá que vai ficar de referência. (ENTREVISTADO 1)

A Caixa, depois de muita reclamação, criou um canal que é o 0800 para acolher essas reclamações. Só que é um canal que não está tendo efetividade, e ai começa a nossa briga aqui dentro do projeto, porque todo mês a gente manda, a gente tem que mandar um relatório das atividades. Nesse relatório a gente avalia todas as ações. A gente sempre coloca a quantidade de reclamação que teve, que a comunidade não está tendo retorno, e a forma como está sendo tratado quando liga e já veio uns três e-mails pra gente falando que o 0800 é pleno de efetividade. Então eles nem ouvem, não acolhem... ontem pela primeira vez, em uma casa que eu fiz visitar o moço falou que resolveram o problema dele. Mas é um em cinquenta. (ENTREVISTADO 3)

Já o segundo bloco de respostas se mantém no limite das respostas institucionais. Para exemplificar estas percepções, segue a fala dos assistentes sociais:

O nosso trabalho é o trabalho social, nosso papel seria acompanhar, a colher aquela demanda, a gente fez os contatos necessários, mas a gente não consegue solucionar este problema (*construtivo*). Então encontramos uma resistência deles em aceitar a nos trabalho. Nós estamos sempre divulgando o 0800 da Caixa, para que eles liguem e façam as queixas. A gente acolhe aquela demanda, faz o repasses de informação, manda em relatório, mas estimula para que eles façam esse movimento. Mas, muitas vezes eles não fazem esse movimento. Aí gente fala: "Você ligou, pegou protocolo?" . Mas a gente não vê esse movimento. (ENTREVISTADO 5)

É muita criança! E uma coisa que a comunidade queria era ter atividades para as crianças, ter cursos para adultos. (frente à ausência de equipamentos sociais) Algumas pessoas estão colhendo resultados, mas já estava previsto no projeto. Por isso, alguns olham com bons olhos, mas não é a maioria. Até porque as vagas são limitadas... por exemplo, agente tem atividade de esporte e tem uma van que sobe, pega as criança e leva para universidade, para algum clube onde acontecem as atividades de esporte. Então as turmas tem o limite da van são crianças por turma. Não é todo mundo que é contemplado. Mas os poucos que conseguem participar é um dentro dos desejos deles também (ENTREVISTADO 3)

Outra questão que se verificou nas entrevistas foi a ausência de organizações da sociedade civil que atuam politicamente no debate da política urbana. As assistentes sociais relatam desconhecer esse movimento e, por isso, as parcerias do projeto se reduzem a parceiras com órgãos governamentais e instituições privadas no sentido da oferta de serviços à comunidade.

Este elemento denota um cenário de baixa mobilização política de que os moradores dos empreendimentos do “Minha Casa, Minha Vida” não têm outro apoio político na construção de suas lutas para além do trabalho técnico social realizado. Assim, o trabalho também tem pouca base de apoio para o alargamento dos horizontes determinados pela instituição.

Condições de trabalho

A partir das contribuições de Marilda Iamamoto se verifica que existe um dilema condensado na interrelação entre projeto profissional e estatuto assalariado da profissão. Entende-se que o estatuto assalariado do Serviço Social estabelece condições objetivas em que o trabalho se realiza, condicionando, assim, a efetivação dos objetivos que o profissional propõe para a realização do seu trabalho.

Assim, essa é uma determinação fundamental para o trabalho profissional e para a análise do nosso objeto de estudo. Não é por acaso que deixamos por último a análise deste marcador analítico. No curso das entrevistas o elemento que se colocou com mais preponderância foram as condições do trabalho colocadas pelos profissionais como um dos elementos mais desafiadores na execução do trabalho.

Como foi explicitado, adotou-se na realização das entrevistas um pequeno questionário prévio para coleta de dados sobre as condições objetivas do trabalho e delimitação do perfil dos assistentes sociais. Assim obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 1- Anos de Formação

Anos de Formação	Nº	%
Até 5 anos	2	40
6 a 15 anos	1	20
16 a 25 anos	2	40

Tabela 2 – Formação Profissional

Modalidade	Nº	%
Ensino presencial	5	100
Ensino público	3	60
Ensino Privado	2	40

Tabela 3 – Pós-Graduação

Modalidade	Nº	%
Não possui	1	20
Especialização	4	80
Curso na área da política urbana	1	20

O que se verifica, ao analisar a formação profissional dos assistentes sociais entrevistados, é que são profissionais com tempo de formação que lhes permite ter uma

boa experiência profissional. Apesar de não ser um dado inscrito no questionário, nas entrevistas, os profissionais citaram experiências em outros campos de trabalho, tais como saúde e assistência e alguns têm mais de um vínculo profissional.

A grande maioria tem curso de especialização, mostrando o investimento na capacitação profissional, no entanto, apenas uma profissional tem curso específico na área.

Sobre as condições de trabalho verifica-se:

Tabela 4 – Contrato de Trabalho

Vínculo empregatício	Contrato temporário
Carga horária	20 horas
Cargo comissionado	0
Faixa salarial	Até 2 SM

Tabela 5 – Condições Éticas e Técnicas de Trabalho

	Sim	Não
Sala para atendimento com garantia de sigilo	0	5
Espaço para trabalho em grupo e reuniões	2	3
Arquivo privativo	0	5
Acesso aos recursos necessários para o trabalho	2	3
Exercício das atribuições e competências	4	1

A partir destes dados podemos identificar um processo de precarização das relações trabalhistas neste espaço de trabalho, que se dão tanto pela fragilidade do vínculo empregatício quando pela baixa remuneração. De modo geral, os assistentes sociais executam atividades com muitas famílias, o número varia em torno de 200 a 365. Soma-se a isso a exigência burocrática do trabalho, que exige relatórios detalhados de acordo com o modelo estabelecidos que devem ser feitos a cada ação e mensalmente. Nestes relatórios, deve constar uma série de documentos que comprovem a realização da ação, tais como fotos, listas de presenças, relatórios de técnicos de outras áreas, cabendo ao profissional a responsabilidade da organização de toda documentação. Além

disso, os profissionais ficam responsáveis por todas as questões administrativas que o projeto exige.

E ai tem o orçamento. E ai na parte de orçamento e compra de materiais a gente também tem que orçar. Que é uma questão administrativa. No meu entendimento essa não é uma ação do assistente social, é uma ação administrativa do programa e hoje está ficando na nossa mão. Por exemplo, vai ter uma ação do meio ambiente e vai ter a blusa e o boné... Nós temos que fazer três orçamentos para anexar. É uma questão administrativa que não é do serviço social. Além do papel técnico de pensar e elaborar as ações, ainda temos que pensar na logística para ela funcionar. (ENTREVISTADO 1)

Realizar todas as ações previstas, cumprir com a burocracia do processo de trabalho determinado pelo aparato institucional, e ainda dar conta dos procedimentos administrativos em 20 horas de trabalho semanais, traz sobrecarga de trabalho impactando na dificuldade do profissional ir além do que a instituição lhe impõe.

A baixa remuneração também é um elemento elencado pelos assistentes sociais que se queixam da desvalorização do trabalho e da frustração decorrente deste processo. Como o salário dos assistentes sociais depende da liberação de recursos por parte do agente financeiro, há profissionais que não recebem seus salários há 3 meses.

Nosso trabalho tem muitos desafios, porque é muito conflito, e que se depara com a falta de verba que não veio. Não temos os equipamentos necessários para trabalhar... A gente está atuando utilizando dos nossos meios. São três meses de dificuldade, em que nem o nosso pagamento foi feito. Então nós temos que lidar com as nossas frustrações e as frustrações deles. (ENTREVISTADO 4)

Soma-se a isso a precária estrutura oferecida aos profissionais para a realização do trabalho. O trabalho se organiza em dois espaços: no espaço da instituição e no espaço dos empreendimentos. No caso dos loteamentos, os profissionais relatam que pedem espaços emprestados para alguns equipamentos sociais próximos, ou improvisam um espaço perto da van que lhes serve de transporte. Alguns atendimentos são feitos em tendas que foram fornecidas a partir da existência na solicitação dos profissionais. Nos residenciais compostos por apartamentos, os profissionais utilizam de áreas comuns do condomínio.

Tem questão do espaço. Lá a gente tem um ponto de referência para a realização do plantão social, que na área da churrasqueira, mas que está depredada, muito suja e às vezes a gente nem tem condição de dar plantão social ali. Não tem espaço para gente desenvolver atividades grandes, tipo reuniões. Tem uma quadra, mas é aberta e não tem condições trabalhar ali.

Nossas reuniões com a comunidade eram sempre à noite, depois que chegaram do trabalho, não tinha luz. Tinha que improvisar luz com os moradores para conseguirem enxergar e conseguir assinar a lista de presença. (ENTREVISTADO 5)

As entrevistas foram realizadas no espaço de trabalho da instituição. Lá pudemos observar as péssimas condições em que o trabalho se realiza. São cinco equipes de trabalho, cada uma com duas mesas com computadores e neste lugar as equipes compostas por assistentes sociais, psicólogos e estagiários disputam espaço. Não há lugar para atendimento privativo e toda a discussão da equipe acontece lado a lado da figura da supervisão das equipes.

As condições físicas materializam as péssimas condições de trabalho que se manifestam na falta de autonomia dos profissionais e dificultam até mesmo a estruturação de propostas alternativas. Não há espaço para acolher a população, não há espaço de referência, nem espaço para pensar a intervenção. Enfim, o espaço físico materializa a condição concreta de trabalho em que aos profissionais é atribuído apenas uma função: executar!

O profissional está alijado dos meios de trabalho, devido à natureza própria que caracteriza o Serviço Social e tem seu processo de trabalho determinado pelo empregador, assim nos elucidam as contribuições de Iamamoto (2007) acerca da dimensão abstrata do trabalho profissional que, no âmbito das relações sociais capitalistas, assume *status* de mercadoria. No entanto, as condições de realização da autonomia relativa, neste espaço, se relativizam, ainda mais, ao separar o processo de concepção do trabalho de sua execução e criar condições de trabalho tão severas. Em tais condições de trabalho, é possível compreender a dificuldade dos profissionais traçarem objetivos mediados de trabalho que caminhem para além dos objetivos institucionais.

Essas ponderações nos levam a concluir que as condições de trabalho oferecidas aos profissionais no âmbito do trabalho técnico social contribuem para a radicalização

da alienação no âmbito do trabalho profissional. Este processo traz consequências tanto no âmbito da construção das diretrizes do trabalho profissional, quanto no âmbito da qualidade dos serviços prestados à população.

Como consequência, para a população, fica o baixo impacto na efetiva organização e mobilização da comunidade e em suas condições de vida. Mas, de modo algum, se considera os impactos produzidos como elementos negativos. Mesmo com todas estas questões apontadas, os assistentes sociais relatam aspectos positivos como resultantes do trabalho:

Mesmo que tardio, o trabalho técnico social vem contribuindo para fortalecer a população. Mas eu não vejo eco, demora. Dentro das condições eu acho muito perverso. Mas ele tem contribuição sim. (...) Quando eu falo do não de não eco (*sobre os impactos das ações na comunidade*) é de traduzir nossas ações educativas através dos vários instrumentos e várias estratégias que a gente utiliza, nesse posicionamento dos moradores em posição coletiva de uma defesa, de movimento (social). Mas temos visto mais expressões de rebeldia do que apropriando do lugar de mediação. Mas as ações concretas, a gente vê o eco quando fazemos encaminhamentos para acesso a políticas, quando conseguimos para um menino que levou um tiro e ficou paraplégico, que o empreiteiro construiu uma rampa de acesso com corrimão, em algumas ações conseguimos resultados concretos para alguns moradores, mas eu não vejo o eco coletivo, do ponto de vista do nosso projeto profissional frente à política urbana.

Não é papel nosso materializa isso para a população, mas a avalanche do cenário de não participação política, do individualismo do individualismo eu não enxergo... trabalhar para o político que é o propósito maior nosso, e os princípios que a gente defende, ainda não consegue se traduzir para esse público. Então eu acho que o desafio maior é a conjuntura maior instalada, econômica e política, que vem configurando um sujeito individualista que faz com que a gente não consiga chegar, por essa conjuntura posta.

(ENTREVISTADO 1)

Apesar dos momentos de estresse das reclamações da obra, eles têm o reconhecimento com trabalho e a gente tem recebido algumas pessoas que dão retorno positivo, por exemplo, quando a gente divulga cursos via pessoa diz que procurou e conseguiu. o próprio interesse de participação da comunidade nas reuniões aumentou muito. a gente percebe que eles estão se fortalecendo com trabalho. Mesmo que estruturado fechado trabalho pode ser uma forma de fortalecimento. A meu ver, se não fosse da forma como está (*estrutura de trabalho fechada*), se a gente começasse a participar do trabalho desde o início, a gente teria uma outra resposta. Desafia a gente tentar conquistar mais espaço e entrar mais para dentro do projeto.

(ENTREVISTADO 3)

E o trabalho que a gente conseguiu fazer, foi quando a gente conseguiu eleger os subsíndicos, os conselheiros. Aí a gente conseguiu eleger. Faz uma reunião com o bairro, só um reunião, com a representação de cada bloco ai a coisa tava fluindo. Tava sendo alcançada as metas, o que podia ser feito para melhorar, em todas essas reuniões ia representantes de cada bloco, ai a gente sempre se unindo ia ficando cada vez mais forte. (ENTREVISTADO 5)

Frente a este quadro, os profissionais apontam que os maiores desafios para o trabalho profissional situam-se no âmbito da construção da relativa autonomia de trabalho que possibilitaria uma maior articulação do trabalho profissional às diretrizes do projeto ético-político da profissão e das necessidades dos beneficiários do programa, das condições concretas da vida social que dificultam o processo de mobilização e organização social, tendo em vista as condições de tempo e estrutura para que a comunidade amadureça politicamente sua ação.

No entanto, o que se verifica é que, mesmo em condições adversas, os profissionais procuram desenvolver seu trabalho a partir de estratégias que contemplem as necessidades da população.

3.3.1. TENDÊNCIAS PARA A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL:

A primeira observação que temos, a título de conclusão de nossas análises, é de que o trabalho do assistente social no âmbito da política urbana, inserido no escopo do trabalho técnico social, manifesta plenamente a sua dimensão socioeducativa. Ou seja, a demanda institucional colocada aos assistentes sociais trata-se de uma demanda eminentemente socioeducativa.

Verifica-se que o trabalho técnico social trata de um processo de acompanhamento das famílias que recebem o empreendimento urbano, no caso desta pesquisa empreendimentos habitacionais, cujo objetivo é trabalhar, pedagogicamente, as relações sociais que se estabelecerão no espaço criado a partir da lógica expressa na configuração física dos empreendimentos.

A instituição objetiva que os sujeitos se apropriam das habitações de forma a estabelecer as relações sociais para manutenção, tanto da estrutura física, quanto do meio ambiente instalado. Tal objetivo se expressa na diretriz da sustentabilidade do empreendimento, que prevê um determinado tipo de comportamento a ser “esculpido” através do trabalho técnico social.

Todos os demais objetivos se direcionam para a garantia da sustentabilidade do empreendimento, pois quando observamos as ações sugeridas pelo aparato institucional em qualquer dos eixos propostos, sempre voltam a ações educativas que se direcionam à produção de um determinado comportamento social adequado à lógica da configuração espacial do empreendimento.

Uma vez estruturado o aparato físico, o trabalho técnico social deve direcionar a conduta dos beneficiários de modo a reproduzir relações sociais compatíveis com a estrutura física oferecida. O objetivo, portanto, é instituir uma configuração territorial, funcional a reprodução das relações sociais dominantes. O trabalho técnico social se torna um instrumento de controle institucional de cunho ideológico na reprodução dos interesses da burguesia atrelado a política urbana.

De acordo com Santos (1993), o espaço deve ser compreendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sendo que tais objetos tendem ao exercício de funções e processos, geralmente, submetidos ao papel regulador de instituições e empresas. Dessa forma, o espaço passa a exercer um papel ideológico, pois um espaço estranho ao homem é fonte de sua alienação. Assim, a produção de moradias atrelado ao caráter ideológico implicado no trabalho técnico social pode ser caracterizado como o que Santos (1993) chama de desterritorialização, processo que acontece paralelamente a processos de desculturização.

Como observamos nos relatos dos assistentes sociais, o cotidiano das famílias que estão vivendo nos empreendimentos do "Minha Casa, Minha Vida" convivem constantemente com a violência, com a falta de acesso a serviços públicos e às redes de solidariedade que dispunham em seu território de origem, a dificuldade de lidar com as questões condominiais, com a exigência do cuidado ambiental e a dificuldade dos processos de organização.

A nova configuração espacial lhes impõe uma nova lógica na constituição de sua cotidianidade, e para conduzir este processo o aparato institucional determina a realização do trabalho técnico social.

Assim, conforme observamos nas discussões apresentadas no item 2.3 deste trabalho, o Serviço Social irá compor os mecanismos de regulação das relações sociais de caráter ideológico. O assistente social compõe a racionalidade ideológica atrelado a configuração da política urbana através do exercício da dimensão socioeducativa do trabalho profissional.

Para garantir o cumprimento dos objetivos inscritos no trabalho técnico social a racionalidade institucional cria uma estruturação para a realização do mesmo marcando um intenso processo de burocratização do processo de trabalho neste campo. Assim, ao assumir as frentes de trabalho que são delegadas ao assistente social, já estão dadas todas as diretrizes operacionais do seu trabalho. Já estão definidas as ações, as metas e prazos para a execução. Também estão definidos seus instrumentos de avaliação e monitoramento que exercem um forte controle sobre a atividade a ser desenvolvida.

Como nos aponta Iamamoto (2004), o assistente social dispõe de condição privilegiada para apreender as determinações do cotidiano dos indivíduos sociais, pois, à medida que o trabalho profissional cumpre um cunho socioeducativo que incide sobre as questões imediatas, pautado em sua autonomia relativa de trabalho, o profissional pode utilizar-se do seu acesso à vida privado para fortalecimento de política de fortalecimento dos interesses sociais daqueles que são alvo de seu trabalho.

Apesar do campo de trabalho na política urbana estar permeado por uma forte estruturação, esta se constituiu sobre enunciados de inspiração democrática que legitimam a condução do trabalho articulado aos valores enunciados no projeto profissional crítico, por mais que na prática as proposituras institucionais não se manifestem de forma diferente.

Assim a estruturação burocrática referenda a atuação crítica e permite que a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social se manifeste a partir de estratégias vinculadas aos interesses da classe trabalhadora.

De acordo com Souza Filho (2011), a burocracia guarda a possibilidade de ser um instrumento para a finalidade de administração pública voltada para a ampliação e aprofundamento de direitos. Esta possibilidade reside na função contraditória como aparelho do Estado, pois, apesar de se constituir como aparelho de garantia do interesse privado de uma classe frente a outros interesses privados, a burocracia deve manter fins formais como preservação do interesse geral da sociedade, mesmo que de forma aparente.

A administração burocrática não é um instrumento racional abstrato, ela está vinculada a determinado fim (o fim de expansão capitalista). Isto não a impossibilita de expressar-se concretamente através de mecanismos que podem servir a fins não capitalistas, na medida em que apresenta contradições inerentes a sua função na sociedade burguesa. (SOUZA FILHO, 2011:66)

Dessa forma, a forte burocratização da estrutura do trabalho técnico social garante a obrigatoriedade de sua realização, abrindo espaços, na sua execução, para atuação de profissionais que possam tensionar os instrumentos na direção dos interesses da população ao qual o trabalho serve, mesmo que determinados verticalmente.

Assim, se a estruturação burocrática pode dar respaldo à condução de uma dimensão socioeducativa articulada aos interesses dos sujeitos sociais com os quais o assistente social trabalha, ela também é determinação de condições de trabalho adversas, que, somadas às condições precárias do trabalho assalariado neste campo, agudizam a alienação do trabalho do assistente social.

Conforme verificamos nas entrevistas, o trabalho do assistente social se realiza sob uma forma extremamente precarizada, com vínculos de trabalho frágil, carga horária incompatível com as exigências do trabalho, baixa remuneração, que, às vezes, nem chega ao trabalhador. Os profissionais são colocados diante de uma estrutura de trabalho, cuja concepção lhe é estranha e é obrigado a realizar as ações determinadas a toque de caixa para cumprir com os prazos estabelecidos. Caso contrário, quando a ação não é realizada da forma como prevista, nem mesmo os recursos de seu salário são liberados, como vimos em alguns casos.

Verificou-se uma estrutura de condições éticas e técnicas extremamente precárias, em que os assistentes sociais são lançados nos loteamentos e conjuntos habitacionais para receber as demandas dos beneficiários do programa sem qualquer respaldo institucional ou de equipamentos sociais para o atendimento das demandas.

São alijados da sua relativa autonomia na determinação da condução de seu trabalho e colocados em uma situação de extrema fragilidade frente à rigidez institucional.

O que verificamos a partir da realização das entrevistas, é que mesmo nestas condições e com muitos desafios, os assistentes sociais vêm se apropriando das

determinações institucionais para fortalecer a atuação política dos beneficiários do programa.

No curso da realização das entrevistas e de suas análises, pode-se verificar que a base de apoio para a construção de uma dimensão socioeducativa de orientação crítica tem sustentação na fragilidade das condições concretas de vida das comunidades em que os profissionais atuam.

Assim, utilizando-se de dados obtidos nos diagnósticos sociais, os profissionais tensionam, dentro dos limites, a configuração das ações determinadas, buscando estabelecer estratégias para o atendimento das necessidades mais relevantes. Assim, utilizam dos processos de mobilização e organização comunitária para fortalecer a população na luta pela conquista dos equipamentos sociais mínimos, e fazem dos relatórios institucionais um objeto de denúncia dos dilemas cotidianos apresentados pela comunidade.

Ficou evidente também na realização das entrevistas a clareza dos profissionais acerca de suas condições de trabalho e das implicações da os resultados de suas ações. A clareza acerca do lugar que os assistentes sociais ocupam na correlação de forças institucional faz com que possam vislumbrar estratégias alternativas.

É claro que estas observações não são enquadradas em mesmo grau a todos os profissionais entrevistados, mas o que se pode identificar é a busca da construção de um trabalho profissional que atenda as necessidades da população no máximo dos limites estabelecidos.

Tendo isto em vista, podemos identificar que, de maneira geral, a *direção social impressa à dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social no campo da política urbana tem sido fortemente tensionada pelas necessidades sociais dos sujeitos aos quais direcionam seu trabalho*. Contudo, encontra uma realizada desafiante em sua materialização posta pelas condições concretas de trabalho.

Assim, verificamos que as estratégias traçadas tem se direcionado: para fortalecimento da organização comunitária, mesmo que dentro dos limites institucionais; para identificação das condições de vida da população usando os resultados do diagnóstico social para tensionar as ações previstas nos projetos do trabalho técnico social e fazendo com que os instrumentos institucionais de monitoramento e avaliação possam ser mecanismos de denúncia das incoerências do programa e também de suas condições de trabalho.

No entanto, o reconhecimento destes elementos que se colocam positivamente par análise da dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social na perspectiva dada pelo projeto ético-político do serviço social, não se dá sem contradições. Contradições estas que podemos debitar em grande parte às condições de trabalho que agudizam a alienação do trabalho profissional.

Assim, apontamos algumas tendências que se constituem como desafios ao alargamento das bases democráticas da dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social no âmbito da política urbana:

A partir da análise das entrevistas, verificou-se que os assistentes sociais, ao serem questionados sobre os objetivos de seu trabalho, reproduzem os objetivos institucionais. Como já observamos, o trabalho do assistente social se realiza pela mediação das políticas sociais, que determinam o seu objeto de trabalho e trazem condições para sua execução. Portanto, não é inusitado que os objetivos profissionais guardem conexões com os objetivos institucionais. O dilema se revela, quando o profissional baliza toda a sua ação nos limites postos pela instituição.

Nos casos analisados, os profissionais relatam estratégias de trabalho que caminham para além da direção ideológica de formação de comportamentos sociais adequados a um determinada configuração territorial, tal como identificamos a partir da análise dos manuais. A ação socioeducativa nos apareceu muito mais na direção de preparar os sujeitos para assumirem a liderança de suas lutas, de capacitá-los para atuar politicamente no âmbito do jogo democrático institucional e na perspectiva de se apropriarem dos novos espaços a partir de uma lógica de pertencimento.

No entanto, verificamos que fica ausente deste processo a problematização junto à população das relações de poder que se manifestam na configuração espacial e territorial impostas pela política de habitação e que trazem uma série de questões para a cotidianidade dos sujeitos. Poder-se-ia questionar se essa não seria uma questão muito abstrata para tratar com a população. O que vimos, todavia, é que questões concretas do cotidiano atreladas a este debate gritam ao trabalho do assistente social e, muitas vezes, não são identificadas.

Citamos, como exemplo, as recorrentes queixas acerca da qualidade construtiva das habitações, que, muitas vezes, são tratadas pelos profissionais como elementos dificultadores do trabalho, quando deveriam ser o combustível do debate. Vimos que os profissionais recorrem à orientação que direciona a demanda ao 0800 da Caixa

Econômica Federal, uma resposta profissional que, isolada em si, não fomenta o protagonismo da população, mas reforça a lógica do cidadão consumidor que deve ligar para um 0800 para reclamar do produto recebido.

Outro elemento que verificamos é a pouca apropriação das informações colhidas no diagnóstico social que uma atividade obrigatória do projeto que poderia ser melhor potencializado para o conhecimento das condições de vida da população.

Como vimos em Heller (2009), o cotidiano é essência da história, nele estão guardadas particularidades, que lhe fazem espaço de alienação, mas também estão os elementos da contradição das relações sociais. Assim, o trato mais qualificado dos dados do diagnóstico social poderia promover a suspensão do cotidiano evidenciando suas contradições e potencializando a crítica na dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social e os seus rebatimentos para a ação política dos sujeitos sociais.

Este exemplo citado acima e a observação realizada em relação ao diagnóstico, conduzem a outra tendência, que é a limitação das respostas profissionais aos recursos institucionais. A violência, por exemplo, aparece em alguns relatos como um problema sem solução e cujas raízes estão calçadas simplesmente na forma de eleição das famílias atendidas que não levou em consideração a configuração territorial.

É claro que tomar o território de origem como critério na seleção pode ser um procedimento a ser adotado na minimização dos conflitos que os profissionais relatam. No entanto, esta não pode ser a única propositura para resolução de uma demanda tão recorrente por parte da população.

Outra questão que os profissionais apresentaram e pode se servir como exemplo é a questão do trabalho e renda. A pobreza é um fenômeno estrutural que aparece como característica das famílias atendidas nos empreendimentos, até porque o acesso a política se organiza em torno de critério de renda. Assim, esta demanda é resolvida pelo aparato institucional com a oferta de cursos profissionalizantes e de capacitação e articulação com as demais políticas. Assim segue também a conduta do profissional, que identifica e encaminha a demanda para outras políticas públicas e organiza propostas de cursos de capacitação. Nenhuma propositura para além disso chega a ser objeto de preocupação.

Como um último desafio que conseguimos alcançar nesta análise, ressaltamos a dificuldade de tensionamento das relações institucionais. Viu-se que os esforços dos profissionais para a ampliação dos limites de sua autonomia são imensos, mas residem

no campo individual. Não se percebeu qualquer processo coletivo de luta por melhoria nas condições do trabalho, seja na relação entre os profissionais que compõem a equipe, seja no debate com a população das bases que compõem o trabalho técnico social.

Assim, a dimensão socioeducativa do trabalho profissional neste âmbito encontra desafios para materializar-se de forma articulada os princípios do projeto ético-político do Serviço Social nas condições sob as quais o trabalho se processa, exigindo do profissional uma leitura crítica tanto da realidade social em que seu trabalho se insere, quanto das próprias condições do processamento do trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da eleição da dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social como objeto de estudo, cujo recorte de análise se debruçou sobre o trabalho profissional no âmbito da política urbana. Buscou-se empreender uma análise acerca das estratégias, direção social e conteúdo de tal dimensão do trabalho profissional apontando suas tendências e desafios.

Para chegar ao objetivo proposto, o escopo deste trabalho partiu da reflexão acerca das relações sociais estabelecidas na sociabilidade capitalista, expondo seus fundamentos e condições de sua reprodução a partir da perspectiva da teoria crítica.

Assim, foi possível contemplar o capital enquanto relação social marcada pelo fetiche e pela alienação, que garantem a reprodução das relações sociais de exploração do trabalho.

Marx e Engels (2009) chamam a atenção para que, de acordo com as formas que os homens se organizam para produzir os recursos para atendimento de suas necessidades materiais, determina-se o modo de vida destes homens. O que os indivíduos sociais vão depender das relações estabelecidas nas condições concretas e matérias de sua produção.

No processo de produção capitalista, o trabalhador encontra-se alijado dos meios de produção e do objeto de trabalho que são propriedade do capitalista. Assim, o trabalhador é obrigado a lançar sua força de trabalho à venda para garantir suas condições de sobrevivência. Não tem domínio dos meios necessários à realização do seu trabalho, não tem controle sobre o processo de trabalho, muito menos sobre o objeto que ele produz.

Assim, no processo de produção de mercadorias, a mercadoria é a forma fetichizada que escamoteia as relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista. Ao produzir mercadorias, o objeto do trabalho do homem lhe aparece como estranho, não lhe pertence e nem serve às suas necessidades. O produto do trabalho se coisifica na mercadoria.

O trabalho passa a ser algo estranho e a venda de sua força de trabalho uma imposição para garantia de sua reprodução material. De acordo com Marx (2010: 97), *“a economia nacional esconde a alienação na essência do trabalho pelo fato de que*

não considera a relação imediata entre o trabalho (operário) e a produção” (grifos do autor). O trabalhador torna-se mercadoria, pois, no processo de reprodução das suas condições materiais, é obrigado a integrar o ciclo perverso da produção de mercadorias, produzindo ele próprio as condições de sua exploração.

A relação social aparece, então, como relação entre coisas, cujas bases de fundamentação encontram-se escamoteadas pelo processo de alienação produzindo implicações de estranhamento na relação do homem com o seu objeto de trabalho, com o ato de produção, na relação do homem consigo e na relação do homem com outro homem.

Nos termos de Marx (2012: 101), “a consciência que o homem tem do seu gênero transforma-se, portanto, pela alienação, de modo que a vida genérica se torna um meio para ele”. A reprodução das relações sociais capitalistas se tornam a reprodução da alienação que se espraia por todo o campo da vida social.

O cotidiano da vida social como espaço de produção e reprodução das relações sociais está permeado pela alienação. De acordo com Netto (2010), a cotidianidade impõe uma objetividade material que exige dos sujeitos sociais comportamentos funcionais que representam a cristalização de uma dada moralidade, produzindo implicações na consciência social do sujeito que o impede de conectar-se com a perspectiva do humano-genérico. A vida cotidiana seria, portanto, espaço de reprodução da alienação.

Heller (2009) trata a vida cotidiana como o espaço do homem inteiro, em que se expressam todas as esferas da sua vida e onde opera suas capacidades. Trata-se, portanto, da essência da história, onde a estrutura social se constitui e se perpetua a partir da ação dos homens marcada pelo seu por teleológico e pelas condições da objetividade. Assim, a vida cotidiana é a manifestação da aparência, mas guarda também a essência da vida social e que, apesar da vida cotidiana estar calçada por elementos que dificultam a conexão com o humano genérico, guarda também as contradições sobre as quais a sociedade se assenta, passíveis de serem desveladas a partir da suspensão do cotidiano orientada pela crítica.

Estas considerações se colocam como fundamentais para a reflexão acerca da produção do espaço e para compreensão das contradições que permeiam a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social na política urbana. O espaço é tratado

aqui a partir da perspectiva crítica, lançando mão das reflexões de Lefebvre e Milton Santos.

O espaço é considerado como expressão e determinação das relações sociais capitalistas. Lefebvre (2013) evidencia o espaço como esfera que se produz a partir da prática social dos sujeitos sociais, portanto expressa as contradições das relações sociais capitalistas ao mesmo tempo em que, dialeticamente, se coloca como determinante da reprodução de tais relações.

O espaço social materializa as contradições do real e deve ser compreendido como parte tanto do processo de produção das relações sociais, ao compor as forças produtivas guardando suas conexões com a propriedade privada, quanto partícipe da reprodução. Ao produzir as relações sociais que lhe dão sustentação, um determinado modo de produção produz também seu espaço.

Assim, a vida cotidiana tem seu cenário assentado na determinação imposta pelo espaço e também imprime suas particularidades. Ao se constituir como esfera de reprodução da vida social, o espaço se constitui também como instrumental politicamente inserido no controle da sociedade, em sua produção e ordenamento materializando a configuração da produção social, de sua reprodução. Esta é uma determinação central para apreensão da questão espacial, tendo em vista superar sua aparência fenomênica de neutralidade, acentuando sua dimensão política.

É justamente nesta direção que Milton Santos busca a problematização do conceito de território. O autor defende a concepção de território usado, uma categoria que demarca o território como expressão das relações que permeia a vida social, sejam elas locais ou globais. O conceito de território usado ultrapassa a concepção tradicional de delimitação geográfica e representa o terreno do acontecer solidário.

Esta concepção entende que o território é atravessado pelas contradições das relações sociais capitalistas em suas diversas dimensões e expressões contemporâneas, configurando-se como uma arena de manifestação do poder e da ação política dos sujeitos sociais.

Esta discussão travada no primeiro capítulo possibilitou a compreensão de qual terreno está situada a demanda institucional ao trabalho do assistente social no bojo da política urbana.

Verificou-se que o trabalho dos assistentes sociais se insere no trabalho técnico social, uma componente obrigatória nos programas relacionados à política urbana no país, cuja demanda de trabalho é entrecortada por forte caráter socioeducativo.

A partir das considerações elaboradas no capítulo 1 identificamos que a demanda do trabalho socioeducativo relaciona-se com a necessidade institucional de estabelecer um controle social sobre o processo de apropriação do espaço e das configurações territoriais engendradas. Trata-se de estabelecer estratégias que garantam a sustentabilidade de um empreendimento que, efetivamente, implanta uma configuração espacial atrelada ao modo de vida burguês.

De acordo com Cardoso (2013), o "Minha Casa, Minha Vida" trata-se de um programa habitacional que surge a partir de propostas de representantes dos interesses do capital, e como estratégia de socorro ao mercado financeiro no enfrentamento à crise econômica. Sendo assim, nos marcos desse programa, ao trabalho técnico social cabe a reprodução da ideologia institucional atrelada aos interesses de reprodução da sociabilidade capitalista.

Dessa forma, surgem propostas de trabalho estruturas sobre forte controle burocrático, que visam tutelar o processo de organização comunitária e doutrinar a conduta dos beneficiários do programa a partir da recomendação de comportamentos desejáveis. Os resultados negativos do programa que se constituem como desafios ao trabalho profissional são frutos de incongruência entre os modos de vida que conduzem a vida cotidiana da classe trabalhadora e as configurações espaciais e territoriais que os empreendimentos impõem.

Nesse processo surgem os dilemas relacionados à insatisfação dos beneficiários com a estrutura física das habitações; a dificuldade na convivência no novo território; a violência e a ausência de serviços públicos essenciais. O trabalho técnico social aparece, portanto, para tensionar as relações de poder inscritas no território através da intervenção junto ao cotidiano dos beneficiários.

Os debates travados no capítulo 2 dão subsídios para pensarmos na inserção do trabalho profissional neste processo.

O Serviço Social é uma profissão inscrita no bojo da reprodução das relações sociais e como trabalho especializado atende a uma necessidade social que nasce no seio das classes dominantes de intervenção junto ao cotidiano da classe trabalhadora no

sentido de operacionalizar serviços sociais que impactam na reprodução material e imaterial desta classe.

A partir das contribuições de Yamamoto (2011), situa-se a análise da profissão na produção e reprodução das relações sociais capitalistas, pudemos identificar o caráter contraditório que demarca a atividade profissional inserida em um conjunto de tensões constituídas pela luta de classes.

A autora nos conduz na compreensão do Serviço Social como uma profissão tensionada tanto pelos interesses da classe dominante expressos pelos aparatos institucionais que contratam os serviços profissionais, quanto pelos interesses dos sujeitos sociais a quem é direcionado o trabalho profissional. Assim, a questão social se configura no objeto de trabalho dos assistentes sociais, permeando o trabalho pela sua natureza de contradição entre as classes.

Como profissão inserida no processo de produção e reprodução das relações e que se colocam entre os projetos societários em disputa, é demarcado ao trabalho profissional um caráter eminentemente político. Pois, a dimensão contraditória em que a profissão está situada não abre espaços para neutralidade. Tendo isso em vista, o trabalho profissional fortalece um dos polos de tensão, a depender das conexões que o trabalho profissional estabelece com os diferentes projetos em disputa.

A contribuição da autora também é fundamental para compreender que a profissão, ao ser entrecortada por um caráter político, também exerce uma função ideológica, tendo em vista que o trabalho profissional produz rebatimentos tanto em nível material, quanto imaterial. É justamente nesse caráter político e ideológico que se assenta a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social.

Palma (1986), Yamamoto (2004, 2006, 2007 e 2011) e Abreu (2010) são utilizados como referência para delimitação da perspectiva socioeducativa do trabalho profissional que se adotou neste trabalho. É elemento comum na análise dos autores, guardadas as particularidades de suas referências teóricas, a demarcação de uma dimensão educativa do trabalho profissional fundamentada na inserção do Serviço Social na produção e reprodução das relações sociais tensionado pela contradição de classes e que se materializa nos *impactos produzidos pelo trabalho profissional no forma de pensar e de agir dos sujeitos sociais aos quais direciona o trabalho profissional*: possibilidade constituída pela participação do Serviço Social nos mecanismos de controle ideológico inscritos nos serviços sociais que opera.

Essa condição de impactar no modo como os sujeitos percebem sua vida e, conseqüentemente, constroem sua ação, é determinada pelas conexões de classe que permeiam o trabalho profissional. Ambos os autores, consideram que a inserção do Serviço Social no bojo da luta de classes determina o caráter político que se traduz na conexão do trabalho profissional com um dos polos desta contradição. E esse caráter político possibilita o Serviço Social se conectar com os interesses dos sujeitos sociais aos quais direciona sua ação, abrindo a possibilidade para um trabalho profissional inspirado e comprometido com projeto societário alternativo à sociabilidade capitalista.

Assim, a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social trata-se de uma dimensão do trabalho que produz rebatimentos na forma como sujeitos constroem sua concepção de mundo. Através da intervenção direta nas questões da vida cotidiana, o trabalho dos assistentes sociais se insere no conjunto de determinações que produzem implicações no pensar e no agir da classe trabalhadora.

A partir das referências inscritas no marco do projeto profissional hegemônico de inspiração crítica, a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social pode se consolidar a partir de uma direção social comprometida com o fortalecimento de um projeto societário alternativo ao capital, através de: estabelecimento de estratégias que caminhem para o desvelamento dos dilemas cotidianos e coletivização das questões individuais e fragmentadas que aparecem como demanda de trabalho; democratização do trabalho profissional; tesnionamento da correlação de forças institucionais na direção do alargamento de seus horizontes e, principalmente, do fomento e fortalecimento da organização coletiva em torno das lutas sociais travadas pelos setores da classe trabalhadora.

Tendo como referência esses elementos, no capítulo 3 deste trabalho, buscou-se analisar a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social do âmbito da política urbana, evidenciando sua direção social e estratégias a partir da análise das condições e organização do trabalho dos assistentes sociais inseridos no trabalho técnico social do programa "Minha Casa, Minha Vida" em Juiz de Fora.

A partir das análises efetuadas percebemos um perverso processo de agudização da alienação do trabalho do assistente social que tem suas bases na forte burocratização do trabalho dada por uma estruturação rígida do trabalho profissional que separa concepção e execução no processo de trabalho que tornam os limites da autonomia relativa demasiadamente estreitos, aliado à péssimas condições de trabalho,

materializadas na precarização do trabalho e ausência de condições éticas e técnicas adequadas.

A despeito deste processo, pudemos observar que os profissionais buscam, dentro dos limites impostos por sua condição de trabalho, atrelar a direção social da dimensão socioeducativa do seu trabalho aos interesses e necessidades dos sujeitos sociais aos quais direcionam seu trabalho. Sendo assim, podemos perceber que os profissionais buscam executar seu trabalho de forma conectada aos princípios e valores inscritos no projeto ético-político do Serviço Social.

Com relação às estratégias que compõem tal dimensão, verificamos o investimento no processo de mobilização e organização comunitária como instrumento de luta para a garantia das condições adequadas ao atendimento das necessidades dos sujeitos; uso do diagnóstico social como ferramenta de conhecimento da realidade cotidiana da população e de tensionamento das ações previstas no trabalho técnico social e investimento nos instrumentos de avaliação e monitoramento como espaços de denuncia das contradições institucionais materializadas dos resultados objetos do programa para a população e para as condições de trabalho.

Verificou-se também, que existe uma série de tendências que entrecortam a dimensão socioeducativa do trabalho profissional e configuram-se como desafios para a materialização da direção social, conforme expressamos a seguir:

- Dificuldade de construir estratégias profissionais que ultrapassem os limites dos objetivos profissionais colocados;
- Pouca apropriação das informações colhidas no diagnóstico social, o que inviabiliza o trato crítico dos dados de modo a subsidiar a problematização do cotidiano da população potencializando sua ação política;
- Dificuldade tensionamento da lógica institucional;
- Retorno às questões da população limitado aos recursos institucionais disponíveis.

Poder-se-ia questionar se tais tendências não contradizem a direção social que foi apontada a partir das análises aqui realizadas. No entanto, as condições de trabalho no campo investigados são muito severas, tanto do ponto de vista da precarização do trabalho, quanto das possibilidades de exercício da relativa autonomia, e são assumidas aqui, como determinação de cada um dos desafios apontados acima.

Assim, no curso do desenvolvimento deste trabalho, que buscou analisar a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social em sua direção social, estratégias e tendências a partir da relação entre o projeto profissional e o estatuto assalariado da profissão, concluímos que as condições de alienação, dadas pelas condições em que se realiza o trabalho profissional, têm pesado na balança e se constitui, junto com as condições adversas da sociabilidade capitalista, como um desafio posto para a manutenção do projeto ético-político do assistente social.

5. BIBLIOGRAFIA

ABEPSS. FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL E A CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 79. São Paulo: Cortez: 2004.

ABRAMIDES, M. B. C.. DESAFIOS DO PROJETO PROFISSIONAL DE RUPTURA COM O CONSERVADORISMO. In: Serviço Social e Sociedade nº 91. São Paulo: Cortez, 2009. p. 34-48.

ABREU, M. M., CARDOSO, F. G.. MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS EDUCATIVAS. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 4 Brasília, CFESS – ABEPSS – CEAFF/NED – UNB, 2000.

ABREU, M. M.. SERVIÇO SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA: PERFIS PEDAGÓGICOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL. São Paulo: Cortez, 2010.

BALBIM, R.. A QUINTA DIMENSÃO DO ESPAÇO. COTIDIANO E PRÁTICAS ESPACIAIS. IN: Território Brasileiro: Usos e Abusos. Org: SOUZA, M.A.. Campinas : Edições TERRITORIAL, 2013.

BRAZ, M, BARATA, J.. O PROJETO ÉTICOPOLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL . In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Módulo II:?, Brasília: CFESS/APESS/CAD/UnB, 2009.

BRAZ. M.. Notas SOBRE O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL. In: Coletânea de Leis. 3ª ed. Belo Horizonte: 2004.

Caixa Econômica Federal. CADERNO DE ORIENTAÇÕES DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL. Disponível em: https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/publicacao/texto/programa/Cots_setor_publico.pdf. Acessado em 12/08/2012

CAMACHO, R.S. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DO TERRITÓRIO: AS RELAÇÕES DE TRABALHO SUBORDINADAS AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA. IN: Revista Entre Lugar – Ano 1, nº1. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/viewFile/613/409>. Acessado em 20/01/2014.

CARDOSO, A.L.. DO FIM DO BNH AO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: 25 ANOS DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL. IN: O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Org: CARDOSO, A.L.. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CFESS. CÓDIGO DE ÉTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS, 1993.

COUTINHO, C.N.. MARXISMO E POLÍTICA: A DUALIDADE DE PODERES E OUTROS ENSAIOS. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

GARAUDY, R. (1967) – KARL MARX. Rio de Janeiro. Zahar Editores (seção “A dialética em Marx”, PP:100-111).

GUERRA, Y.. O PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DAS CONDIÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA PRÁTICA PROFISSIONAL. In: Serviço Social & Sociedade São Paulo: Cortez, N. 5, ano 28, 2007.

HARVEY (2005), D.. A GEOGRAFIA DO PODER DE CLASSE. IN: A produção do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HELLER, A.. O COTIDIANO E A HISTÓRIA. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IAMAMOTO, M.V. e CARVALHO, R. RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: ESBOÇO DE UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICO-METODOLÓGICA. 35^a Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE CAPITAL FETICHE: CAPITAL FINANCEIRO, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL. 10^a edição. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. RENOVAÇÃO E CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL: ENSAIOS CRÍTICOS. 7^a edição. São Paulo: Cortez, 2004.

KONDER, L.. A QUESTÃO DA IDEOLOGIA. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSIK, K.. DIALÉTICA DO CONCRETO, 2^a ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LACOMBE, M. S. M.. OS FUNDAMENTOS MARXISTAS DE UMA SOCIOLOGIA DO COTIDIANO. disponível em http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/17/Artigo_05.pdf. Acessado em Março de 2013.

LEFEBVRE, H. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Primeira Versão, 2006. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/86691594/Henri-Lefebvre-A-producao-do-espaco-cap-1-1>. Acessado em 20/01/2014

_____. O ESPAÇO. IN: Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. LÓGICA FORMAL LÓGICA DIALÉTICA. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1979.

_____. ESTRUTURA SOCIAL: A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS. In: Sociologia e Sociedade: Leituras de introdução à sociologia. Org: Foracchi, M.M. e Martins, J.S.. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.: 1978.

_____. INTRODUÇÃO A UMA ESTÉTICA MARXISTA. Cap III/V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LESSA, S.. TRABALHO E PROLETARIADO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO. São Paulo: Cortez, 2007

LIMONAD, E.. REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO , O URBANO E A URBANIZAÇÃO. IN: Revista GEOgrafia – Ano 1, nº1. 1999 Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/index>. Acessado em 20/01/2014

LUKÁCS, G. (1981) – “O marxismo ortodoxo (seções 1, 2 e 3)”. In: Netto, J. P. (org). Lukács. São Paulo. Ática (pp: 59-76).

MARX, K. e ENGELS, F. A IDEOLOGIA ALEMÃ. Trad.: Álvaro Pina. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.. O CAPITAL: CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA. Livro primeiro, vol. I, 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. CAPÍTULO VI INÉDITO DE O CAPITAL: RESULTADOS DO PROCESSO DE PRODUÇÃO IMEDIATA. São Paulo: Editora Moraes, 1969.

_____. TRABALHO ALIENADO, PROPRIEDADE PRIVADA E COMUNISMO. IN: O Leitor de Marx. Org: Netto, J.P.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012

_____. PREFÁCIO [Para a crítica da economia política]

_____. “O MÉTODO DA ECONOMIA POLÍTICA”, In: Introdução [à Crítica da Economia Política.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TRABALHO SOCIAL (minuta). Brasília:2012. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/MINUTA_IN_T_S_PARA_CONSULTA_PUBLICA-1.pdf. Acessado em 20/01/2014

_____. CURSO A DISTANCIA, TRABALHO SOCIAL EM PROGRAMAS E PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. Brasília, 2010. Disponível em: Http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro_EAD_19-10-10.pdf . Acessado em 20/01/2014

NETTO, J. P.. A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À CRISE CONTEMPORÂNEA. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Modulo I: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social, Brasília: CFESS/APESS/CAD/UnB, 1999.

_____. A HEGEMONIA POSTA EM XEQUE: PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS. In: Revista Inscrita ano VII, nº X. Brasília: CFESS, novembro de 2007.

_____. CAPITALISMO MONOPOLISTA E SERVIÇO SOCIAL. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Acessado em: 15 de Junho de 2010. Disponível em http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/sumario.htm

NETTO, J.P. e CARVALHO, M.C.B.de. COTIDIANO: CONHECIMENTO E CRÍTICA. 8ª ed. São Paulo: Cortez: 2010

OLIVEIRA, P.T.G. e OLIVEIRA, M.B.H.. A PERSPECTIVA PEDAGÓGICA DO ASSISTENTE SOCIAL E A TEORIA GRAMSCIANA: UMA POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA. Juiz de Fora: FSS/UFJF, 2007.

PALMA, D.. A PRÁTICA POLÍTICA DOS PROFISSIONAIS: O CASO DO SERVIÇO SOCIAL. São Paulo: Celats/ Cortez: 1986.

RAMOS, S. R. CONSIDERAÇÕES SOBRE FUNDAMENTOS ÉTICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: O SIGNIFICADO TEÓRICO-POLÍTICO DA LIBERDADE, DEMOCRACIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DE UMA NOVA SOCIABILIDADE. In: Temporalí Ano VI, nº 11. Brasília: ABEPSS, 2006.

RIBEIRO. A.C.T.. PEQUENA REFLEXÃO SOBRE CATEGORIAS DA TEORIA CRÍTICA DO ESPAÇO: TERRITÓRIO USADO, TERRITÓRIO PRATICADO. IN: Território Brasileiro: Usos e Abusos. Org: SOUZA, M.A.. Campinas : Edições TERRITORIAL, 2013.

SANTOS, M.. O RETORNO DO TERRITÓRIO. Disponível em : <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. acessado em 20/01/2014.

SANTOS, M.. O ESPAÇO REVELADOR: ALIENAÇÃO E DESALIAENAÇÃO. IN: o Espaço do Cidadão. 2º ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, M.. O LUGAR E O COTIDIANO. IN: A Natureza do Espaço. 4ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo

SOUZA FILHO, R. APONTAMENTOS SOBRE O MATERIALISMO DIALÉTICO. In: Libertas. Revista da Faculdade de Serviço Social da UFJF. V. 3 nº 1 e nº 2. Juiz de Fora. Editora UFJF, 2003

_____. GESTÃO PÚBLICA & DEMOCRACIA: A BUROCRACIA EM QUESTÃO, Rio de Janeiro: Lumen Juriz Editora, 2011

TONUCCI FILHO, J.B.M.. ESPAÇO E TERRITÓRIO: UM DEBATE EM TORNO DE CONCEITOS-CHAVE PARA A GEOGRAFIA CRÍTICA. IN: Revista Espinhaço, 2013. Disponível em : [file:///C:/Users/casa/Downloads/221-215-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/casa/Downloads/221-215-1-PB%20(3).pdf). Acessado em 20/01/2014

ANEXOS

Instrumento de Pesquisa

Pesquisador: Patrícia Teixeira Groppo de Oliveira

Título Provisório: A dimensão socioeducativa do trabalho do(a) assistente social

Prezado assistente social, gostaria de convidá-lo a contribuir com a pesquisa de mestrado, cujo tema trata da dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social no âmbito da política urbana. A demanda pelo trabalho do assistente social junto às políticas urbanas não é uma nova requisição no Serviço Social, mas, atualmente, tem-se aberto espaço de trabalho maior em função dos investimentos realizados pelo governo federal, especialmente nos últimos 8 anos. Percebe-se também um forte tensionamento das diretrizes governamentais no processamento do trabalho profissional que pode ser traduzido pelas orientações inscritas nos manuais para realização do trabalho técnico social das agências governamentais.

Sendo assim, a partir de um recorte metodológico que privilegia a análise do trabalho no âmbito da política urbana, nosso objetivo é analisar a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social na política urbana, em seu conteúdo, estratégias e direção social.

Este instrumento tem como objetivo reunir elementos sobre a organização do trabalho dos assistentes sociais no âmbito das políticas urbanas e complementa a análise dos documentos governamentais de orientação ao trabalho técnico social que compõe a metodologia do presente estudo.

Abaixo seguem algumas questões agrupadas no eixo “Condições de Trabalho”, que deve ser preenchido pelo entrevistado com o objetivo de subsidiar a análise das condições sob as quais o trabalho do assistente social se realiza. As questões do eixo “Organização do Trabalho” serão apresentadas em entrevista conduzida pelo pesquisador.

Conto com a sua colaboração para que possamos construir uma análise qualificada do trabalho profissional!

Juiz de Fora, janeiro de 2014.

Eixo I - Condições de Trabalho

Identificação

1. Vínculo empregatício (forma de contratação):
 CLT Estatutário Contrato temporário Outro: _____
2. Carga horária semanal:
 20 horas 30 horas 40 Horas Outro: _____
3. Ocupa cargo comissionado?
 Não Sim Qual: _____
4. Faixa salarial:
 Até 2 SM 2 a 3 SM 3 a 4 SM 4 a 5 SM Mais de 5 SM
5. Dispõe de Condições éticas e técnicas para o exercício profissional?
 - 5.1. Sala para atendimento com garantia de sigilo: Sim Não
 - 5.2. Espaço para trabalhos de grupo/ reuniões: Sim Não
 - 5.3. Arquivo Privativo: Sim Não
 - 5.4. Acesso aos recursos necessários para realização do trabalho: Sim Não
 - 5.5. Possibilidade de exercício de suas atribuições e competências: Sim Não

Formação profissional:

6. Ano de conclusão Graduação: _____
7. Modalidade de ensino:
 Ensino Público Ensino Privado
 Presencial Ensino à Distância
8. Pós- Graduação:
 Especialização Mestrado Doutorado Outro: _____
9. Possui algum tipo de curso específico na área da Política Urbana:
 Não Sim Qual?: _____

Deixe comentário sobre algum item caso necessário:

Eixo II - Organização do trabalho:

Equipe e atribuições:

10. Qual o programa/projeto em que você está inserido e a qual público se destina?
11. O trabalho é realizado em equipe? Se sim, quais são os profissionais que compõem esta equipe e de que forma a equipe se organiza?
12. Quais são as principais frentes de trabalho atribuições do assistente social?

Objetivos do trabalho:

13. Descreva os objetivos do trabalho do assistente social no espaço sócio-ocupacional em que você atua:
14. Como você avalia a efetivação destes objetivos? (existe alguma tensão entre os objetivos institucionais propostos e os objetivos do trabalho do assistente social?)

Planejamento:

15. Existe projeto de intervenção ou termo de referência que sistematiza o trabalho do assistente social?
16. De forma o planejamento das ações é realizado? Como é a participação do assistente social neste planejamento?

Participação da população:

17. Há participação da população que recebe os serviços prestados na elaboração do planejamento? Como se dá?
18. Quais são as principais questões que a população apresenta para o trabalho técnico social?
19. Você avalia que as questões para população que recebe os serviços prestados são completadas?

Estratégias:

20. Quais são as estratégias e procedimentos adotados na realização do trabalho?
21. Quais são os principais temas e conteúdos abordados pelo assistente social e de forma são definidos?
22. Como você avalia a autonomia do assistente social na definição das estratégias e conteúdos trabalhados?

Avaliação do Trabalho:

23. Existem formas de avaliação ou monitoramento dos resultados do trabalho? Em caso positivo, como é o processo de avaliação?
24. Como você percebe a efetividade das formas de avaliação empregadas? Elas conseguem identificar o alcance das ações em relação aos objetivos propostos?

Articulação com grupos organizados da Sociedade Civil:

25. Existe alguma articulação com os grupos organizados na realização do trabalho profissional? Se sim, como esta articulação acontece?

Condições de materialização dos objetivos profissionais:

26. Como você avalia os impactos produzidos junto à população pelo trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais?

27. De forma geral, quais são os principais desafios para o trabalho do assistente social você identifica no seu espaço de trabalho?